

SOCIOlogia

VOL. XXXIV | JUNHO-DEZEMBRO 2017

Jordi Estivill

José Nuno Matos

Paula Sequeiros

Irene Serafino

Jorge Botelho Moniz

Magda Nico

Nuno de Almeida Alves

Sofia Alexandra Cruz

Cátia Filipa Neto

Departamento de Sociologia | FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXXIV • PORTO • 2017

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luis Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luis Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/"Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations" (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luis Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellnerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luis Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luisa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - INVULGAR GRAPHIC - Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/08723419/soc34

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)	
Jordi Estivill	11
Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)	
José Nuno Matos	27
Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho	
Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz	47
As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado	
Jorge Botelho Moniz	73
O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa	
Magda Nico, Nuno de Almeida Alves	93
The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library	
Paula Sequeiros	115

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*.

Irene Serafino.....	137
ESTATUTO EDITORIAL	143
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	147
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	151

EDITORIAL

O presente número da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade* incorpora artigos que, para além de terem como denominador comum um enfoque sociológico, matizado por abordagens teóricas diversas, apresentam resultados de investigações desenvolvidas no passado recente. Atributo este que valoriza o esforço contínuo e persistente de difusão do conhecimento sociológico.

Jordi Estivill conclui a sua análise sobre a economia social em Portugal, iniciada no número anterior da Revista, com uma particular atenção dirigida para a receção e importância da obra de Ramón de la Sagra no contexto da sociedade portuguesa dos meados do século XIX. Tomando por base os contributos daquele autor, Jordi Estivill possibilita-nos uma leitura sobre a emergência das preocupações, embora ainda limitadas, do pensamento social no nosso país.

Os dois artigos seguintes inscrevem-se na área do trabalho, em sentido geral, e em momentos históricos descoincidentes. José Nuno Matos centra-se na condição de jornalista, no período inicial de implantação do Estado Novo em Portugal. Recorrendo a artigos publicados no *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* e da *Gazeta Literária*, discute as diferentes posições sobre a profissão e, de modo mais lato, sobre o jornalismo. As relações entre a comunicação interna e o comprometimento organizacional dos inspetores da Autoridade para as Condições de Trabalho são o tema privilegiado no artigo de Cátia Filipa Neto e Sofia Alexandra Cruz. Entre outros aspetos, conclui-se que a comunicação interna tem um papel crucial na natureza e qualidade de inserção profissional e organizacional dos trabalhadores que foram objeto de estudo.

Três outros artigos se sucedem. A discussão sobre o conceito de secularização é o tema central do artigo de Jorge Botelho Moniz. Mais especificamente, é proposto a sua operacionalização por via da indicação das correspondentes camadas. Este exercício baseia-se numa análise comparativa da emergência e mobilização do conceito a partir dos anos 1960. Magda Nico e Nuno de Almeida Alves abordam um tema novo no campo da sociologia em Portugal – o bem-estar das crianças e dos jovens. Resultante de uma investigação empírica alicerçada em entrevistas individuais e de grupo, os autores concluem pela relevância da questão, não obstante a sua complexidade

teórica e metodológica, mas igualmente pela importância da família, das amizades e do conforto económico para o equacionamento da questão em análise. Por último, a atividade da Biblioteca Sámi de Jokkmokk, na Suécia, é discutida no artigo de Paula Sequeiros. Baseado num estudo desta biblioteca indígena, confronta-se o passado colonial e o presente marcado por novas perspetivas sobre a língua e a gestão das próprias bibliotecas.

A Revista encerra com a recensão da obra de MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, da responsabilidade de Irene Serafino.

Boa leitura!

Carlos Manuel Gonçalves

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Universidade de Barcelona

Resumo

Em continuidade com a primeira parte do artigo publicado no número anterior da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, o presente texto problematiza algumas pistas sobre a emergência da economia social em Portugal, com enfoque na *Revista Litteraria*, publicada no Porto durante o século XIX. São apresentados e discutidos factos sobre Ramón de la Sagra e a influência da sua obra no fervilhar da consciência social e ambiental da economia portuguesa. Procura-se questionar, a partir da recolha de intensa pesquisa documental, aquelas que são consideradas as primeiras tendências teóricas sobre a economia social.

Palavras-chave: economia social; Portugal; Ramón de la Sagra.

*The beginnings of the social economy in Portugal. Contributions by Ramón de la Sagra
(II part)*

Abstract

In continuity with the first part of the paper published in the previous issue of *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, the present study problematizes some clues about the emergence of the social economy in Portugal, focusing on the *Revista Litteraria*, published in Porto during the 19th century. It presents and discusses facts about Ramón de la Sagra and the influence of his work concerning the flourishing Portuguese awareness about social economy. From the collection of intense document search, it is sought to question those that are considered as the first theoretical trends regarding social economy.

Keywords: social economy; Portugal; Ramón de la Sagra.

*Les débuts de l'économie sociale au Portugal. Contributions de Ramón de la Sagra
(II partie)*

Résumé

Ce texte est la deuxième partie d'un article publié dans cette revue. Il offre quelques pistes sur l'émergence de l'économie sociale tout en mettant l'accent sur le rôle de la *Revista Litteraria* publiée à Porto au XIX siècle. L'article présente Ramon de la Sagra et son influence sur les débuts de l'économie sociale portugaise et s'interroge sur ses premières tendances théoriques à partir d'une recherche documentaire.

Mots-clés: économie sociale; Portugal; Ramón de la Sagra

*Los inicios de la economía social en Portugal. Contribuciones de Ramón de la Sagra
(II part)*

Resumen

Este texto es la segunda parte de un artículo publicado en esta revista. En el se ofrecen algunas pistas sobre la emergencia de la economía social en Portugal, poniendo el acento sobre el papel de la *Revista Litteraria* publicada en Porto en el siglo XIX. En este artículo se presenta a Ramon de La Sagra y la influencia que su obra ejerció en los albores de la de la economía social portuguesa. Se interrogan sus primeras tendencias teoricas a partir de una investigación documental.

Palabras-clave: economía social; Portugal; Ramón de la Sagra.

A *Revista Litteraria*: perspetiva, conteúdos e colaboradores

Até que ponto a *Revista Litteraria* foi expressão dos interesses económicos dos grupos empresariais do Porto e, mais genericamente, dos nortenhos? A resposta não é simples. Por um lado, não é evidente, dado que tem um carácter informativo geral e trata de temas diversos. Por outro lado, existe a preocupação de não atacar os interesses da economia agrícola do sul de Portugal. Em terceiro lugar, nem era evidente que os nortenhos partilhassem interesses homogéneos. Ainda que Bonifácio (1991) afirme que eram interesses contraditórios com os de Lisboa e que se expressavam de forma diferente, através das pressões em favor do setor dominante da viticultura, do comércio externo e das negociações labirínticas com a Inglaterra. A burguesia do Porto, bem estudada por Cruz (1999), não partilhava expectativas iguais. Comerciantes, empresários, latifundiários, arrendatários, empresários têxteis e mesmo emigrantes regressados do Brasil endinheirados, poderiam até partilhar posições semelhantes contra o antigo regime e a

favor da modernização da cidade, mas divergiam nas suas posições políticas e sociais. Em quarto lugar, existiam na mesma época outras revistas publicadas na cidade e mais ligadas a interesses específicos, mais concretamente a interesses industriais.

Comentando esta situação, Castanheira (1997:353) afirma: “Na década de 40 do século XIX, a cidade do Porto assiste ao aparecimento de uma imprensa publicista, respondendo à necessidade de camadas específicas de população e promovendo o desenvolvimento econômico”. Seriam os casos de revistas *O Industrial Portuense* (1845-1846), *O Jornal da Associação Industrial Portuense* (1852-1864) e *O Industrial do Porto* (1872-1874). É muito provável que algumas destas novas revistas locais fossem expressão direta dos grupos industriais emergentes (Magalhães, 1988) que, embora minoritários, numa cidade predominantemente comercial e de negócios, se esforçavam por fazer ouvir as suas vozes. Este é o caso do *O Jornal da Associação Industrial Portuense* que dá conta da evolução de empresários fabris e informa-os dos avanços técnicos que permitem melhorar a produção industrial e artesanal. Também *O Industrial Portuense* (1846) dedica as suas páginas à divulgação dos processos produtivos, destacando desenhos técnicos e esquemas de máquinas. Na sua introdução, reivindica a indústria na medida em que “a agricultura e o comércio sempre gozaram da consideração que lhes era devida” (p.2).

Em qualquer caso, tal como a *Revista Litteraria*, não podiam, nem queriam fugir do contexto de uma cidade que tentava agitada e quebrar com velhos padrões do Antigo Regime e na qual apareciam novos grupos sociais, económicos, políticos e culturais (Ramos, 1994). Neste sentido, não deixa de ser interessante o antecedente da *Revista Estrangeira* publicada no biênio 1837-1838. Mensalmente, os seus leitores recebiam das suas páginas informações caracterizadas por “novidade e utilidade que são os elementos que constituem a essência dos periódicos”. A Revista tinha três secções: uma dedicada à literatura, onde se incluía história, geografia, eloquência, poesia e romances; uma segunda sobre ciências e artes com mecânica, química, física, história natural, economia política, indústria; e uma terceira que era uma crónica dos acontecimentos políticos e de notícias de descobrimentos científicos estrangeiros. Traduzia as notícias de outros países. Esta curiosidade pelo exterior era uma das suas características. Assim, por exemplo, no número dois dá conta de assuntos de geologia, de expedições aeronáuticas, de homeopatia, de como a atmosfera influencia as doenças. No número três traduz-se um conto de Alexandre Dumas e no sétimo, de outubro de 1837, em que dedicam três partes à economia política citam Dunoyer, Say e Malthus.

Algumas das ideias, temas e formas de tratamento da revista eram, de algum modo, reflexo das posições que se encontravam nas “Preleções preliminares ao curso

de Economia Política da Escola da Associação Comercial do Porto”, escritas em julho de 1837 pelo seu diretor Albano de Silveira Pinto e novo professor de economia política. Nelas, há um prólogo interessante em que o autor confessa o seu conhecimento limitado. Mas demonstra ao longo do livro que conhece bem os economistas fisiocratas e clássicos. Smith é o autor mais citado na sua publicação. Mas também faz alusão a Dunoyer, a Malthus, a Storch, a Sismondi e a Say. Aliás, este último autor e o seu catecismo, é o mais citado na *Revista Litteraria*.

Poderia pensar-se que a natureza educacional e informativa desta publicação era um reflexo da importância que Silveira Pinto dava à instrução e formação. Também o seria o uso abundante de estatísticas, da história e a defesa de uma posição que se fundamentava na liberdade civil, económica e política, criticando o despotismo. Da mesma forma, os comentários negativos sobre os acordos favoráveis a Inglaterra de Methuen e de 1810 seriam a expressão de um justificado patriotismo português e de uma moderada visão protecionista que se refletia na revista.

Santos Silva (1980) elaborou uma tese mais direta ao analisar o início do ensino da economia política no Porto. Na sua opinião, o fluxo e refluxo do ensino desta disciplina deve ser visto como um resultado de avanço do liberalismo. Os liberais estavam a tentar mostrar, emulando o que aconteceu em outros países, que esta ciência era útil e necessária para o governo de uma nação civilizada e próspera e que devia converter-se num guia de comportamento quotidiano. Por isso, não é de estranhar que à medida que se consolidam as posições políticas dos liberais, se avance em termos da inclusão da economia política no ensino. A partir da reforma do ensino superior em 1836-1837, esta disciplina foi incorporada na recém-criada Faculdade de Direito de Coimbra e, posteriormente, na Escola Politécnica de Lisboa. O mesmo acontece com a nova escola do Porto, criada em 1834, pela Associação Comercial da cidade.

Santos Silva insiste e vê na nomeação de Albano Silveira Pinto, liberal moderado, como professor principal e depois como diretor desta escola do Porto, uma operação de confiança política da burguesia comercial da cidade.

Almodovar e Cardoso (2012) qualificam as atividades de formação inicial do Porto e de Lisboa nas respetivas e recém-criadas Associações Comerciais como duas iniciativas privadas para ensinar a economia política ao mundo mercantil das duas cidades. Os conteúdos do curso diferenciam-se, porque Oliveira Marreca, em Lisboa, situava-se num plano mais teórico e Silveira Pinto fazia uma abordagem mais pragmática, inclusive propositiva e em linha com os interesses dos vicultores. Em qualquer caso, os dois cursos não puderam continuar por falta de alunos. Demonstram-se assim os limites de uma iniciativa da burguesia comercial das duas cidades para pe-

netrar nas classes médias urbanas, como sugere Santos Silva (1980). Até que ponto a *Revista Litteraria*, que a partir de 1838 inaugurou uma secção informativa dedicada à economia política, foi uma tentativa de influenciar estes grupos sociais?

Não é fácil responder a esta pergunta. Os factos são que a *Revista Litteraria* era quinzenal, em 1838 de julho a dezembro e, em seguida, passou a ter uma periodicidade mensal. Foram publicados 11 volumes e para o fim começou uma nova série que foi interrompida, apenas tendo sido publicados mais alguns números. Deixou de ser publicada em 1843. Os primeiros volumes foram impressos numa tipografia comercial e depois numa loja de impressão própria. Segundo Francisco da Silva no dicionário bibliográfico português: “Esta coleção que bem desempenhava o seu título é estimável e importante pela sua variedade de espécies que contém: entre elas não poucas memórias e dissertações relativas à história e antiguidades de Portugal e biografias interessantes; e outros trabalhos, não de menor interesse, em sciencias phisicas, politicas e moraes, romances, poesias, crítica litterária. Contou entre os seus colaboradores com alguns dos homens mais sábios e eruditos de Portugal durante aquele período. Sem dúvida uma das melhores e mais úteis publicações periódicas, saídas dos prelos portugueses desde 1833 até agora” (1962: 150-151). Silva elabora uma primeira lista de homens “sábios e eruditos” que colaboraram com ela: Agostinho Albano de Silveira Pinto; D. Francisco de S. Luís; Francisco Lopes de Azevedo Velho de Fonseca; Joaquim Heliodoro de Cunha Rivera; Ignácio Pizarro de Moraes Sarmento; José Joaquim de Silva Pereira Caldas; José Pereira Reis; Raymundo José de Cunha Mattos.

Quem eram estas pessoas que foram responsáveis e colaboradores da revista?

Assim, ao que parece, a *Revista Litteraria* seria a continuação da *Revista Estrangeira*, cuja vida curta durou entre 1837 e 1838 e foi dirigida por José Pereira Reis que, amigo do diretor, também foi integrado no núcleo dos animadores da *Revista Litteraria*. Na falta de outras investigações mais profundas, pode sugerir-se que este núcleo integrava as elites intelectuais e os círculos provavelmente culturais e profissionalmente mais avançados da cidade do Porto. O que Cruz (1999) chama a “burguesia esclarecida”. Vários animadores da revista estiveram envolvidos nos tumultos e conflitos políticos da época.

A revista demonstra uma curiosidade considerável sobre questões muito diferentes que são geralmente tratadas com rigor. Esta disparidade temática pode ser explicada pelas personalidades multifacetadas de colaboradores que acumulavam várias formações e profissões: matemáticos, médicos, farmacêuticos, botânicos, linguistas, economistas, políticos, académicos, escritores, militares, filósofos, etc. Os conhecimentos linguísticos são evidenciados pela tradução de artigos estrangeiros e pelo uso

de Francês e Inglês. Desde a conservação das batatas e leite, até à história e à situação dos cossacos, pesquisa arqueológica e História de Portugal, a crise financeira, homeopatia e frenologia, crítica literária, poesia, estatísticas aduaneiras, passando por crónicas jurídicas e da vida política, não havia nenhum domínio que não interessasse à revista. Incluía ainda uma preocupação em disseminar conhecimentos úteis, inclusive receitas para uso doméstico.

Não está muito correto Ribeiro dos Santos (2009: 47), quando afirmava: “editaram-se depois no Porto as publicações *Revista Litteraria* (1838-1845) e o *Instructor Portuense* (1844) que apesar do nome da primeira não tiveram expressão nas letras, dedicando-se exclusivamente às ciências, nomeadamente às suas aplicações práticas, obedecendo às aspirações próprias da época: o progresso tecnológico”. A *Revista Litteraria* honra bastante o seu nome e tem dimensão literária considerável, ainda que tenha também uma dimensão de aplicação prática ligada ao progresso tecnológico e científico do momento.

Nas páginas da revista mostra-se igualmente uma preocupação social com o funcionamento das instituições de caridade, especialmente na área da saúde e educação infantil, como as condições de vida e muito especialmente com a problemática de enjeitados¹, a que se dedicam vários artigos. Não deixa de ser interessante que a revista consagre bastantes páginas a problemas de saúde, umas mais ligadas ao conhecimento médico e farmacêutico, outras dando conselhos populares sobre alimentação e cuidados de saúde pessoal e outros referindo as origens das doenças que provocavam as epidemias mais frequentes naquela época. Reflexo, sem dúvida, de uma maioria de médicos e farmacêuticos, que eram membros do núcleo colaborador.

Na verdade, começando pelo versátil diretor, que viveu entre 1752 e 1862, há que explicar que era um médico, farmacêutico, professor, doutor em filosofia, economista e participante ativo nas vicissitudes políticas do seu tempo. Na invasão francesa foi assistente no batalhão Académico. Mais tarde, durante o Cerco do Porto, trabalhou como médico na frente de batalha e teve que enfrentar a epidemia de cólera, a cujo estudo dedicou um livro. Da mesma forma, dedicou uma ode aos professores militares e voluntários. Em 1811 era já secretário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Começou a sua vida como autor, publicando, em 1815, uma gramática francesa. Distinguiu-se como farmacêutico no exercício da profissão e na publicação de um *Código Farmacêutico Lusitano* em 1835, onde começou a trabalhar desde 1820. Este trabalho foi reeditado várias vezes, incluindo uma edição póstuma de 1876, converten-

¹ Esta tem sido uma temática recorrente e muito estudada pela historiografia portuguesa sobre a pobreza, ver Lopes (1997).

do-se numa obra de referência em Portugal. Foi, primeiro, professor e depois diretor (1826) da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Foi deputado de 1840 a 1846 e de 1848-1850 e Ministro da Marinha e do Ultramar, entre 1847 e 1848, num governo Cabralista.

O interesse de Agostinho Albano de Silveira Pinto por questões económicas e pela defesa dos interesses do sector vitivinícola cresce e muito provavelmente concretiza-se nos anos 1830 quando se torna professor de economia política e, em seguida, Diretor da Escola do Porto. Este interesse não o abandona, publicando aulas, intervindo em Congressos, sendo vice-presidente do Tribunal de Contas e membro do Tesouro Público, escrevendo também um livro sobre a dívida pública e deixando manuscritos dois volumes dedicados à “História Financeira de Portugal desde o tempo de Conde D. Enrique até ao nosso”.

Por enquanto, não se dispõe de muita informação sobre os outros colaboradores da revista. Fazem falta investigações biográficas. José Pereira Reis (1804-1850), amigo e discípulo do diretor, também foi médico e farmacêutico e partilhou com ele a obediência maçónica. Foi professor na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, lecionando aulas de Saúde Pública, Medicina Legal e Fisiologia, exercendo atividade de vacinador público. Coordenou e reviu a edição do Código Farmacêutico do seu mestre. Participou na revolta da Patuleia de 1846, foi preso e expulso do país pelo papel desempenhado na Junta Revolucionária. Também versátil é José Joaquim da Silva Pereira Caldas (1818-1903): estudou medicina, filosofia e matemática na Universidade de Coimbra, dedicando-se ao ensino de matemática em Leiria e Braga. Publicou mais de cem livros que abrangem domínios como a literatura, história, bibliografia, ciências, educação e política, onde defendeu, sem hesitações, as causas republicanas e liberais, intervindo nos conflitos de 1846-1847. Foi membro de várias sociedades literárias e científicas e do Centro Promotor do Melhoramento das Classes Laboriosas.

Ignacio Pizarro de Moraes Sarmiento (1807-1870) começou aos 31 anos a sua vida literária, publicando na *Revista Litteraria* de 28 de dezembro de 1838 as suas lembranças de poeta e escritor. Publicou um romance histórico dedicado ao mestre Vicente e vários dramas. Porém, o seu trabalho mais importante são os dois volumes de “O Romanceiro Português”, compilação de poemas e romances, publicado entre 1841-1845, onde se descreve como trovador. Com 29 anos de idade, foi eleito deputado, mas logo abandonou a vida política, à qual regressou para intervir na revolta da Maria da Fonte. Finalmente, José Raimundo da Cunha Matos (1776-1839) era um soldado e historiador, brasileiro nascido em Portugal, e fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1831 viajou para a Europa e testemunhou o cerco do Porto em 1832, sobre o qual escreveu um livro. Presume-se que foi nesta altura que conhe-

ceu o grupo da Revista com quem colaborou até ao fim da sua vida.

Prováveis afinidades entre a *Revista Portuense* e Ramón de La Sagra

Uma das perguntas que podem ser feitas é se foram afinidades ideológicas ou culturais que levaram a publicar Ramón de la Sagra na revista portuense ou se se poderia supor que o diretor ou qualquer um dos seus colaboradores conhecia pessoalmente o autor. Sagra era galego e manteve relações com o seu país de origem. Por isso, é provável que conhecesse o Norte de Portugal e a sua capital, apesar das comunicações e relações do passado não serem como atualmente. Também é provável que os membros dos núcleos de intelectuais portuenses se relacionassem com ambientes progressistas galegos. Alguns refugiaram-se na Galiza quando foram perseguidos e vice-versa. Em qualquer caso, Sagra devia ser conhecido, pois encontra-se uma referência a ele, enquanto distinto economista e verdadeiro patriota, no tratado “Elementos de Economia Política e Estatística de Forjaz de Sampaio”, publicado em Coimbra em 1845².

As palavras de Carmo Reis (1996) podem parecer um pouco exageradas ao referir-se ao Porto, mas de certa forma esta cidade era uma “Terra da Liberdade”. Porque, em 1820, vanguardou um processo revolucionário para implantação do liberalismo. Porque, em 1832, foi o espaço de combate para a reconquista do poder e das reformas estruturais de Mouzinho de Silveira. Porque, em 1846, protagonizou a ofensiva contra a tirania administrativa de Costa Cabral, arriscado desvio do Cartismo. Porque, em 1851, proporcionou o arranque do movimento da Regeneração que veio a consolidar o Regime Constitucional” (Reis, 1996). Também foi afirmado por Goodolfim (1876)³. Este ambiente podia ser sensível às posições da Sagra e, inversamente, este poderia estar interessado em dá-las a conhecer.

Mas Sagra saiu jovem da Galiza e passou muitos anos em Cuba. Do que se sabe, só voltou para a Europa em 1836, instalando-se em Paris. Em 1837, chegou a Madrid passando clandestinamente os Pirenéus. Naqueles anos, estreitou os laços com círculos republicanos e patrocinou e colaborou com revistas da sua região. Con-

² Quando o cita, faz referência a um artigo publicado em 1844 em *Le Journal des Économistes* de Bruxelas, depois de explicar as diferentes correntes do pensamento económico alemão (Rau) e francês (Say). O catecismo deste parece ser o preferido por Forjaz Sampaio (1845).

³ “A cidade de Porto, que é o berço da liberdade, a terra do comércio mostra em todas as questões a energia do seu carácter, a atividade do seu espírito laborioso” (Goodolfim, 1876: 200).

cretamente, em 1845, publicou um dos seus artigos mais radicais de cariz anárquico, “A caldeira de vapor”, na revista *El Porvenir* editada em Santiago de Compostela e proibida pelo general Narváez pouco tempo depois. Pode supor-se que Sagra seguia as vicissitudes da vida cultural e política do Porto e que conhecia pessoalmente o diretor da revista ou alguns de seus colaboradores mais próximos. Mas, por agora, são meras suposições.

A chave para explicar estas possíveis relações é o facto do diretor e, muito provavelmente, outros membros colaboradores da revista, pertencerem à franco-maçonaria e a influência desta nos círculos liberais do Porto, facto narrado por Ribeiro da Silva (1996). Pelo que se sabe, Sagra também era franco maçom (Cambrón, 1998) e, por isso, partilhava com o grupo de dirigentes da revista experiências espirituais e até certo ponto projetos políticos e culturais e uma determinada visão do homem e da sociedade. Portanto, é muito provável que esta disciplina e visão partilhadas seja uma das razões que explicam o facto de os responsáveis pela revista terem decidido publicar as aulas que Sagra estava a lecionar no Ateneu de Madrid. Fazê-lo no mesmo ano é mais surpreendente, porque poderia indicar uma relação muita direta e próxima ou uma grande sensibilidade dos responsáveis da revista para com o que se publicava além-fronteiras.

Ramón de la Sagra e a sua obra

Quem era o autor que ecoou na revista do Porto e qual foi sua vida e trabalho?

Ramón de la Sagra encaixa-se na perspectiva do reformismo social. Botânico, naturalista, sociólogo e economista, geógrafo e político, nasceu na Corunha em 1798. Iniciou os seus estudos na Corunha e terminou-os em Madrid. Mudou-se para Cuba para trabalhar numa fábrica de tabaco. Apesar da sua juventude, foi nomeado diretor do Jardim Botânico de Havana, lecionando cursos de História Natural e Botânica. Resultado do seu passatempo e pesquisa empírica começou a escrever, em 1826, um tratado⁴ monumental de 12 volumes sobre a história e geografia da ilha. Conseguiu que publicassem o seu último volume, em 1857. Este trabalho é hoje referência para os

⁴ Sagra iniciou esta obra enciclopédica no ano de 1826, inspirado pelos trabalhos fundamentais de Humboldt. Em 1831, publicava em Havana os primeiros resultados em *Historia económica-política y administrativa de la isla de Cuba*. Edita os dois primeiros volumes entre 1838 e 1842. Neste ano já tinha acabado 50 cadernos. Um ano mais tarde começam as suas dificuldades económicas e até 1854 a publicação foi suspensa oito vezes. No ano de 1857 conclui a sua obra, não sem atualizar os primeiros volumes que até 1862 foram editados em castelhano e francês (Linares, 1991).

geógrafos cubanos, mostra grande curiosidade científica e um grande rigor analítico. Merece destaque a sua crítica à monocultura, a sensibilidade excecional para a degradação ambiental, por incorporar elementos demográficos e sociais e dar a mesma definição de desenvolvimento sustentável que hoje se utiliza. Manifesta-se antiescravista, o que não deixou de criar problemas com as autoridades espanholas e os proprietários de plantações de açúcar cubanas.

Quando, em 1835, retorna à Europa, decidiu prolongar a sua estadia alguns meses nos Estados Unidos para visitar instituições de caridade. Segundo ele próprio afirma (Sagra, 1836)⁵, impressionado, começa a interessar-se pela questão social. Preocupação que não mais vai abandonar. Esta estadia também é importante porque se encontra com Michel Chevalier, engenheiro e economista, um discípulo de Saint-Simon, que depois de sair da prisão tinha sido enviado numa missão para o México e os Estados Unidos. Esta relação é responsável pela influência do socialismo utópico sobre Sagra. Neste domínio, foi seguramente mais decisiva a sua estadia em Paris, onde além de viver os eventos de 1848, relaciona-se e trabalha com Proudhon na sua tentativa de criar um Banco Popular. Experiência sobre a qual Sagra escreve um livro (1840). Entre 1840 e 1848 conhece um elenco de reconhecidos líderes do movimento operário da época: Louis Blanc, Victor Cousin, Lamennais, Marx e Engels (Cambrón, 1998). Após a revolta de 1848 foi expulso de França e volta para Madrid, onde vive em más condições até ser eleito deputado por Lugo em 1853, abandonando este ato em 1855 e instalando-se definitivamente em Paris.

Ramón de la Sagra visitou muitos países: entre eles, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Irlanda e terminou a sua vida na Suíça. Visitou muitas exposições e assistiu a conferências de vários tipos, mas especialmente dedicadas ao progresso económico e industrial. Publicava⁶ as suas reflexões sobre estas viagens. De regresso a Espanha em 1837, pronunciou as conferências que conduzem as suas lições sobre a economia social em 1840, que professou no Ateneo de Madrid.

No mesmo ano, teve uma disputa com Flórez Estrada⁷ (Capellán, 2003), um dos economistas liberais radicais mais importantes da época. O livro (Estrada, 1839) que publica como um suplemento do seu tratado sobre economia política gera fortes

⁵ Ver também Montón (1996).

⁶ Como por exemplo, *Voyage en Hollande et en Bilbao, Belgique sous le rapport de l'instruction primaire, des établissements de bien faisance et des prisons dans les deux pays* (1839), *Notas de viaje escritas durante una corta estancia a Francia, Belgica y Alemania en el otoño de 1843* (1844).

⁷ Sobre Flórez Estrada existem muitos trabalhos publicados.

discussões. Nelas Sagra (1839) intervém e Flórez Estrada responde⁸. Este é um debate difícil e interessante em torno dos temas da economia clássica sobre o trabalho como fonte de valor e distribuição da riqueza. Flórez Estrada, um economista reputado, que tinha sido exilado em Inglaterra, foi inspirado nos clássicos ingleses, enquanto Sagra se inspirava nos franceses. Na verdade, Sagra construiu uma boa parte da vida europeia em França. Sagra, na sua vida agitada, publicou muitas outras obras, tanto na vertente botânica e naturalista, como sobre as suas experiências práticas⁹, que cobrem vários aspetos económicos e sociais. Também fundou várias revistas, participou em várias associações culturais e filantrópicas que tentavam combater e auxiliar a delinquência, a prostituição (Sagra, 1850) e as crianças indefesas. Formulou várias propostas dirigidas a instituições de caridade e beneficência (Sagra, 1843). Foi deputado várias vezes. Desapontado com o biénio progressista, acabou por trabalhar com o partido moderado e refugiou-se no catolicismo mais conservador. O seu carácter versátil justifica que existam muitas leituras das suas obras que, salvo algumas exceções notáveis¹⁰, foram revitalizadas nos últimos tempos. Assim, além de seu trabalho botânico, foram tratadas as suas dimensões pedagógicas (Rico, 2013), económica (Hormigo e Guillén, 1999), sociológica (Caamaño, 1999), geográfica (Linares, 1991) e de reformador social¹¹.

Como já mencionado, Sagra define, nas suas lições sobre a economia social, que esta recém-criada ciência “deve ocupar-se da melhoria do bem-estar das comunidades¹²” (Sagra, 1840) ou “melhor dito do progresso social”. Neste sentido, a economia social que pertence à “grande categoria de ciências políticas-morais” estaria acima da economia política e situar-se-ia no ponto mais alto da escala de conhecimento humano na busca das causas para o recuo e mal-estar das comunidades, bem como das soluções e regras a aplicar para resolvê-lo. Sagra confia na razão para uma análise

⁸ Contestação de Don Alvaro Flórez Estrada ao artigo publicado no n.º 194 do *El Corresponsal* (1840), em que se impugna o Senhor Ramon de la Sagra pelos seus escritos sobre a questão social.

⁹ É uma dimensão muito saint-simoniana. Em 1844, Sagra promove uma fábrica açucareira na costa de Málaga e, em 1845, cria uma nova plantação em Torre del Mar.

¹⁰ Ver Arenas (1924).

¹¹ Por exemplo, no tratado clássico *La beneficencia en España*, de Hernandez Iglesias (1876:87) sobre a beneficência em Espanha, de 1876, cita-se Ramon de la Sagra como membro da Comissão criada pelo Duque de Victoria no ano de 1841 para elaborar un projeto de lei que “estableciese la oportuna subdivisión y administración y dependencia de los establecimientos piadosos”.

¹² Nestas lições, Sagra cita como antecedentes, o curso de economia social de Chitti no Museu de Bruxelas que viu referenciado no “Ensayo de Física Social” do seu amigo Quetelet, o Ensayo de Mathon de Fogères, que conhece pessoalmente, e o livro ainda não publicado de Pecqueur. Efetivamente, este autor, seguidor de Fourier e de Saint-Simon, publicou no ano de 1842 o livro *Théories nouvelles de l'économie sociale et politique*.

positivista da realidade e na moral política para definir critérios que orientam a ação. Estes são os dois motores da nova ciência.

Sagra parte das transformações materiais e morais da nova civilização industrial e urbana do seu tempo, que gera um enorme desenvolvimento científico, tecnológico e económico, mas em simultâneo mantém desigualdades inadmissíveis e a degradação das condições de vida e de trabalho. Atribui à organização do trabalho, a que dedica um livro (Sagra, 1848), um papel crucial para explicar a estrutura de uma sociedade em que a pobreza provoca o vício e o crime. Confrontados com estes problemas, os governos devem agir preventivamente, seguindo os princípios cristãos¹³ de expiação e arrependimento.

De acordo com Sagra, os governos estão equivocados se não buscarem a prosperidade, a felicidade e o bem comum do povo. Para isso devem contribuir as instituições de solidariedade educacionais, judiciais e de beneficência pública, longe de uma filantropia falsa e de um exercício irresponsável da caridade. A formação moral e a restituição social por intermédio do trabalho são essenciais. Portanto, deve-se promover o desenvolvimento de interesses materiais através do progresso da agricultura e da indústria, da formação e da educação, do bem-estar público, da repressão das infrações e crimes e da reforma moral. Reforma moral e social, para que devem contribuir os governantes prosseguindo a justiça social: os ricos devem reduzir a sua ganância e proteger melhor os pobres, que devem ser trabalhadores e responsáveis. Desta forma, não se intensificam as desigualdades que, para Sagra, são necessárias e pode-se aumentar a liberdade e o progresso social e, simultaneamente, manter a ordem social.

Finalmente, Sagra não era nem um revolucionário, nem um socialista. Foi um reformista consequente, preocupado em encontrar uma solução para os problemas sociais causados por perturbações económicas, políticas e morais do antigo regime, que eram causados por uma industrialização e urbanização crescente.

Algumas conclusões que não o são

Restam muitas incógnitas sobre a história da economia social em Portugal e ainda mais sobre as suas origens. Da mesma forma, a descoberta da memória da economia solidária está a começar. Este trabalho procura avançar algumas hipóteses a partir da constatação da tradução e publicação de alguns capítulos de Sagra na *Revista*

¹³ Sanchez Hormigo insiste na influência do pensamento do cristão social francês Alban De Villeneuve Bargem (1834) e também de Gerando (1839) sobre Sagra, ver Hormigo (2011).

Litteraria do Porto em 1840.

Para poder reconstituir o itinerário da economia social e solidária em Portugal é necessário que estes dois conceitos progridam mais na realidade atual e que sejam aplicados como categorias de análise histórica. Será preciso demonstrar que a utilização destes dois conceitos aportam um valor acrescentado substantivo para interpretar quer a atualidade, quer os processos anteriores. Como sucede em outros países, cada uma das distintas famílias que a integram, cooperativismo, associativismo e mutualismo têm as suas próprias interpretações atuais e anteriores. O problema é saber se ao usar-se economia social e economia solidária como uma visão de conjunto, tal permite avançar na compreensão dessas realidades. Os dois últimos livros de Álvaro Garrido (2016) avançam neste sentido. O último (2016a), que é uma versão da lição apresentada nas provas de agregação de dezembro de 2014 é uma interessante reflexão sobre o corporativismo e o funcionamento da economia política do Estado Novo. Mas, diz pouco sobre as relações entre o corporativismo e o mutualismo e o cooperativismo. As relações existiram como mostra, entre outros, a publicação do Centro de Estudos Político Sociais (1960) que convocou de novembro de 1957 a julho de 1958 um conjunto de comunicações sobre as mesmas. Num plano mais explicativo o mesmo Garrido verifica-o amplamente no seu outro livro (2016b), evocando a existência de um mutualismo e de um cooperativismo corporativos, explicando a evolução das cooperativas e mútuas, especialmente agrícolas e piscatórias, durante o Salazarismo. Esta é a parte mais interessante desta sua publicação. O autor procura fazer uma história da economia social em Portugal, situada no contexto europeu. Este é um dos méritos do trabalho ainda que o enfoque comparativo seja quase unicamente com o caso Francês e conceda uma importância excessiva à corrente solidarista. Garrido interessa-se mais pelo discurso do que pela prática. Mas isso não diminui, nem um pouco, o interesse de seu trabalho, que abarca desde os inícios do século XIX até à revolução de 1974. Não é possível fazer aqui uma análise crítica desta obra. Simplesmente é útil assinalar que nas suas conclusões, termina afirmando que o conceito polissémico e unificador de economia social lhe serviu para estudar uma dimensão da história social e colocar alguma perguntas que têm sentido na atualidade.

Neste artigo, nem todas as perguntas foram respondidas. Certamente que há muito mais para revelar do que as respostas dadas. Há que verificar se as hipóteses levantadas são plausíveis. Mas no atual estágio de conhecimento teria sido muito arriscado ir mais longe. É preciso muita pesquisa sobre eventos, pessoas e iniciativas coletivas e sobre o contexto socioeconómico e político em que se situam. Igualmente seria proveitoso fazer uma análise comparativa com outros países. Talvez assim se

pudesse passar para um nível de interpretação mais ajustado e, quem sabe, as relações recônditas, como sugeria Mateo Agustinis, em 1837, pudessem deixar de ser opacas.

Para já, podemos dizer que o conceito de economia social tem uma longa tradição em Portugal. Não é um fenómeno recente. O início do uso deste conceito, nos anos 40 do século XIX, foi paralelo ao que acontecia em outros países da Europa Latina. Igualmente se pode afirmar que os inícios da economia social em Portugal foram agitados, como não poderia ser de outra maneira, numa sociedade que estava a tentar romper com as amarras do antigo regime e tendo em conta as vicissitudes de uma vida política e económica arriscada. Foram inícios atravessados por diferentes tendências ideológicas e culturais, com diferentes grupos sociais envolvidos, com experiências variadas que tentavam abrir um caminho no sentido de uma organização civil e popular que enfrentava necessidades ancestrais e urgentes, para alcançar uma maior justiça e democracia. Não foi um caminho agradável e cheio de rosas, nem Sagra uma flor do verão que rapidamente murcha.

De qualquer forma, se Sagra foi publicado em 1840 na revista portuense era porque havia um núcleo de Portugueses “esclarecidos”, sensíveis às suas propostas. Ele teve o mérito de oferecer o novo conceito de economia social que começou a ser usado em Portugal, com continuidade posterior. Deverão ser estudados com mais profundidade os conteúdos que a economia social integrava naquela época. Mas, em qualquer caso, sob este conceito estava uma visão reformista que, contribuindo para esclarecer algumas perspetivas, enquadrava alguns dos interesses e ideais daqueles que, no momento, se abriam aos ventos que sopravam da Europa e defendiam uma visão modernizadora e progressista de Portugal.

Neste sentido, os primórdios da economia social em Portugal não fazem mais do que refletir os limites e virtualidades da economia social que se prolongam até aos dias de hoje. Querendo ser uma economia diferente não poderia ser mais do que uma tentativa reformista do sistema económico, que tratando de ser uma melhoria dos mecanismos de assistência social não pode ir muito mais além do que um tratamento menos repressivo da pobreza; que procurando refletir e formalizar o discurso e as práticas das organizações operárias e populares, dificilmente poderia libertar-se de uma economia política que fundamentava e justificava o capitalismo. No entanto, esses movimentos da economia social em Portugal abriram caminhos, estreitos e cheios de dificuldades, nos quais circularam outras ideias e outras práticas cuja capacidade emancipatória se colocaria à prova posteriormente.

Referências Bibliográficas

- ALMODOVAR, António; CARDOSO, José Luís (2012), “Textbook and the teaching of political economy in Portugal 1759-1910” in Massimo Augello e Marco Guidi, *The economic reader*, N.Y. Routledge.
- ARENAS, Nuñez (1924), *Don Ramon de la Sagra, reformador social*, Madrid, Facultad de Letras.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1991), *Seis estudos sobre o liberalismo Português*, Lisboa, Ed. Estampa.
- CAAMAÑO, Manuel José (1999), “Ramon de la Sagra, pionero de la sociología en España”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º88, pp. 261-272.
- CAMBRÓN, Ascensión Infante (1998), “Ramon de la Sagra, un Gallego ilustrado”, *La Coruña, Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad de la Coruña*.
- CAPELLÁN, Gonzalo de Miguel (2003), “Alvaro Florez Estrada y la cuestión social” in Varela Suanzes (Comp.), *Alvaro Florez Estrada (1766-1853) Política, economía, sociedad*, Oviedo: Junta General del Principado de Asturias.
- CASTANHEIRA, Maria Elvira (1997), *A imprensa industrial do liberalismo e a crise económica de 1876*, Porto, C.L.C.- FLUP.
- CENTRO DE ESTUDOS POLITICOS SOCIAIS (1960), *Limites e possibilidades do movimento cooperativo*, Lisboa, CEPS.
- CRUZ, Maria Antonieta (1999), *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- ESTRADA, Álvaro Flórez (1839), *La cuestión social o sea origen, latitud y efectos del derecho de propiedad*, Madrid, Imprensa de Manuel de Burgos.
- GARRIDO, Álvaro (2016a), *Queremos uma economia nova*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- (2016b), *Uma história da Economia Social*, Lisboa, Tinta da China.
- GOODOLFIM, Costa (1876), *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- HORMIGO, Sánchez e GUILLÉN, José Luis Malo (1999), “La economía social de Ramón de la Sagra” in Enrique Quintana (Coord.), *Economía y economistas españoles*, Madrid, Ediciones Gurtenberg, Vol. 5.
- HORMIGO, Alfonso Sanchez (2011), “Saint Simonismo, socialismo racional e influências Proudhonianas. El pensamiento económico de Ramón de la Sagra”, *Cuadernos Aragoneses de Economía*.
- IGLESIAS, HERNANDEZ (1876), *La beneficencia en España*, Madrid, Establecimientos Tipográficos de Manuel Minuesa.
- LINARES, Francisco Quirós (1991), “Ramon de la Sagra (1798-1871)”, *Rev. Cuatrimestral de geografía*, nº 26, pp. 229 – 242.
- LOPES, Maria Antónia (1997), “Pobreza, asistencia y política social en Portugal en los siglos XIX y XX. Perspectivas historiográficas”, *Rev Ayer*, nº 25, p. 211 – 240.
- MAGALHÃES, Maria Madalena (1988), “A indústria do Porto na primeira metade do século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Vol. IV, pp. 111-154.
- MONTÓN, Garcia (1996), “Reflexiones de Ramón de la Sagra como reformador social: las instituciones benéficas de Estados Unidos, 1835”, *Revista de Estudios Americanos*, nº 4, pp. 283 - 293.
- PINTO, Albano de Silveira (1837), *Prelecções Preliminares ao Curso de Economia Política da Escola da Associação Comercial do Porto*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- RAMOS, Oliveira (1994), *História de Porto*, Porto, Porto Editora.
- REIS, António do Carmo (1996), “Maçonaria e o liberalismo no Porto: tópicos para um debate” in Pedro Lázaro (Coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo*, Porto Universidade Católica Portuguesa.
- RICO, Antón Costa (2013), “Sociedad burguesa y educación en el siglo XIX: la perspectiva reformista

- transnacional de Ramón de la Sagra y la educación en España”, *Revista de Pedagogía*, Vol. 65, nº 4, pp. 47-60.
- SAGRA, Ramón de la (1836), *Cinco meses en los Estados Unidos de la América del Norte*, Paris.
- (1839), “Tierra, trabajo y cuestión social”, *Rev. El Corresponsal*, Madrid, n.º 194.
 - (1840), *Banque du peuple. Théorie et pratique de cette institution, fondée sur la théorie rationnelle*, Paris.
 - (1843), *Atlas carcelario*, Discurso [...] para la mejora del sistema carcelario, correccional y penal de España, Barcelona.
 - (1848), *Le problème de l'organisation du travail*, Paris, Congrès des économistes de Bruxelles.
 - (1850), *Notas para la historia de la prostitución en España*, Madrid.
- SAMPAIO, Adrião Forjaz (1845), *Elementos de economia política e estatística*, Coimbra, Nova edição Imprensa da Universidade.
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos (2009), *História literária do Porto através das suas publicações periódicas*, Porto, Ed. Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (1980), “A burguesia comercial portuguesa e o ensino de Economia Política: o exemplo da escola do Porto (1837-1838)”, *Análise Social*, Vol. XVI, n.º 61-62, pp. 363-381.
- SILVA, Francisco Ribeiro (1996), “Maçonaria e o liberalismo no Porto” in Pedro Lázaro (Coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo*, Porto Universidade Católica Portuguesa.

Jordi Estivill. Professor Jubilado da Universidade de Barcelona (Barcelona, Espanha).
Endereço de correspondência: Aulestia i pijoan 24. Barcelona 08012, Espanha. Email: jordi_estivill@hotmail.com

Artigo recebido em 20 de dezembro de 2016. Publicação aprovada em 15 de março de 2017.

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos¹

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Resumo

A instauração de um regime autoritário em Portugal a partir de 1926 veio impor restrições ao jornalismo então praticado. Com a institucionalização do Estado Novo, em 1934, a atividade tornou-se sujeita não só à censura, como também às orientações do regime. A partir da pesquisa do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* e da *Gazeta Literária*, editada pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, o objetivo do estudo reside na análise de uma série de artigos, intervenções e debates em torno da condição do jornalista. Estes, como pretendemos demonstrar, traduzem a clivagem entre defensores de um escol de jornalistas e os que viam no jornalismo uma atividade eminentemente laboral.

Palavras-chave: Estado Novo; jornalistas; trabalho.

Proletarians or professionals? The journalist's condition during Estado Novo (1934-1958)

Abstract

The establishment of an authoritarian regime in Portugal, from 1926, imposed restrictions on the journalism then practiced. With the institutionalization of the *Estado Novo* in 1934, journalism became subject not only to censorship, but also to the guidelines produced by the regime. From the research of the *Bulletin of the National Union of Journalists* and *Literary Gazette*, published by the Association of Journalists and Men of Letters of Oporto, the aim of the study lies in the analysis of a series of articles, speeches and debates on the journalist's condition. These, as we shall demonstrate, reflect the split between advocates of an elite journalism, more affiliated to the regime, and those who regarded journalism as an eminently labour activity.

Keywords: Estado Novo; journalists; work.

¹ Este artigo resulta da pesquisa levada a cabo no âmbito de um projeto de pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/96064/2103)

Proletaires ou professionnels? La condition des journalistes au cours de l'Estado Novo (1934-1958)

Résumé

La mise en place d'un régime autoritaire au Portugal en 1926 a imposé des restrictions sur le journalisme alors pratiqué. Avec l'institutionnalisation de l' *Estado Novo* en 1934, le journalisme est devenu non seulement soumis à la censure, ainsi comme a les lignes directrices du régime. De la recherche du *Bulletin de l'Union nationale des Journalistes* et de la *Gazette Littéraire*, publié par l'Association des Journalistes et des Hommes de Lettres de Porto, le but de l'étude réside dans l'analyse d'une série d'articles, de discours et des débats sur la condition du journaliste. Ceux-ci, comme on le verra, reflètent la clivage entre les partisans de un journalisme d'élite, plus proches du régime, et ceux qui identifiait en le journalisme une forme de travail.

Mots clés: Estado Novo; journalists; travail

¿Proletarios o profesionales? La condición del periodista durante el Estado Novo (1934-1958)

Resumen

El establecimiento de un régimen autoritario en Portugal desde 1926 ha impuesto restricciones al periodismo practicado. Con la institucionalización del *Estado Novo* en 1934, el periodismo se convirtió sujeto no sólo a la censura, así como a las directrices del régimen. De la investigación del *Boletín de la Unión Nacional de Periodistas* y de la *Gaceta Literaria*, publicada por la Asociación de Periodistas y Hombres de Letras de Porto, el objetivo del estudio radica en el análisis de una serie de artículos, discursos y debates sobre la condición del periodista. Estos, como pretenderemos demostrar, reflejan la clivación entre los defensores de un periodismo de élite, más afecto al régimen, y los que veían en el periodismo una actividad eminentemente laboral.

Palabras clave: Estado Novo; periodistas; trabajo.

Introdução

A criação do Estado Novo veio introduzir profundas mudanças na regulação da imprensa, então impostas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), instituído em 1933. O objetivo, segundo a expressão de José Tengarrinha, foi a da construção de um *bloco de opinião nacional* (Tengarrinha, 2006: 180) a partir quer dos serviços de censura, quer da orientação sistemática da produção noticiosa. Nesta senda, seria posteriormente instaurado, em 1940, o Gabinete da Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, com vista a assegurar uma maior articulação entre os vários organismos do Estado. Mais tarde, em 1944, o SPN adotaria a designação de Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). A mudança, segundo Tengarrinha, não seria meramente nominal, verificando-se o reforço da di-

reção de Salazar e, paralelamente, uma ação concentrada na reprodução de práticas culturais, doravante representadas como os laços indissolúveis entre Estado Novo e Nação (idem: 181). Ao longo deste processo, o jornalismo seria transformado num instrumento de propaganda ao serviço do Estado, com óbvias implicações sobre quem a ele se consagrava.

A partir da observação quer das várias políticas estabelecidas pelo regime, resultantes da ação corporativa operada pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) e pelo Grémio Nacional da Imprensa Diária, quer dos debates em torno das medidas adotadas, este artigo propõe-se analisar os debates em torno da condição social do jornalista durante o período compreendido entre 1934 e 1958. Este corresponde à vigência de uma imprensa pouco profissionalizada, composta por um corpo de jornalistas com formação apenas ao nível da «tarimba», com a devida exceção de algumas figuras notórias.

A presente investigação baseia-se nos conteúdos de diversas publicações, especificamente ou parcialmente dedicadas à atividade jornalística, nomeadamente o *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* (1941-1945) e a *Gazeta Literária*, da responsabilidade da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (AJHLP). Se a primeira, publicada durante o período de consolidação do Estado Novo, espelha por inteiro a linha política do regime, a segunda tende a dar lugar a uma maior diferença de opiniões e posições. Apesar de não constituir um fórum da oposição política ao regime, a sua natureza associativa, fora da alçada corporativa, permitiu-lhe, ainda que de forma limitada, um discurso mais aberto, diversificado e crítico. O corpus de análise incluirá igualmente os importantes contributos teóricos produzidos sobre o tema (Sousa, 2011; Garcia, 2009; Correia, Baptista 2007; Cabrera, 2006; Sobreira, 2003; Veríssimo, 2003).

A definição da condição de jornalista constitui, desde sempre, um enorme desafio. O jornalismo apresenta certamente um *ethos* específico, em que valores como independência, autonomia, credibilidade ou objetividade compõem o quadro normativo e ideológico a partir do qual os jornalistas interpretam o seu ofício e o distinguem dos outros (Schudson, 1978; Tuchman, 2009 [1978]; Golding, Elliot, 1979; Schiller, 1981; Deuze, 2005; Camponez, 2011). Porém, é importante realçar que estes valores não se encontram estritamente ligados a uma conceção profissional do jornalismo, podendo constituir a base conceptual de uma *comunidade interpretativa*, isto é, a partilha de um sentido comum em torno da atividade derivada das interpretações coletivas sobre histórias passadas (Zelizer, 2000; Traquina, 2004)². Ao mesmo tempo,

² Estas considerações acompanham, historicamente, o que Carlos Manuel Gonçalves designa de “movimento revisionista da sociologia das profissões”, o qual vem contrapor às teses funcionalistas um conjunto de análises neomarxistas, neoweberianas ou integracionistas (Gonçalves, 2007, 2008: 181).

fatores como a insegurança no emprego ou a reduzida carga salarial vêm condicionar a sua independência e autonomia. Assim, e analisando-o à luz da sociologia das profissões, o jornalismo poderá ser encarado como uma *semi-profissão* ou uma *profissão inacabada*, não preenchendo os critérios mínimos de qualificação³ (Fidalgo, 2008: 67). A sua definição, como realça Rémy Rieffel, acaba por redundar numa tautologia: é jornalista quem exerce o jornalismo (Rieffel, 2004: 126).

Apesar dos efeitos da censura, é possível identificar nestas publicações um conjunto de reflexões que, a nosso ver, importa revisitar. Os termos do debate permanecem atuais, uma vez que a tensão entre a falta de privilégios materiais e a natureza simbólica da atividade, outrora específica do jornalismo, alargou-se a uma série de profissões intelectuais, fenómeno que Oppenheimer designou de *proletarização dos profissionais* (Oppenheimer, 1979). O jornalismo é, neste sentido, paradigmático.

Na abordagem a desenvolver, os conceitos de *profissional* e de *proletário* não serão considerados a partir de uma perspetiva restrita. A definição do jornalismo como profissão não obedece a um raciocínio funcionalista, assente em tipos-ideais, mas sim a um entendimento menos rígido e ciente, segundo Denis Ruellan, das “maneiras de fazer, de usos, de mediações entre o indivíduo e a sua prática” (Ruellan, 2007: 28). Por sua vez, a associação do jornalismo a uma forma de trabalho não será indiferente ao teor particular deste ofício, inserido numa esfera simbólica e comunicacional. O jornalismo, sob este prisma, é profissão e trabalho, ou seja, uma atividade eminentemente reflexiva enquadrada numa teia de relações dirigidas a partir de cima (Garcia, 2009: 71). O objetivo deste estudo reside assim na análise da tensão entre a expressão e vocação jornalísticas e a engrenagem autoritária e burocrática gerida pelo Estado Novo.

O Estado Novo e a formação de um escol de jornalistas

A obra de refundação do jornalismo operada pelo Estado Novo deveu-se, entre outras figuras, a António Ferro. O diretor do SPN (1933-1949) terá sido responsável, juntamente com outros jornalistas, por um abaixo-assinado a defender a criação de um sindicato de jornalistas (Veríssimo, 2003: 44). O argumento é o da inexistência de tal associação em Portugal, dado que o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lis-

³ Estes são os seguintes: certificação formal, por diplomas, do conhecimento científico e das competências específicas; autonomia da decisão sobre o tipo e a forma de realização do trabalho, autorregulação e fechamento no acesso ao mercado de trabalho; e orientação da atividade para a resolução de problemas” (Rodrigues, 2012: 9).

boa congregava diversas condições: redatores, repórteres, informadores, fotógrafos, desenhadores ou revisores, desde que com mais dois anos de experiência (Valente, 1998: 40). De facto, como salientará mais tarde o ex-diretor do *Diário de Notícias* Alfredo da Cunha, a Associação dos Trabalhadores de Imprensa de Lisboa (base a partir da qual seria mais tarde criado, em 1924, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa) havia aberto “as suas portas ainda mais amplamente do que qualquer das três precedentes, aos que quisessem nela agremiar. Porque o único requisito exigido era exercer a actividade profissional na imprensa periódica de Lisboa, sendo apenas excluídos os que não recebessem ordenado mensal das empresas em que trabalhassem (Cunha, 1941: 69).

A composição multiforme do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa serviu, no entanto, e mais do que tudo, como um falso argumento, utilizado para ultrapassar a sua intransigência em relação às novas regras estabelecidas pelo regime. Na primeira assembleia dedicada à análise das suas implicações, a direção do sindicato apresentaria um parecer crítico dos planos delineados pelas autoridades, acusando-as de pretender suprimir as liberdades e de proibir todas as atividades políticas, com a exceção das organizadas pelo grupo partidário afeto ao governo (Patriarca, 1991: 42; Valente, 1998: 76). O documento, apresentado pelo jornalista e dirigente sindical Belo Redondo, não viria, contudo, a ser aprovado, tendo as autoridades policiais presentes encerrado a sessão. Uma segunda assembleia confirmaria a orientação em vigor, rejeitando uma proposta mais conciliadora de revisão e revogação de alguns pontos do Decreto-Lei n.º 23 050 (Patriarca, 1991: 50; Valente, 1998: 78). Como resultado, o sindicato viria a ser dissolvido.

Criado em 26 de fevereiro de 1934, por alvará governamental, o SNJ acabaria por se assumir como a exclusiva entidade representativa dos jornalistas portugueses. António Ferro chegará mesmo a acumular as funções de diretor do SPN com as de presidente do SNJ, facto elucidativo do grau de autonomia que o sindicato passaria a usufruir. No mesmo ano, o governo regularia a atribuição do título de categoria profissional de jornalista por via do decreto n.º 24 006. O regimento, face a alegadas ambiguidades na interpretação, seria alterado por mais duas vezes. Aliada aos novos estatutos do SNJ, aprovados em 1941, a carteira profissional seria emitida pelo sindicato e, posteriormente, visada pelo Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência (INTP). O novo regime vem restringir o conjunto de condições integradas na categoria de jornalismo, limitando-a aos chefes e subchefes de redação, redatores, repórteres e fotógrafos de jornais diários; e aos correspondentes e redatores de agências noticiosas nacionais ou estrangeiras.

A importância da imprensa na edificação e estabilização do Estado Novo implicaria a constituição de um escol de jornalistas, à altura da obra em questão. O jornalista e intelectual Homem Christo (Filho), próximo do regime, chegaria mesmo a afirmar, num artigo publicado no *Boletim do SNJ*, que “em Portugal, o verdadeiro jornalismo nem se iniciou” (Christo, 1941: 104), dada a ausência de educação moral e de carácter entre a comunidade jornalística. Para o grande papel que lhe cabe, o jornalismo, na sua visão, “tem de ser culto, muito culto, e orientar-se pelos interesses coletivos e não pelo interesse abjeto dos homens políticos e das facções” (Christo: 106, 107).

A defesa de formação dos jornalistas assumirá um particular destaque entre os objetivos consignados pelo SNJ. Em carta endereçada ao Ministro da Educação Nacional, Luiz Teixeira, à altura presidente do sindicato, requisitará o patrocínio e apoio na organização de um Curso de Formação de Jornalismo, capaz de contrariar a tendência dominante ao nível do recrutamento, em geral realizado

“por tentativas de experiência, incertas e pouco seguras dos seus resultados. A carreira profissional do jornalista começa com base em indícios nítidos de vocação e tendência natural e desenvolve-se sempre ao sabor da revelação de espontâneas qualidades pessoais. Reconhecemos que falta o encaminhamento necessário que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta que faz do jornalismo o seu modo de vida e põe ao seu serviço as melhores energias intelectuais, quâsi sempre com apaixonante dedicação. Em muitas capitais estrangeiras preencheu-se essa falta com as Escolas de Jornalismo” (Teixeira, 1941: 6).

Porém, quer a recomendação produzida por Homem Christo (Filho), quer a presença de figuras que acumulavam a condição de jornalista com a de escritor, remetem para um perfil de jornalista que não se limita à mera acumulação de competências técnicas. Num artigo publicado no *Diário de Lisboa* (e, posteriormente, no *Boletim*), Pedro Mayer Garção, vencedor do prémio do SNJ (1942), enumera as qualidades exigidas pela função – “cultura geral, talento de improvisação, qualidades literárias invulgaes, agilidade mental, probidade de espírito” (Garção, 1945: 9), as quais não se adquirem necessariamente por via de um ensino especializado. Hugo Rocha, numa peça publicada na mesma edição, explicita as razões que levam a que todo o jornalista seja, por imperativo, um homem de letras:

“Reajamos, porém, já que nos cumpre conduzir a «opinião pública» e não ser conduzido por ela, contra os vícios a que nos habituamos e habituamos os leitores dos «nossos» jornais. E contra tanto veneno de factos e opiniões, preparemos ou diligenciemos preparar o antídoto rigorosamente literário que, longe de amedrontar o leitor, o convença de que a vida e o mundo não estão condicionados apenas aos «comunicados

oficiais do Grande Quartel General...» e de que há ainda sol bastante para nos aquecer a alma enregelada por tantas dores colectivas” (Rocha 1941-45, 37).

Aparentemente ousada, a crítica aos comunicados oficiais não parece visar os valores emanados desse Quartel-general, prometendo, *contra o veneno de factos e opiniões*, destacar esse sol que, num mundo em plena guerra mundial, nos aquece a alma. Não se trata assim, como sublinha o historiador Luís Trindade, da subversão dos “valores tradicionalistas, mas na imposição massificada, generalista e uniformizadora, destes valores em forma de nacionalismo moderno” (Trindade, 2008: 196).

Uma das propostas mais debatidas no seio do SNJ seria a de constituição de uma Ordem de Jornalistas. A inspiração, conforme patente numa grande parte dos artigos a defender essa via, advém de uma resposta proferida por Salazar a uma questão colocada por António Ferro. Perguntava-lhe este se não teria “chegado o momento, por exemplo, de acabar com a censura?” (Ferro, 1978 [1932]: 93). Reconhecendo a irritação provocada por tal dispositivo, Salazar propõe o seguinte:

“Ora o jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega a esse policiamento à censura que também pode ser apaixonada, por ser humana, e que significará, sempre, para quem escreve, opressão e despotismo. Mas vou oferecer-lhe uma solução para esse problema, para esse aspecto da questão: porque não se cria uma Ordem de Jornalistas como se criou uma Ordem dos Advogados? Dessa forma, o papel moralizador da censura passaria a ser desempenhado pelos próprios jornalistas e dentro da sua classe. Não lhe parece uma boa sugestão?” (Ferro, 1978 [1932]: 95).

A sugestão é aceite por Ferro, o qual admite não ser “a primeira vez que ela nos ocorre”, acreditando que os seus “camaradas jornalistas a estudariam com prazer, até com alegria, se essa Ordem de Jornalistas trouxesse o fim da censura” (idem: 95). Independentemente de a proposta poder traduzir mais uma manobra retórica do que propriamente uma intenção política, o seu objetivo seria garantir um jornalista que apenas se reconhecesse junto de colegas e não de outro tipo de pessoal, de menor estatuto. Porém, e como veio a ser denunciado por correntes internas ao próprio regime e pelo próprio SNJ, esse poder simbólico depreendia uma base material minimamente segura, à altura inexistente.

O fosso social que separava a maioria dos jornalistas do pequeno grupo de protegidos à volta de António Ferro (Correia, Baptista, 2007: 54), não seria, contudo, apresentado como intransponível⁴. Não só o exercício da profissão é, conforme se

⁴ À época, o número de jornalistas não ultrapassava as três centenas (280 em 1940 e 295 em 1945) (So-

pode ler no Boletim do SNJ, apresentado como motivo de orgulho por si só, como ao jornalista se impõe o dever de esforço e perseverança:

“devemos, realmente, ter e manter esse orgulho, mas não com o orgulho conformado e passivo de fidalgo que contempla os seus domínios hereditários, que ele recebeu e que ele desfruta sem mais preocupações, antes com o orgulho consciente, não dos direitos, que isso pouco vale, mas das responsabilidades que cabem inalienavelmente ao exercício desses direitos [...]. Dir-se-á: é exigir muito em troca de muito pouco. Exactamente. A objeção colhe – mas é preciso que não colha. O nobilitamento da profissão é tarefa que incumbe ao próprio profissional. As honras construí-las-emos nós: os profeitos devidos a essas honras serão consequência necessária, cairão como fruto maduro” (Santos 1941, 141).

O jornalista vê-se assim categorizado como alguém que, auferindo de condições de trabalho precárias, deve renunciar à tentação de se deixar guiar por estas, considerando o bem da nação acima de tudo.

O Contrato Coletivo de Trabalho e os dilemas da condição jornalística

As primeiras tentativas de negociação de um Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com o Grémio Nacional de Imprensa Diária revelar-se-iam infrutíferas. Luiz Teixeira chegaria mesma a classificar o contraprojeto da associação empresarial como “*indigno de apreciação por humilhante*” (Teixeira, 1942-1945: 27). A conjuntura internacional havia originado o aumento de preços das matérias-primas, em particular do papel, obrigando a imprensa a concentrar a redução de custos noutras áreas, entre as quais a do pessoal. O contencioso obrigaria à criação de uma comissão conciliadora, liderada por António Ferro, destinada a estudar as condições dos jornalistas e a adotar as respostas tidas como apropriadas. Em 1943, o Diário de Governo publicaria um despacho do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social a definir os salários, as normas de trabalhos e a instituir a caixa de reformas para os profissionais da Imprensa Diária. Perante a falta de dinamismo da organização corporativa, tendência igualmente verificada noutros setores, o Estado Novo acabaria por assumir a iniciativa (Patriarca, 1991: 31).

Além da divisão já existente entre as diversas categorias na redação, a regulamentação viria a introduzir um fenómeno de dupla segmentação. Em primeiro lugar, e acompanhando o estabelecido nos estatutos do sindicato, a legislação abrange apenas

breira, 2003: 27).

os chefes, subchefes, redatores, repórteres e fotógrafos da imprensa diária e os correspondentes e redatores das agências noticiosas, excluindo assim todos os que não se inseriam nestas categorias (a integração dos jornalistas desportivos, por exemplo, apenas viria a acontecer em 1962). Em segundo lugar, a definição dos montantes salariais é realizada com base na distinção entre os jornais de expansão geral de classe A (*Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *O Século*), todos eles de Lisboa; de classe B (*Jornal de Notícias*, *Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*), todos eles do Porto; de classe C (*Diário da Manhã*, *Jornal do Comércio*; *Novidades*, *República*, *A Voz*) e, por fim, jornais de expansão local. Numa comunicação à classe publicada no SNJ, o seu presidente Luiz Teixeira criticaria a medida, identificado na mesma dois tipos de inconvenientes: para os jornais, contabilizando-se os efeitos da “diminuição evidente do prestígio do jornal” junto quer do leitor, quer das empresas de publicidade; e para os jornalistas

“a sua equiparação a jornalistas ocupados em diários de categoria inferior é, verdadeiramente, inadmissível. Se acrescentarmos que os jornalistas dos quadros indicados têm exigências materiais de vida e de representação iguais às daqueles que pertencem a diários de categoria superior; que são claramente insuficientes os seus ordenados; e que existem entre eles numerosos profissionais intelectualmente categorizados e com largos anos de bons serviços prestados ao jornalismo e ao jornal em que trabalham, verificaremos a agudeza dos efeitos materiais e morais que suportariam no caso de os seus diários não serem justamente classificados” (Teixeira 1945: 39 e 40).

Posta de parte a garantia de condições que possibilitassem a elevação do estatuto do jornalista ao do médico ou do advogado, e face a um tecido empresarial pouco dinâmico e essencialmente detido por famílias (Correia, Baptista, 2007: 51), ao Estado Novo restava a prevenção de um espírito de corpo.

O fim da divisão entre jornais A e B imposto pelo CCT, mais tarde assinado entre o SNJ e o Grémio Nacional da Imprensa Diária em 1951, não veio originar alterações de revelo nas condições de trabalho dos jornalistas⁵. A *Gazeta Literária*, publicação editada pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (AJHLP), seria um dos principais fóruns de denúncia dos problemas enfrentados pela classe jornalística. As críticas apontadas, contudo, não traduzem necessariamente a oposição ao regime. A publicação atribuiria, a título de exemplo, um especial relevo à intervenção do deputado João Amaral na Assembleia Nacional. No requerimento apresentado, o ex-jornalista considera “não ser impossível, nem inoportuno, rever e melhorar as condições mínimas estabelecidas pelo contrato colectivo”, dado ter tido “conhecimento

⁵ A distinção entre jornais de pequena e grande expansão seria mantida (Cabrera, 2006: 150).

de que uma empresa editora de um diário da capital [*Diário Popular*] tomara a iniciativa de compensar com uma melhoria substancial de vencimentos alguns dos seus redatores” (Amaral, 1953: 127). A proposta apresentada, segundo o então presidente do SNJ Luís Teixeira, “permite-me supor que, se quisermos, poderemos conseguir salvar-nos dos estragos que essa proletarização ocasionaria no conceito justo da nossa ética naturalmente diferenciada” (Teixeira, 1953: 129). No almoço de homenagem a João Amaral, Artur Maciel, jornalista e escritor próximo de Ferro, mencionaria o desvirtuamento operado nas últimas décadas, enquadrado por categorias que pouco têm a ver com a atividade jornalística:

“O jornalista em Portugal diminuiu-se impensadamente quando deu em preferir a designação de profissional da Imprensa. De elemento formativo de uma profissão livre, dotada de uma deontologia própria e com qualificação técnica diferenciada por categoria de valores intelectuais, reduziu-se como que a uma mera classe de empregados por conta de outrem. [...] Dentro da empresa [...] o jornalista uma vez classificado profissional de Imprensa, passou a ser considerado como factor de trabalho, idêntico e confundível com todos os outros profissionais que a engrenagem da Imprensa utiliza para a edição do jornal” (Maciel 1953, 130).

Os comentários visam o associativismo praticado ao longo do período da República, o qual orientou a sua estratégia não só pelo alargamento das suas bases de associação, como pela coligação com outras condições, como a dos tipógrafos (Valente, 1998; Trindade, 2016). Não se trata, segundo Maciel, de reanimar a “chama romântica” ou a “boémia de espírito”, valores com pouco significado quando confrontados “nos nossos dias com um vulcão de realidades imperativas” (Maciel, 1953: 130). As questões de política internacional são apresentadas como o exemplo da necessidade, perante os interesses de Portugal no mundo, de “jornalistas especializados, com tempo e dinheiro que lhes permitam uma leitura geral com que se apetrechem devidamente!” (Maciel, 1953: 130).

Os meios ao serviço desta causa não eram, contudo, objeto de consenso entre os jornalistas. Face à diferença de condições existente entre os jornalistas de Lisboa e os do Porto, com os primeiros a auferir de uma remuneração superior, a denúncia do CCT por parte do SNJ, com vista a garantir o alargamento universal dos aumentos realizados por vários jornais de Lisboa, viria a ser alvo de críticas na *Gazeta Literária*. Segundo o diretor da revista e jornalista Mário Amaral, o acordo firmado entre sindicato e grémio havia tido o mérito de “justificar a razão de ser dos organismos contratantes, bem como o de melhorar sensivelmente a situação material de mais de duzentos jornalistas” (Amaral, 1953: 161). Se, por um lado, a figura do CCT vinha

confirmar o cariz laboral da condição jornalística, por outro, “a despeito da natureza intelectual do labor jornalístico, a profissão já de há muito se encontrava proletarizada, deixando de revestir o carácter liberal que se lhe atribui durante largos anos, mais por convenção, diga-se de passagem, do que por direito próprio” (Amaral, 1953: 161).

A perseguição das medidas incluídas no acordo deveria, na sua opinião, merecer um maior dinamismo por parte da direção do SNJ, cuja ação denotava “uma atitude de soleta e imperturbável imobilidade” (Amaral, 1953: 161). O autor refere-se, especificamente, ao atraso da nomeação de comissões nomeadas pelo sindicato (em Lisboa e no Porto), com funções ao nível da fiscalização do cumprimento do CCT nas redações. Meses depois, uma moção de desconfiança da direção do SNJ seria aprovada por jornalistas do Porto, reunidos em assembleia na sede da AJHLP. O texto identifica na denúncia do CCT a crença no voluntarismo das administrações dos jornais. Tal empreendimento

“pode ser cómodo, porque não impõe o mínimo esforço, mas não é práctico – nem sindical. Se o «Popular», o «Diário de Notícias», o próprio «Século», fizeram aumentos apreciáveis e louváveis, a experiência demonstra que, na maioria dos outros jornais, tais melhorias não são possíveis por decisão voluntária das empresas [...]. Os mentores sindicais, porém, que diga-se de passagem, pertencem, quase por completo, aos quadros redactoriais do «Popular» e do «Diário de Notícias», não estão directamente interessados no progresso geral da classe, e dir-se-ia mesmo não compreenderem, ou não quererem compreender, que aquilo a que chamam, pomposamente, o prestígio dos jornalistas, é inseparável da situação económica que eles desfrutarem” (GL, 1953: 226).

A resposta da direção do SNJ parece confirmar as suspeitas expressas na moção. O seu presidente Augusto Pinto justificaria a decisão a partir dos resultados de um inquérito à classe favoráveis à denúncia do CCT. Para a maioria dos jornalistas, de acordo com a sua análise, tratava-se de “um instrumento que lhes fora imposto e ao qual deviam, como lei, acatamento, mas nenhuma espécie de simpatia” (Pinto, 1954: 11).

Proletários ou artesãos?

Ao longo deste contencioso, a *Gazeta Literária* dedicaria várias peças à reflexão em torno da atividade jornalística, algumas delas da autoria de figuras da oposição ao regime. Em resposta a uma *História da Imprensa Operária*, assinada por César Nogueira, o anarquista e jornalista Jaime Brasil viria a incluir considerações sobre a condição socioprofissional dos redatores d’*A Batalha*, o diário de informação editado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), organização sindicalista revolucionária:

“Se alguns dos meus camaradas têm ilusões a esse respeito e pretendem exercer uma profissão liberal, esquecem estar sujeitos ao mesmo regime dos demais trabalhadores e empregados por conta doutrem. Os contratos de trabalho com as suas prescrições de horários, folgas, licenças e sanções, devem ter dissipado a última ilusão de quantos acreditavam num jornalismo de boémia intelectual que parece ter vicejado lá para o século findo” (Brasil, 1953: 167).

Esta equiparação é recusada por César Nogueira, em nome da liberdade de pensamento e de escrita. O autor reforça o facto de nunca ter sido pago pelas décadas de colaboração com vários jornais e revistas, escrevendo “onde quero, e me acolhem. Não tenho a pena alugada e direi ainda mais que, pelo facto de eu ter militado no partido socialista, nunca fui súbdito de chefes ou de mentores” (Nogueira, 1953: 206). Na réplica, Jaime Brasil classifica tal postura como próxima da praticada por *operários amarelos*, dadas as consequências da oferta de trabalho gratuito às administrações da imprensa, “numa profissão que não é sua e na qual há trabalhadores desempregados”. Enquanto jornalista, declara ser um assalariado, encontrando-se a sua “pena alugada ao serviço dos leitores, pois são eles que me pagam por intermédio dum patrão qualquer. Em mais de trinta anos de ofício, nunca entrei, contudo, numa padaria a oferecer-me para fazer pão de *graça*, com o intuito de tirar o pão aos operários padeiros. Isso considerá-lo-ia uma abjecção” (Brasil, 1953a: 220).

A sua objeção decorre igualmente da natureza seletiva deste tipo de colaboração voluntária, concentrada nos artigos de fundo e não tanto “nas obscuras tarefas do expediente ou das províncias, da reportagem ou do estrangeiro, em primeiro lugar porque não sabem e, se soubessem, isso não daria lustre aos seus nomes” (idem: 220). O cenário de desigualdade produzido assemelha-se, conclui, a uma “feira onde todos os exibicionistas agitam as suas penas de pavão, acusando-nos ainda por cima – como se dum crime se tratasse! do anonimato que nos é cruelmente imposto e de que eles se aproveitam para só os seus nomes aparecerem” (idem: 220).

A referência final à questão do anonimato poderá constituir uma resposta não só a César Nogueira, mas também ao artigo *O Anonimato Jornalístico*, de Óscar Lopes, publicado no número anterior da *Gazeta Literária*. Neste, o linguista, crítico literário e opositor ao regime define a escrita sem assinatura como a de “um caso de proletarização integral”, pois, e ao contrário do operário, a atividade do repórter ou jornalista “não pode confundir-se com o trabalho de que resulta de obras reproduzíveis, em série, como nas empresas industriais. [...] O cronista, o articulista reage dentro de circunstâncias que tendem a criar uma psicologia de artesanato intelectual, e não de proletariado intelectual” (Lopes, 1953: 192). Não encontrando outra

justificação para o fenómeno senão “uma certa compressão indirecta na valorização monetária do trabalho do jornalista” (idem: 192), a qual seria eventualmente compensada pelo aumento do interesse dos leitores, Lopes atribui ao anonimato a perda do “estímulo pessoal num género de tarefas que, contraditoriamente, são por essência, improdutíveis como as obras de arte, logo pessoais” (idem: 192).

O dissenso em torno da condição jornalística – se proletária, se artesanal e intelectual – parece assim ultrapassar a esfera limitada do SNJ e das suas fraturas económicas e regionais. Entre os próprios jornalistas e homens de letras do Porto é possível identificar posições díspares relativas à associação. Desde a sua criação em finais do século XIX, conforme o estudo desenvolvido por Joaquim Salgado, a AJHLP assumiu “uma acção positiva quando as liberdades de imprensa sofriam insólitas amputações, defendendo os direitos morais e materiais dos jornalistas de profissão” (Salgado, 1952: 3), sem adotar uma feição sindical. A partir da década de 20, foram várias as tentativas da sua transformação numa associação de classe de jornalistas do Porto, a quais, porém, não obteriam sucesso. O esforço teorizador do jornalismo perflhado por alguns autores tendia a contrastar com diversos artigos críticos da imprensa e da sua lógica de produção mercantil (Sousa, 2011). A par de uma distinção de classe, manifesta na desigualdade de rendimentos, este conflito resulta igualmente de uma oposição, entre os intelectuais do Porto, de um *polo jornalístico* em relação a um *polo erudito*. A demarcação, de acordo com os sociólogos Bruno Monteiro e Borges Pereira, ocorre entre um tipo de consumo socialmente mais lato (e menos sofisticado) garantido pela imprensa generalista e um segmento cultural mais restrito, dirigido a um público menor e mais culto (Monteiro, Pereira, 2014: 251).

Os próprios setores intelectuais oposicionistas encontravam-se inseridos nesta dicotomia, não concedendo grande relevância à reflexão e estudo sobre o jornalismo. Percorrendo revistas culturais, como a *Seara Nova* ou a *Vértice*, é possível constatar o diminuto número de ensaios dedicados à atividade jornalística, considerando o intervalo temporal do nosso estudo. Uma das raras exceções é o apelo à participação dos intelectuais na imprensa de província, publicado na revista *Vértice* e assinado por Rodrigo Soares, pseudónimo do economista Fernando Pinto Loureiro. O artigo defende o recurso a um meio de comunicação que, não obstante constituir o “reflexo do atraso económico e cultural de um povo, índice e símbolo de uma decadência”, apresenta várias potencialidades: a “quase nula ligação aos grandes interesses lucrativistas de reduzidas minorias” (Soares, 1947: 377), a hipótese de “comunhão com o nosso povo” (Soares, 1947: 377) ou o contacto com “questões concretas, a admitir no círculo das suas preocupações intelectuais problemas práticos muito comuns e nada

transcendentes” (Soares, 1947: 368). O estilo recomendado pouco se deve assemelhar ao praticado nas revistas culturais. Face ao público em causa, composto de “indivíduos que lêem soletrando, ou por analfabetos que apenas ouvem ler”, mas que por isso não deixa de se encontrar “atento e ávido de notícias e ensinamentos concretos”, a linguagem aconselhada deveria ser “clara e acessível, coisa bem mais difícil de praticar do que resolver fazer” (Soares, 1947: 368).

Esta aparente indiferença em relação à imprensa reflete um cenário pouco propício à participação destes setores. Aliada ao cerceamento imposto pelo SNI, a própria estrutura empresarial da imprensa e, associado, as reduzidas compensações materiais tornavam o jornalismo pouco atrativo, sem grandes exigências técnicas e, frequentemente, complementado por outro tipo de trabalho (Correia e Baptista, 2007: 51).

A partir de finais da década de 1950, e acompanhando o processo de modernização económica do país – visível no arranque do I Plano de Fomento Industrial em 1953 – a imprensa em Portugal sofreria uma série de mudanças estruturais. Inicialmente, estas seriam protagonizadas por jornais como o *Diário Ilustrado* ou o *Diário Popular*, responsáveis pela introdução de uma série de técnicas de gestão: da separação entre investidores e direção do jornal e exercícios de novos géneros (reportagem e entrevista), no primeiro caso, ao aumento de salários com vista a prevenir o duplo emprego ou a reuniões diárias dos responsáveis editoriais, aplicados por Francisco Pinto Balsemão no *Diário Popular* (Correia e Baptista: 147 e 148). A emergência de novos empresários e gestores, bem como a afirmação da publicidade na esfera da imprensa e a aplicação de novas tecnologias (impressão, gravador portátil, telex) conduziram a uma maior procura de trabalhadores devidamente qualificados e, por consequência, a uma nova composição social das redações, mais jovem e (ainda que timidamente) mais feminizada.

Assiste-se então, segundo Miguel Urbano Rodrigues, ao fim do “reinado da tesoura e da cola e do jornalista manga-de-alpaca” (Rodrigues, 1957: 72). Em sua substituição, “uma nova geração de jornalistas [...] animada de uma devoção e de um fervor capazes de resistir aos escolhos levantados por todos os condicionamentos, por todos os tabus, por todas as misérias dos bastidores apodrecidos de uma profissão humilhada pela sua condição de tutelada” (Rodrigues, 1957: 72). A intervenção do à altura chefe de redação do *Diário Ilustrado* no *Congresso da Federation Internationale des Redacteurs en Chef*, que ocorria em Portugal nesse ano, viria a adquirir notoriedade pela sua conclusão. O comodismo do jornalista *manga-de-alpaca* devia-se, a seu ver, ao regime da censura prévia, o qual colocava no Estado o ónus da responsabilidade relativamente ao que era publicado na imprensa. Assumindo os anseios desta

nova geração, o jornalista defende, pelo contrário,

“uma lei que, suprimindo a censura prévia, definisse claramente fronteiras, lei que contribuiria de uma forma decisiva para a criação desse sentimento de responsabilidade que é um dos motivos de orgulho da condição de jornalista. Enquanto tal não suceder, enquanto subsistirem outros limites à divulgação da informação que não sejam os do próprio órgão da Imprensa [...] nós, jornalistas, não poderemos libertar-nos dessa indefinível sensação de angústia que nos oprime e vexa na luta febril para servir o público, na batalha heroica e banal do quotidiano, tantas vezes perdida no instante” (Rodrigues, 1957: 72).

As considerações proferidas por Miguel Urbano Rodrigues obteriam algum eco junto da imprensa mais próxima da oposição (*Diário de Lisboa e República*). O contexto político, marcado pela candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República⁶, motivaria o aumento das críticas à censura, conduzindo a uma crescente afastamento dos jornalistas em relação ao Estado Novo.

Conclusão

Ao longo do período salazarista, a atividade jornalística foi cerceada pela censura e repressão. Esta limitação ocorreu não só ao nível do próprio debate, frequentemente visado pelas autoridades, mas pelas consequências operadas sobre a profissão, ao ponto de se poder colocar em causa o uso deste conceito. Uma análise menos centrada na obediência a tipos-ideais convida-nos, no entanto, a encarar a profissão, citando Dennis Ruellan, como “uma cultura de produção, uma maneira de ser e de fazer próprio do jornalismo” (Ruellan, 2007: 28). Assim, a condição de proletário e a de profissional não são necessariamente incompatíveis.

O Estado Novo desenvolveu, certamente, esforços no sentido de garantir a separação das águas, ao contrário do que havia sido preconizado pelas associações de classe durante o regime anterior. O SNJ, então instituído, não só se encontrava subjugado à ordem corporativa, como constituía um dispositivo do seu governo. A colaboração com os serviços da censura, como refere Helena Veríssimo, era frequente, sendo o SNJ solicitado a conceder informações relativas a jornalistas correspondentes ou propostos para cargos de direção (Veríssimo, 2003: 39). Peça central do seu aparelho

⁶ Dois dias após o lançamento da sua candidatura, apoiada pela oposição antifascista (mais tarde também pelo Partido Comunista Português), Humberto Delgado terá declarado que, relativamente a Salazar, o que estava em causa era a sua óbvia demissão. Doravante, a nomeação do presidente passou a ser realizada por um colégio de notáveis. Delgado viria a ser assassinado pela polícia política, a PIDE, em 1965.

de propaganda do Estado Novo, a composição da imprensa seria então sujeita a uma estrita seleção, limitando-se a um escol de jornalistas à altura das funções exigidas. Estabelece-se assim a distinção, de acordo com Luís Trindade, “entre o jornalista, ou seja, aquele literato menor, proletário de escrita, que chega, num processo de ascensão social, à literatura, e, por outro lado, o escritor que, por ser moderno, por viver a vida moderna, utiliza como meio da sua arte o jornal” (Trindade, 2008: 189, 190). Contudo, as bases a partir das quais o jornalismo se desenvolvia não apresentavam a solidez necessária à generalização desta vida moderna, reduzindo-se este escol ao círculo de jornalistas próximos de António Ferro. O valor dos salários praticados, a elevada idade de reforma, a própria rotina do trabalho e, para agravar, o condicionalismo exercido pelo SNI, faziam da profissão uma atividade pouco estimulante do ponto de vista intelectual.

Não obstante a partilha de um mesmo diagnóstico acerca dos problemas enfrentados, a diferença das garantias auferidas por jornalistas de Lisboa e do Porto, mercê quer da iniciativa dos proprietários dos jornais da capital, quer da segmentação introduzida no CCT (aliada à própria heterogeneidade da classe jornalística), viriam a criar divergências no seio do próprio SNJ. Os efeitos produzidos pela articulação entre interesses materiais e identidades regionais seriam visíveis na discussão do CCT. Para figuras como Joaquim Salgado ou Alfredo Gândara, sócios da AJHLP, a denúncia do CCT por parte do sindicato, então encabeçado por jornalistas lisboenses, reflete a aversão ao próprio instrumento de regulação. O que parecia estar em causa era o tipo de organismo representativo e a ordem de interesses a ser representada: se uma ordem profissional, fundada no *ethos* jornalístico de profissionais; se o sindicato, enformado por reivindicações laborais.

Mesmo entre aqueles que se opunham ao regime, a equiparação do jornalista a um qualquer trabalhador era problemática. Recordando os argumentos evocados por Óscar Lopes em prol da assinatura, a atividade do jornalista assemelha-se mais à do artesão do que à do proletário, do esforço do qual resultavam obras reprodutíveis. Se, por um lado, as considerações do crítico literário remetem para a afirmação de um saber-fazer jornalístico, por outro, a emergência da imprensa assinala, precisamente, a reprodutibilidade da obra escrita e o crescente desinteresse dos leitores em relação aos escritores, conforme defendido pelo filósofo Walter Benjamin (2006). A inexistência de assinatura poderá ser assim interpretada como o reconhecimento da condição de *autor e produtor* e, nessa senda, da sujeição da sua obra a “uma análise social direta e, assim, a uma análise materialista.” (Benjamin 2006a: 275). Algo, portanto, nos antípodas da representação fascista do jornalista enquanto homem de espírito, intérprete

privilegiado de uma série de valores acima de todas as pessoas. Na Europa Ocidental, segundo Benjamin, o jornal “não é um instrumento de produção útil nas mãos do escritor”. O filósofo chega mesmo a qualificar de contrarrevolucionária a solidariedade com o escritor “no plano da sua ideologia, e não como produtor” (Benjamin 2006a: 279), à luz da qual o intelectual surge definido pelas suas opiniões e ideias, “não pela sua posição no processo de produção” (Benjamin 2006a: 281). Uma obra deverá ser assim encarada com base na sua *técnica literária*, isto é, no quadro de relações sociais que a originou. Não isolar o seu conteúdo da forma, reconhecendo a subordinação a que o autor é sujeito, não só não impede a sua transformação, como constitui um ponto de partida. As condições proporcionadas pela modernização das redações, em particular pela entrada de jovens com uma formação académica e política, contribuiriam para a organização deste ponto de partida (Correia, Baptista, 2007). A partir deste, a denúncia da situação da classe e a crítica ao regime da censura prévia viriam a confluir na oposição e resistência ao Estado Novo.

Referências bibliográficas

- AMARAL, João (1953), “Problemas que nos dizem respeito: a situação moral e material dos jornalistas: o requerimento do Dr. João Amaral”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 6/7, Fevereiro-Março, p. 127.
- BENJAMIN, Walter (2006 [1936]), “A obra de arte na época da sua possibilidade de reprodução técnica”, in Walter Benjamin, *A Modernidade*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 207-241.
- BENJAMIN, Walter (2006a [1934]), “O autor como produtor”, in Walter Benjamin, *A Modernidade*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 271-293.
- BRASIL, Jaime (1953), “Para a história da Imprensa Operária: uma carta de Jaime Brasil”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 10-11, Junho-Julho, pp. 167, 184.
- (1953a), “Ainda a propósito da História da Imprensa Operária em Portugal”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 13-16, Setembro-Dezembro, p. 220.
- CABRERA, Ana (2006), *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CAMPONEZ, Carlos (2011), *Deontologia do jornalismo: a autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*, Coimbra, Almedina.
- CHRISTO, Homem (1941), “Jornalismo”, *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, N.º 4, Novembro-Dezembro, pp. 103-107.
- CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla (2007), *Jornalistas: do ofício à profissão*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CUNHA, Alfredo (1941), “Jornalismo Nacional, das malogradas associações de imprensa à alvitrada ordem dos jornalistas portugueses”, *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, N.º 2, Junho, pp. 47-79.
- DEUZE, Mark (2005), “What is Journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered”, *Journalism*, Vol. VI, N.º 4, pp. 442-464.
- FERRO, António, 1978 [1932], *Salazar*, Lisboa, Edições do Templo.
- FIDALGO, Joaquim (2008), *O Jornalista em Construção*, Porto, Porto Editora;

- GARÇÃO, Pedro (1942-1945), “Missão e Projeção do Jornalismo na Nossa Terra”, *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, N.º 5, pp. 7-11.
- GARCIA, José Luís (2009), “Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática”, in José Luís Garcia, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 63-91.
- GAZETA LITERÁRIA [GL] (1953), “Os jornalistas do Porto definiram a sua atitude em face da direção do Sindicato Nacional de Jornalistas votando por aclamação uma moção de desconfiança”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 13-16, Setembro-Dezembro, pp. 224-226.
- GOLDING, Peter; ELIOT, Philip (1979), *Making the News*, Londres, Longman.
- GONÇALVES, Carlos (2007-2008), “Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série I, Vol. 17-18, pp. 177-223.
- LOPES, Óscar (1953), “O Anonimato Jornalístico”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 12, Agosto, p. 192.
- MACIEL, Artur (1953), “Problemas que nos dizem respeito: a situação moral e material dos jornalistas: Artur Maciel”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 6/7, Fevereiro-Março, p. 129.
- MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Virgílio Borges (2014), “Os intelectuais, o poder e a cidade. O espaço social dos intelectuais do Porto no Estado Novo (1958-1965)”, in Bruno Monteiro, Virgílio Borges Pereira, *Intelectuais Europeus no Século XX*, Porto, Afrontamento, pp. 217-258.
- NOGUEIRA, César (1953), “Para a História da Imprensa Operária”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 12, Agosto, pp. 203, 206.
- OPPENHEIMER, Martin (1979), “The proletarianization of the professional”, *Sociological Review Monographs*, N.º 20, pp. 213-227.
- PATRIARCA, Fátima (1991), “A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, *Análise Social*, Vol. XXVI (1.º), N.º 110, pp. 23-58.
- PINTO, Augusto (1954), “Problemas que nos dizem respeito: os jornalistas do Porto e o seu Sindicato Nacional”, *Gazeta Literária*, Volume II, N.º 17, Janeiro, pp. 11-14.
- ROCHA, Hugo (1941), “Tradições do Jornalismo Portuense”, *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, N.º 3, Julho-Agosto-Setembro, pp. 35-37.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2012), *Profissões*, Coimbra, Almedina.
- RODRIGUES, Miguel Urbano (1957), “Meditações sobre um Congresso”, *Gazeta Literária*, Vol. V, N.º 57, Maio, pp. 71-72.
- RUELLAN, Denis (2007), *Le journalisme ou le professionnalisme du flou*, Grenoble, Press Universitaires de Grenoble.
- RIEFFEL, Rémi (2004), *Sociologia dos Media*, Porto, Porto Editora.
- SALGADO, Joaquim (1952), “Uma fase palpitante da História da Associação: Luta dos Profissionais da Imprensa para a criação dum organismo de classe de estrutura sindical”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 1, Setembro, pp. 3-4.
- SANTOS, José (1941), “Da profissão”, *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, N.º 4, Novembro-Dezembro, pp. 139-141.
- SCHILLER, Dan (1981), *Objectivity and the news: the public and the rise of commercial journalism*, Philadelphia, Pennsylvania U. P.
- SCHUDSON, Michael (1978), *Discovering the news: a social history of American newspapers*, Nova Iorque, Basic Books.
- SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS [SNJ] (1941), *Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, Lisboa, SNJ.

- SOARES, Rodrigo (1947), “Os Intelectuais e a Imprensa de Província”, *Vértice*, Vol III, N.º 45, Abril, pp. 367-369.
- SOBREIRA, Rosa (2003), *Os Jornalistas Portugueses: uma profissão em construção (1933-1974)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SOUSA, Jorge (coord.) (2011), *Achegas à construção do pensamento jornalístico português*, Covilhã, Livros Labcom/Universidade da Beira Interior.
- TEIXEIRA, Luís (1941), “Curso de Formação Jornalística”, *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, N.º 1, Maio, pp. 5-7.
- (1942-1945), “Comunicação à Classe”, In *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, N.º 5, 27-58.
- (1953), “Problemas que nos dizem respeito: a situação moral e material dos jornalistas: Luís Teixeira”, *Gazeta Literária*, Ano I, N.º 6/7, Fevereiro-Março, p. 128.
- TENGARRINHA, José (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra.
- TRAQUINA, Nelson (2004), *A Tribo Jornalística: uma Comunidade Transnacional*, Lisboa, Editorial Notícias.
- TRINDADE, Luís (2008), “O Jornalismo como Modernismo”, in António Pedro Pita, Luís Trindade, *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português, 1900-1950*, Coimbra, CEIS20, pp. 217-232.
- (2016), *Narratives in Motion: Journalism and Modernist Events in 1920s Portugal*, Oxford, Berghahn.
- TUCHMAN, Gaye (2009 [1978]), “As notícias como realidade construída”, in João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 93-106.
- VALENTE, José Carlos (1998), *Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses (1834-1934)*, Lisboa, Sindicato dos Jornalistas.
- VERÍSSIMO, Helena (2003), *Os jornalistas nos anos 30/40: elite do Estado Novo*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra.
- ZELIZER, Barvie (2000), “Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa”, *Revista de Comunicação e Linguagens: Jornalismo 2000*, N.º 27, pp. 33-61.

José Nuno Matos. Investigador pós-doc no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), (Lisboa-Portugal). Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Endereço de correspondência: Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal E-mail: jnmatos@ics.ul.pt

Artigo recebido em 20 de agosto de 2016. Publicação aprovada em 15 de abril de 2017.

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto

Hutchinson Porto

Sofia Alexandra Cruz

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

O propósito deste artigo é analisar como as estratégias de comunicação interna influenciam o comprometimento organizacional dos inspetores do trabalho da Autoridade para as Condições de Trabalho. Os dados foram obtidos a partir de um inquérito por questionário aplicado a estes profissionais, através do qual discutiu-se a relação entre as variáveis da comunicação interna e do comprometimento organizacional. Concluiu-se que a comunicação interna influencia positivamente o comprometimento organizacional, sendo o antecedente mais significativo do comprometimento normativo a comunicação com o supervisor, e o do comprometimento afetivo o clima comunicacional.

Palavras-chave: comunicação interna; comprometimento organizacional; trabalho.

*Internal communication and organizational commitment:
the case of Autoridade para as Condições do Trabalho*

Abstract

The purpose of this article is to examine how the internal communication strategies influence the organizational commitment of labor inspectors of *Autoridade para as Condições do Trabalho*. Based on a survey applied to these professionals, the article argues the relationship between internal communication and organizational commitment variables. It concludes that internal communication positively influences organizational commitment, and the most significant antecedent of normative commitment is communication with the supervisor and the affective commitment the communicational environment.

Keywords: internal communication; organizational commitment; work.

*Communication interne et l'engagement organisationnel:
le cas de Autoridade para as Condições do Trabalho*

Résumé

Cet article analyse dans quelle mesure les stratégies d'organisation de la communication interne influencent l'engagement organisationnel des inspecteurs du travail de *Autoridade para as Condições do Trabalho*. D'après une enquête appliquée à ces professionnels, l'article discute le rapport entre la communication interne et l'engagement organisationnel. Il conclut que la communication interne influence positivement l'engagement organisationnel et que l'antécédent le plus important de l'engagement normatif est la communication avec le superviseur et de l'engagement affectif la communication climatique

Mots-clés: communication interne; engagement organisationnel; emploi.

*Comunicación interna y compromiso organizacional:
el caso de la Autoridade para as Condições do Trabalho*

Resumen

Este artículo busca analizar en qué medida las estrategias de comunicación interna influyen el compromiso organizacional de los inspectores del trabajo de la *Autoridade para as Condições do Trabalho*. Por medio de una encuesta aplicada a estos profesionales, fue posible discutir la relación entre las variables de la comunicación interna y del compromiso organizacional. Se ha concluido que la comunicación interna influye positivamente el compromiso organizacional, siendo que el antecedente más significativo del compromiso normativo es la comunicación con el supervisor y del compromiso afectivo el clima comunicacional.

Palabras clave: comunicación interna; compromiso organizacional; trabajo.

Introdução

As organizações procuram novas formas de envolver as pessoas, atribuindo consequentemente um papel cada vez mais estratégico à gestão de recursos humanos e particularmente às estratégias de comunicação (Câmara, Guerra e Rodrigues, 2007). Sabe-se que através de uma comunicação fluida e de uma transmissão de informação transparente é possível prevenir acontecimentos indesejáveis (Orduña, 2004), não obstante, muitos gestores ainda não partilham esta visão e consideram que a comunicação é um luxo (Peretti, 2004). Esta forma de pensamento demonstra que ainda há um desconhecimento por parte dos gestores acerca do poder da comunicação (Pereira,

Fontenele e Sousa, 2011), apesar das evidências empíricas que sustentam a relação positiva entre a comunicação interna e a eficácia organizacional (Grunig *et al.*, 2002; Quinn e Hargie, 2004; Stacks e Watson, 2007; Stacks e Michaelson, 2010).

O desenvolvimento do comprometimento e identificação dos trabalhadores para com a organização revela-se igualmente um dos maiores desafios das organizações, tanto do setor público como do privado (Johansen, Aggerholm e Frandsen, 2012). Sabendo que nos últimos anos as organizações desenvolveram um esforço na busca e retenção de pessoas qualificadas (Medeiros *et al.*, 2003), torna-se primordial ponderaram estratégias para envolver e tornar os trabalhadores mais comprometidos. Pois, entre os principais consequentes detetados do comprometimento organizacional surgem a escassa procura de alternativas de emprego, a baixa intenção em abandonar a organização, a baixa rotatividade, as melhores avaliações de desempenho, a maior pontualidade, o menor absentismo e a maior produção (Borges-Andrade, 1994).

A comunicação interna tem sido encarada como um caminho possível para o desenvolvimento do comprometimento organizacional (Almeida, 2007), porquanto se percebeu que é por seu intermédio que se constrói um sistema de interações e se partilham significados simbólicos que quando interiorizados pelos trabalhadores determinarão o seu comportamento (Câmara, Guerra e Rodrigues, 2007). Apenas quando os trabalhadores sabem mais sobre a organização é que se sentem sua parte integrante, ficando mais comprometidos e motivados (Filho e Godoy, 2006), originando efeitos na produtividade, motivação, envolvimento e rotatividade (Robbins, 2005).

Deste modo, averiguar a satisfação acerca da comunicação é considerado um importante barómetro para avaliar o bem-estar organizacional (Zwijze-Koning e Jong, 2007). No entanto, a avaliação da satisfação dos membros de uma organização acerca das práticas de comunicação interna tem vindo a ser ignorada pela literatura (Ruck e Welch, 2012) existindo ainda escassa pesquisa sobre o que os trabalhadores consideram importante no processo de comunicação interna (Uusi-Rauva e Nurkka, 2010).

O propósito central deste artigo é analisar como a comunicação interna pode ter influência no desenvolvimento do comprometimento organizacional. Pretende-se demonstrar que a comunicação interna não trata apenas de transmissão de informação, podendo ser também utilizada para o envolvimento, interação e criação de valor. Com efeito, a comunicação interna quando refletida estrategicamente poderá levar ao comprometimento organizacional. Em termos de análise empírica, optou-se pelo caso da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), em particular pela medição da satisfação dos inspetores de trabalho relativamente ao sistema de comunicação interna, procurando-se entender em que medida a comunicação interna poderá influenciar o

seu comprometimento organizacional. Elegeu-se este contexto organizacional para o desenvolvimento da investigação devido aos escassos estudos no âmbito da comunicação interna e do comprometimento organizacional em organizações públicas (Steijin e Leisink, 2006), e porque se apurou existir alguma insatisfação dos trabalhadores desta organização relativamente ao seu ambiente de trabalho. Com efeito, lê-se no Relatório de Estratégia 2013-2015 publicado no *site* da ACT que um dos pontos fracos apontados no diagnóstico realizado pelos trabalhadores refere-se a problemas comunicacionais, tais como, assimetrias de informação, necessidade de melhoria dos canais de comunicação e melhoria de articulação entre serviços (ACT, 2014).

Face ao exposto, o artigo estrutura-se da seguinte forma. Na primeira parte esclarecem-se os conceitos de comunicação interna e comprometimento organizacional e apresentam-se algumas pesquisas que procuram analisar os efeitos da comunicação interna no comprometimento organizacional. A metodologia da investigação e os seus objetivos específicos são desenvolvidos na segunda parte. Finalmente, analisam-se os dados recolhidos e segue-se a discussão dos resultados obtidos e o desenho das principais conclusões da pesquisa.

A comunicação interna e o comprometimento organizacional

Apesar da diversidade de perspetivas na literatura científica sobre os fenómenos da comunicação interna e do comprometimento organizacional, é possível considerar que a comunicação interna numa organização pode ser definida como um conjunto de processos comunicativos que visam não apenas transmitir informações ao seu público, como também criar, desenvolver e sustentar a consciência grupal, compartilhada e simbólica (Almeida, 2003). Já o comprometimento organizacional surge conceptualizado como um laço psicológico entre o trabalhador e a organização (Meyer e Allen, 1991), passível de assumir uma vertente instrumental, afetiva e normativa. Instrumental, porque está presente nos trabalhadores a perceção dos custos/benefícios sobre a estada na organização. Afetiva, na medida em que os trabalhadores desenvolvem uma postura de lealdade face à organização, e exibem laços emocionais com esta. Normativa, porquanto os trabalhadores sentem o dever de cumprir com os valores e objetivos da organização.

A preocupação de verificar os efeitos da comunicação interna no comprometimento organizacional tem ocupado várias pesquisas científicas. Apresentem-se, pois, alguns casos concretos. A investigação desenvolvida por Varona (1996) teve como

propósito examinar a relação entre a satisfação da comunicação interna e o comprometimento organizacional em três distintas organizações da Guatemala. Deste estudo concluiu-se existir relação entre as duas variáveis, no entanto, o autor diz não se poder afirmar claramente que a comunicação interna influencia positivamente o comprometimento organizacional. Segundo ele, esta relação não é linear, pois varia consoante os diferentes fatores da comunicação e componentes do comprometimento.

Já Downs (1991) decidiu investigar a relação entre a satisfação da comunicação e o comprometimento organizacional em duas organizações australianas. Este estudo permitiu, também, verificar que a relação entre as dimensões da comunicação interna e os níveis de comprometimento variam. Nestas organizações apurou-se serem, a comunicação com o supervisor, o *feedback* e o clima comunicacional as componentes com maior peso no desenvolvimento de comprometimento.

Chen, Silverthorne e Hung (2006) estudaram a relação entre os diferentes fatores da comunicação interna com o desempenho no trabalho e comprometimento organizacional, comparando os seus resultados entre os profissionais de contabilidade americanos e taiwaneses. Daqui resultou serem os americanos os que apresentam maiores níveis de comprometimento organizacional, porém, os autores ressaltam que os dados possam ser enviesados por questões culturais. Mesmo assim, foi-lhes permitido concluir que existe uma relação positiva entre a comunicação interna organizacional e comprometimento organizacional, propondo às empresas que pretendem aumentar o comprometimento fortalecer os seus canais de comunicação.

Também o estudo dirigido por Carrière e Bourque (2009) tinha como objetivo averiguar as relações entre as práticas de comunicação interna, satisfação sobre a comunicação, satisfação no trabalho e comprometimento organizacional, no setor dos serviços de emergência terrestres. Os autores concluíram que a comunicação interna afeta positivamente a satisfação no trabalho e a componente afetiva do comprometimento organizacional, apenas se as empresas promoverem a comunicação entre os trabalhadores. Ou seja, aquelas organizações que não incentivam às práticas comunicacionais nem dão atenção à quantidade e qualidade de informações transmitidas dificilmente conseguirão promover essa satisfação no trabalho e comprometimento dos trabalhadores.

Outro estudo da área concentrou os seus esforços para identificar, especificamente, quais as habilidades comunicacionais dos supervisores que mais geram comprometimento organizacional. Aqui identificaram-se como fundamentais para o comprometimento afetivo, a transparência da relação, a participação colaborativa, a qualidade do *feedback* e a clareza e frequência das mensagens. Percebeu-se que através de uma relação baseada em verdade, de abertura e diálogo, mais facilmente se con-

segue gerar confiança nos trabalhadores (Bambacas e Patrickson, 2008). De igual modo, Mishra, Boynton e Mishra (2014), concluíram que se deve aproveitar a comunicação interna para construir um ambiente organizacional transparente. Estes autores também afirmam que uma comunicação interna honesta e transparente, apoiada em comunicações frequentes, permite construir uma relação de confiança com os trabalhadores. Se as empresas partilham as informações com os seus membros estes sentir-se-ão pertencentes e, ao mesmo tempo que se desenvolve o vínculo de confiança, leva-se ao comprometimento.

A investigação levada a cabo por Pereira, Fontenele e Sousa (2011) na indústria do calçado tinha, igualmente, como objetivo perceber se existe uma relação entre a comunicação interna e o comprometimento organizacional. Os resultados demonstraram que efetivamente a comunicação interna influencia o comprometimento organizacional, concluindo, também, que todas as variáveis da comunicação interna e do comprometimento organizacional estão correlacionadas, no mínimo, moderadamente. Do mesmo modo, verificou-se que há uma ligação entre a falta de comunicação eficaz e ausência de comprometimento afetivo. Das empresas estudadas conclui-se não haver comunicação eficaz, e que a política de gestão dessas empresas não considera a comunicação interna como uma ferramenta estratégica. Isto, rapidamente se repercute no comportamento dos trabalhadores, trazendo efeitos negativos para as organizações pois, mais de metade dos trabalhadores inquiridos não desejam continuar membros da organização.

Já Welch (2011) percebeu que os trabalhadores possuem diferentes necessidades de comunicação e de comprometimento. O estudo desenvolvido pelo autor seguia o pressuposto de que o comprometimento é influenciado pela comunicação interna, no entanto, ele destaca que até os conteúdos das mensagens poderão ter repercussões distintas nos diferentes trabalhadores. Enquanto aqueles que são afetivamente comprometidos valorizam o acesso facilitado às informações e a fácil compreensão dos conteúdos para conseguirem contribuir para os objetivos organizacionais, outros sentem maior necessidade de informações para sentirem que pertencem à organização. Assim, o que o autor defende é que se deveria dar atenção às necessidades comunicacionais dos trabalhadores para mais facilmente se atender ambas as partes. O mesmo é reforçado por Mishra, Boynton e Mishra (2014). Estes autores defendem que a comunicação bidirecional está a ganhar importância e, por isso, é necessário dar atenção às preferências comunicacionais dos trabalhadores. As atitudes dos trabalhadores variam consoante os meios de comunicação utilizados, sendo que respondem positivamente quando a mensagem recebida foi trans-

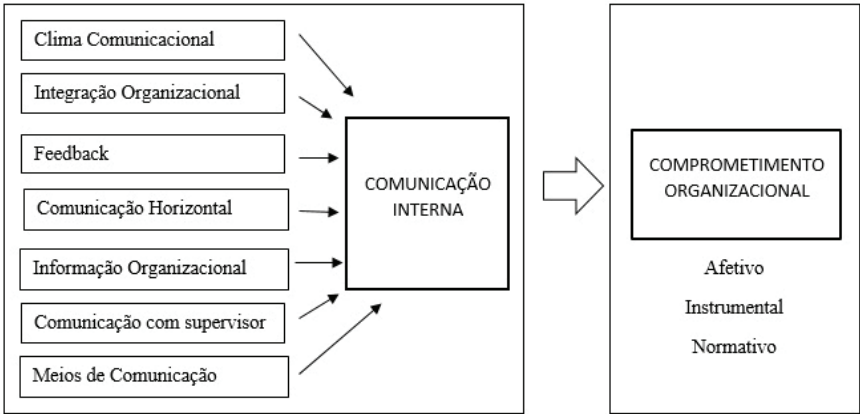
mitida pelo canal mais adequado.

Todas as pesquisas acima referidas, de uma forma ou de outra, confirmam uma relação estreita entre a comunicação interna e o comprometimento organizacional, considerando inclusive que a primeira pode constituir-se como um dos antecedentes deste último.

Objetivos e modelo conceptual da pesquisa

O propósito principal da investigação que sustenta este artigo é determinar o efeito da comunicação interna no comprometimento organizacional. Tendo por base este objetivo e a revisão de literatura construiu-se um modelo conceptual cuja representação gráfica é apresentada.

Figura 1
Modelo Conceptual da Investigação



A Figura 1 ilustra as variáveis da comunicação interna e do comprometimento organizacional, respetivas componentes, bem como a relação que entre elas se estabelece. Em termos de objetivos específicos a investigação procura: medir o comprometimento organizacional dos inspetores do trabalho; apreender qual a componente de comunicação interna com maior relevância para os inspetores e qual a que mais influencia o respetivo comprometimento; e avaliar qual a compon-

ente do comprometimento com maior peso. A comunicação interna só é possível de mensurar através da medição das componentes que a sustentam. Por essa razão é necessário medir cada uma das suas componentes para se perceber de que forma a comunicação interna influencia o comprometimento. É com base neste modelo conceptual que se formaram as seguintes hipóteses de investigação: Hipótese 1. Quanto mais positiva a comunicação interna, maior será o comprometimento organizacional. Hipótese 1a) O clima comunicacional está positivamente relacionado com o comprometimento organizacional. Hipótese 1b) A integração organizacional está positivamente relacionada com o comprometimento organizacional. Hipótese 1c) O *feedback* está positivamente relacionado com comprometimento organizacional. Hipótese 1d) A comunicação horizontal está positivamente relacionada com o comprometimento organizacional. Hipótese 1e) A qualidade da informação organizacional recebida está positivamente relacionada com o comprometimento organizacional. Hipótese 1f) A comunicação com o supervisor está positivamente relacionada com o comprometimento afetivo. Hipótese 1g) A adequação dos meios de comunicação interna utilizados está positivamente relacionada com o comprometimento organizacional.

Para a exploração das referidas hipóteses de investigação desenhou-se um inquérito por questionário a aplicar aos inspetores de trabalho de todo o território nacional. Por questões de anonimato e confidencialidade, o chefe de divisão de Formação e Recursos Humanos da ACT responsabilizou-se por reencaminhar via *e-mail* o *link* do inquérito por questionário a todos os inspetores do trabalho. Esse *link* esteve disponível para resposta entre os dias 1 de junho e 22 de agosto de 2016 e permitiu a recolha de 103 inquéritos por questionário. Este instrumento de recolha de informação é composto por uma introdução, onde o inquirido é informado do anonimato e confidencialidade das respostas, sendo também indicado o objetivo do estudo, seguido de duas secções. Na primeira, são colocadas questões de carácter sociodemográfico e profissional sobre o inquirido. Na segunda secção, formam-se dois grandes grupos de questões, o primeiro relativamente à comunicação interna e o segundo ao comprometimento organizacional. Cada um dos grupos propõe afirmações face às quais os inquiridos avaliam o seu grau de concordância numa escala de *Likert* de cinco pontos. Optou-se por uma escala uniformizada em todas as respostas para que a compreensão das perguntas fosse mais fácil. É através da concordância com as afirmações que se vai aferir o comportamento, opiniões e atitudes ou intenções dos inquiridos o que, depois, permitirá testar as hipóteses de investigação mencionadas.

Para a construção do inquérito por questionário foram usados diferentes itens de escalas/modelos já existentes e previamente testados em investigações anteriores. Para aferir a satisfação da comunicação interna, recorreu-se à escala original de Downs e Hazen (1977) do *communication satisfaction questionnaire (CSQ)*, que inclui as oito componentes da comunicação interna: (i) *clima comunicacional*, (ii) *integração organizacional*, (iii) *feedback*, (iv) *comunicação horizontal*, (v) *informação organizacional*, (vi) *comunicação com supervisor*, (vii) *qualidade dos meios de comunicação* e (viii) *relação com os subordinados*.

A principal motivação do uso desta escala resulta do CQS ter sido utilizado em diferentes estudos (Clampitt e Downs, 1993; Varona 1996; Gray e Laidlaw 2004), envolvendo diversas organizações de diferentes países, o que confirmou o seu alto grau de validade e confiabilidade, e as suas ótimas qualidades psicométricas (Nakra, 2006).

Através da escala CQS os inspetores do trabalho conseguem avaliar diferentes aspetos da atividade comunicacional da organização. No presente estudo não foram utilizadas todas as suas componentes, pois o campo “*relação com os subordinados*” deve ser preenchido apenas por supervisores (Nakra, 2006; DeConinck *et al.*, 2008), grupo não contemplado nesta investigação. O inquérito por questionário utilizado foi também adaptado uma vez que se incluíram afirmações baseadas nas características e influências da comunicação interna conforme revisão da literatura.

Quanto ao comprometimento organizacional, o inquérito por questionário baseou-se no *organizational commitment questionnaire (OCQ)*, adaptado ao modelo das três componentes do comprometimento organizacional de Allen e Meyer (1990). O OCQ foi originalmente desenvolvido por Mowday, Steers e Porter (1979) mas, como estes autores apenas contemplavam a componente afetiva do comprometimento, considerou-se como melhor opção, recorrer ao formato final do OCQ desenvolvido por Allen e Meyer (1990). Estes autores reformularam o inquérito com base no modelo das três componentes do comprometimento, agrupando no OCQ as dimensões instrumental e normativa. Desta forma, o OCQ passou a medir o comprometimento organizacional como um constructo multidimensional e, desde então, tem vindo a ser o questionário eleito pelos investigadores do comprometimento (Nascimento, Lopes e Salgueiro, 2008), e utilizado em diferentes estudos (Cohen, 1993; Dunham, Grube e Castañeda, 1994; Hackett, Bycio e Hausdorf, 1994; McGee e Ford, 1987; Vandenberg e Self, 1993). Uma vez que se valoriza a utilização de instrumentos previamente validados e testados (Waldman *et al.*, 2008), o facto de este questionário ter sido utilizado em diversas investigações torna-o mais confiável (Lay e Reis, 2005).

Ambos os instrumentos aqui referidos foram já validados em diferentes amostras e contextos. Todavia, como o inquérito por questionário final é uma adaptação da literatura prévia, contempla-se como uma obrigatoriedade testar o *Cronbach Alpha*. Por regra, tanto por se alterar o modelo já existente, ou pelo simples facto de se estar a aplicá-lo a um novo contexto, esta é uma medida necessária (Wilkinson e Task Force on Statistical Inference, 1999), pois a dissimilaridade dos dados recolhidos poderá influenciar a confiabilidade dos instrumentos de recolha de dados (Marôco e Garcia-Marques, 2006).

Como o inquérito por questionário resultou da conjugação de diferentes fontes teóricas, impôs-se a realização de um pré-teste. Só assim se conseguiu averiguar a sua fiabilidade, eliminando-se, antecipadamente, possíveis problemas na recolha de dados (Alves, 2006). Com ele pretendeu-se averiguar, principalmente, se o questionário era de fácil compreensão e entendimento, se todas as alternativas estavam contempladas, se os objetivos eram claros e o número de questões adequado.

Pesquisa empírica

Pretende-se nesta parte analisar a normalidade dos dados, efetuar uma análise fatorial exploratória

Normalidade dos dados e análise fatorial exploratória

Na análise estatística verificar a normalidade dos dados tende a ser um requisito obrigatório (Pestana e Gageiro, 2005). Para esta ser averiguada recorre-se aos valores de *assimetria* e de *curtose* para cada uma das variáveis latentes. Sabe-se que os itens cumprem a condição de normalidade quando os valores são inferiores a -2 ou superiores 2 (Pinto, 2012). No entanto, Marôco (2014) também considera como plausíveis os valores entre <2-3 para a *assimetria* e <7-10 para a *curtose*. Com base nestes autores foi possível aferir que a distribuição dos dados é do tipo normal porque tanto a *assimetria* como a *curtose* obedecem aos valores citados por ambos.

A análise fatorial exploratória (AFE) é utilizada quando o investigador pretende confirmar ou refutar a estrutura do instrumento de recolha de dados utilizado (Brown, 2006). Então, como o inquérito por questionário sofreu algumas adaptações, considerou-se adequada a sua execução. Através desta análise consegue-se extrair o número de afirmações necessárias para explicar cada componente, eliminando as que apresentam pouca consistência interna (Pestana e Gageiro, 2005).

Para o seu desenvolvimento procedeu-se, em primeiro lugar, à análise da consistência interna das variáveis através do *Cronbach Alpha*, seguida do Teste de Esfericidade de Bartlett e do Teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). A medição do *Cronbach Alpha* permite averiguar a fiabilidade e aplicabilidade das escalas, sendo aceitáveis valores superiores a 0,6 (Malhotra, 2010). O KMO possibilita analisar a homogeneidade das variáveis porque vai comparar as correlações simples com as correlações observadas, onde as medições variam entre 0 e 1. Os valores próximos de zero sinalizam a existência de uma correlação fraca e são aceites os valores a partir de 0,5. Já o teste de Esfericidade de Bartlett testa as correlações significativas entre as variáveis, sendo aceites os valores inferiores a 0,01 (Marôco, 2014). Outro elemento a aportar é o das comunalidades. A sua medição indica qual a proporção de cada variável explicada pelos fatores, sendo que quanto maior o valor obtido, maior é a variância total explicada da variável. As comunalidades aceites são as que apresentam valores acima de 0,5, tendo de se eliminar aquelas com valores inferiores (Malhotra, 2010). Assim, iniciou-se a AFE, com extração dos fatores de Componentes Principais e Rotação Varimax, por serem os procedimentos mais utilizados (Malhotra, 2010). No final da AFE vai-se saber quais as variáveis a manter em estudo e quais excluir.

Relativamente à componente *clima comunicacional* da Comunicação Interna o *Cronbach Alpha* obtido foi de 0,800, o KMO de 0,778 e uma significância de 0,000 ($<0,01$), tendo sido extraída apenas uma dimensão que explica 55,966% da variância total explicada. Contudo, um dos itens apresentou comunalidade inferior a 0,5, tendo sido eliminado. Com menos um item repetiu-se a análise e o *Cronbach Alpha* aumentou para 0,831 (consistência boa), o KMO aumentou para 0,804 e a significância manteve-se nos 0,000. A dimensão extraída manteve-se tendo passado a explicar 66,481% da variância total.

No respeitante à *comunicação horizontal*, foi obtido um *Cronbach Alpha* de 0,523 (consistência insatisfatória), pelo que imediatamente se impôs a necessidade de modificações. Através da tabela de Estatísticas de Item-Total percebeu-se que se o item CM16 fosse eliminado o *Cronbach Alpha* subiria. Com esse item excluído voltou-se a realizar a análise da confiabilidade. O *Cronbach Alpha* subiu para 0,681, o KMO obtido foi de 0,644 e a significância de 0,000 ($<0,01$). No entanto, na tabela das comunalidades o item CM20 apresentou um valor inferior a 0,5 pelo que foi obrigatório eliminar também este item. Posto isto, voltou-se a realizar a análise agora apenas com três itens correspondentes. O *Cronbach Alpha* aumentou para 0,686, o KMO aumentou para 0,651 e o valor da significância manteve-se. Foi ex-

traída apenas uma dimensão que explica 62,458% da variância total explicada.

No que concerne à componente de *feedback pessoal* foi obtido um *Cronbach Alpha* de 0,686, um KMO de 0,675 e um valor de significância de 0,000 ($<0,01$). Apesar de terem sido extraídas duas subcomponentes que explicariam 66,854% da variância total do *feedback*, decidiu-se não dividir segundo os resultados da matriz de componente rotativa do *feedback*. Assim, considerando a componente do *feedback* como dimensão única, apenas é explicada 36,880% da variância total. Contudo, esta decisão foi tomada seguindo o pressuposto de que a teoria deve conduzir a estatística e não o contrário. Como estas escalas e conceitos foram previamente testados e confirmados por outros autores, optou-se por tentar manter, o mais possível, o que a teoria confirmou (Hair *et al.*, 2009).

Para a *comunicação com o supervisor, integração organizacional, informação organizacional e qualidade dos meios*, o *Cronbach Alpha* obtido foi de 0,0906 (consistência muito boa), de 0,861 (consistência boa), de 0,919 (consistência muito boa) e de 0,900 (consistência boa), respectivamente. Os valores KMO apresentados foram, respectivamente, de 0,849, de 0,844, de 0,887 e de 0,885. Em todos os casos obteve-se uma significância igual a 0,000 ($<0,01$). De igual modo, verificou-se ser possível manter todas as afirmações da globalidade dos constructos, visto não se ter encontrado comunalidades inferiores a 0,5, sendo que em todos eles foi extraído um único fator.

Relativamente à *componente afetiva* do comprometimento organizacional obteve-se um *Cronbach Alpha* de 0,895, um KMO de 0,817 e uma significância de 0,000 ($<0,01$). Contudo, uma das afirmações apresentou comunalidade inferior a 0,5, o que obrigou à sua eliminação. Assim sendo, foi necessário proceder a nova análise. O *Cronbach Alpha* e o KMO subiram para 0,901 (consistência muito boa) e 0,843, respetivamente, sendo que a significância se manteve. Foram extraídas duas subcomponentes que explicam 72,397% da variância total do comprometimento afetivo. No entanto, visto ser esta uma das componentes mais estudadas na literatura do comprometimento organizacional, não foram averiguadas referências que mostrassem a necessidade de dividir esta componente. Sabendo da sua importância para a presente pesquisa decidiu-se manter a componente afetiva do comprometimento organizacional como fator unidimensional. É de referir que a relevância do item pode contrapor às modificações sugeridas na estatística, devendo-se sempre privilegiar a teoria (Marôco, 2014). Desta forma, os itens deste fator explicam 41,048% da variância total explicada.

A *componente instrumental* do comprometimento revelou-se dispensável

visto o *Cronbach Alpha* obtido ter sido menor do que 0,6 bem como o KMO ter resultado inferior a 0,5. Desta maneira, uma vez que não está dentro dos princípios de confiabilidade, decidiu-se eliminar esta componente da análise.

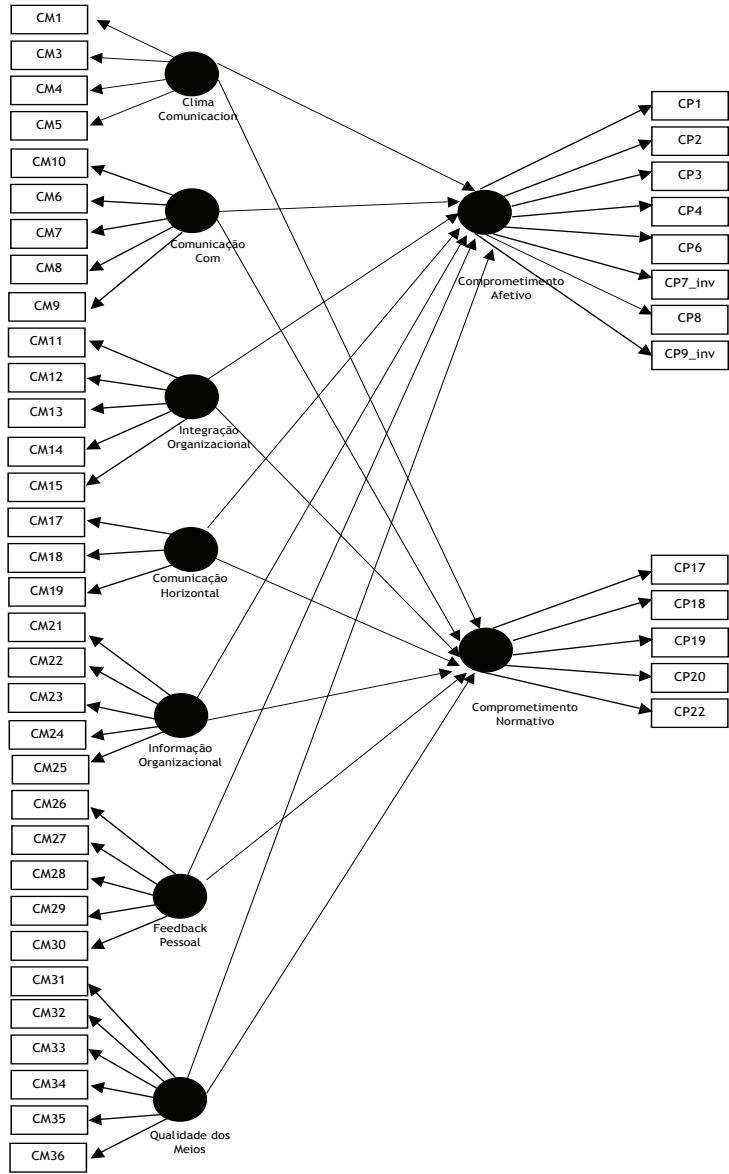
Assim, a análise prosseguiu para o cálculo da consistência interna do *comprometimento normativo*. Aqui, o *Cronbach Alpha* obtido foi de 0,894, o KMO de 0,863 e a significância de 0,000 ($<0,01$). No entanto, na tabela das comunalidades duas afirmações apresentaram valores inferiores a 0,5, pelo que foi necessário realizar uma nova análise com essas duas afirmações excluídas. Deste modo, o *Cronbach Alpha* aumentou para 0,900, sendo que o KMO diminuiu para 0,814 e a significância manteve-se. Foi extraído apenas um fator que representa uma variação total explicada da componente de 72,397%. Posto isto, no anexo 1 estão expostos os valores obtidos de consistência interna para cada um dos componentes.

Por fim, foi calculada a fiabilidade individual de todos os itens de forma a averiguar quanto cada um contribui para medir a dimensão em que se insere (Marôco e Garcia-Marques, 2006). Segundo Pestana e Gageiro (2005), consideram-se significativos os *loadings* maiores ou iguais a 0,5. Conforme o apresentado no anexo 2, é possível concluir que todos os itens contribuem fortemente para explicar a dimensão a que pertencem, sendo que o menos significativo é o CP4 que apresenta um valor de 0,651 e o mais significativo o CM6 que apresenta um valor de 0,918. Portanto, todos os itens se mantêm.

Análise Fatorial Confirmatória

Na análise fatorial exploratória realizaram-se algumas escolhas que não eram as ideais pelo facto de se ter dado primazia à teoria. Assim sendo, decidiu-se desenvolver uma análise fatorial confirmatória (AFC) de modo a averiguar se o modelo resultante da análise anterior, apresentado na Figura 2, é válido. Para tal, foram calculadas as fiabilidades e validades convergentes de todas as componentes. Para o desenvolvimento desta análise recorreu-se ao programa *SMART PLS*.

Figura 2
Modelo conceptual estimado



Portanto, nesta AFC procede-se a uma análise convergente, ou seja, verifica-se a consistência do conjunto de afirmações que compõe cada uma das componentes representadas no modelo anterior. O objetivo é averiguar se as afirmações que constituem

a escala utilizada para medir cada variável compósita se correlacionam positivamente de modo a que a sua medição seja representativa da componente em que se inserem.

Aqui é necessário calcular o *Cronbach Alpha*, a *Composite Reliability* (CR) e a *Average Variance Extracted* (AVE). Como o *Cronbach Alpha* já foi medido anteriormente, falta apenas calcular a *Composite Reliability* (CR) e a *Average Variance Extracted* (AVE). A primeira (CR) indica serem confiáveis os indicadores das componentes quando superiores a 0,7 (Marôco, 2010). Já o AVE indica a percentagem de variância da componente que é explicada pela escala que a compõe, sendo aceitáveis valores superiores a 0,5 (Hair *et al.*, 2009).

A *Composite Reliability* mostrou-se apropriada em todos os casos. No respeitante ao *Average Variance Extracted*, todas as componentes apresentaram valores aceitáveis, à exceção do *feedback*, conforme Tabela 1. Analisando estes dados confirma-se a validade convergente parcial. Assim, as variáveis compósitas apresentadas no modelo anteriormente exposto podem ser mantidas no presente estudo porque apenas é necessário que seja cumprida uma das condições (Rebelo-Pinto *et al.*, 2014).

Tabela 1
Fiabilidade e validade convergente

Componentes	N.º Itens	Cronbach Alpha	CR	AVE	CR > 0,7	AVE > 0,5
Clima Comunicacional	4	0,831	0,875	0,638	SIM	SIM
Comunicação com Supervisor	5	0,906	0,927	0,719	SIM	SIM
Integração Organizacional	5	0,861	0,891	0,621	SIM	SIM
Comunicação Horizontal	3	0,686	0,841	0,639	SIM	SIM
Informação Organizacional	5	0,919	0,916	0,685	SIM	SIM
Feedback Pessoal	5	0,686	0,809	0,465	SIM	NÃO
Qualidade dos Meios	6	0,900	0,907	0,619	SIM	SIM
Comprometimento Afetivo	8	0,901	0,902	0,543	SIM	SIM
Comprometimento Normativo	5	0,900	0,927	0,717	SIM	SIM

Coefficiente de Correlações de Pearson

Efetuiu-se a análise do Coeficiente de Correlações de *Pearson* para examinar a relação entre a Comunicação Interna e o Comprometimento Organizacional. Através

desta análise consegue-se avaliar e quantificar a intensidade de associação entre as componentes de cada variável compósita, a qual varia entre -1 e 1 (Marôco, 2014). O coeficiente igual a 1 significa que as duas variáveis apresentam uma correlação perfeita positiva, logo, se uma aumenta a outra também aumenta. No caso de se aproximar de -1 significa que existe uma relação linear negativa, isto é, se uma aumenta a outra diminui. Portanto, quanto mais próximo dos extremos maior é a associação entre as variáveis. Na tabela 2 está exposta a matriz de correlação de *Pearson* para as componentes utilizadas neste estudo.

Tabela 2
Matriz de Correlações entre componentes de Comunicação Interna e componentes de Comprometimento organizacional

		CompAfetivo	CompNormativo
Clima Comunicacional	Correlação de Pearson	,636**	,536**
	Sig. (bilateral)	,000	,000
Comunicação com Supervisor	Correlação de Pearson	,665**	,406**
	Sig. (bilateral)	,000	,000
Integração Organizacional	Correlação de Pearson	,516**	,360**
	Sig. (bilateral)	,000	,000
Comunicação Horizontal	Correlação de Pearson	,486**	,346**
	Sig. (bilateral)	,000	,001
Informação Organizacional	Correlação de Pearson	,639**	,465**
	Sig. (bilateral)	,000	,000
Feedback	Correlação de Pearson	,627**	,455**
	Sig. (bilateral)	,000	,000
Qualidade dos Meios	Correlação de Pearson	,648**	,466**
	Sig. (bilateral)	,000	,000

** A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Através dos valores apresentados na tabela verificou-se que todas as dimensões da comunicação interna estão positivamente correlacionadas com as componentes do comprometimento organizacional. Apesar não se verificar uma correlação perfeita

(*coeficiente=1*), todos os valores assumem um valor aproximado, mostrando-se todas as correlações moderadas segundo o critério de Pestana e Gageiro (2005). No entanto, merecem destaque as que apresentaram correlações mais significativas. A comunicação com o supervisor é a que está mais correlacionada com o comprometimento afetivo ($r=0,665$; $p<0,01$), seguida da qualidade dos meios ($r=0,648$; $p<0,01$) e informação organizacional ($r=0,639$; $p<0,01$). No que concerne ao comprometimento normativo, o clima comunicacional é a que apresenta maior nível de correlação ($r=0,536$; $p<0,01$), seguida da qualidade dos meios ($r=0,466$; $p<0,01$) e informação organizacional ($r=0,465$; $p<0,01$). Já a relação entre a comunicação horizontal e o comprometimento normativo foi a que apresentou maior significância ($p\text{-value} = 0,001<0,01$) mas a que assume a correlação mais baixa, ainda que positiva ($r=0,346$).

Os valores calculados através das correlações de *Pearson* foram os que permitiram suportar o teste das hipóteses de investigação. Visto terem sido suportadas todas as hipóteses de investigação é possível responder positivamente à questão de investigação: será que a comunicação interna tem influência no desenvolvimento de comprometimento organizacional? Todavia, foram delineados outros objetivos específicos aos quais é necessário responder. Com recurso ao teste de Fisher conseguiu-se então: medir o comprometimento organizacional dos inspetores de trabalho; avaliar qual a componente do comprometimento com maior peso; e apreender qual a componente de comunicação interna com maior relevância. Através deste teste é possível selecionar os casos segundo uma condição de expressão de seleção (Marôco, 2014). Aqui observa-se os casos em que os inquiridos responderam positivamente, ou seja, “concordo” ou “concordo totalmente”. Assim sendo, foi possível aferir que há um nível elevado de comprometimento dos inspetores do trabalho para com a ACT (89,32%). Em particular destaca-se o comprometimento normativo (98%), seguido, com uma diferença de nove pontos percentuais, do comprometimento afetivo (89%). Em simultâneo, os inspetores de trabalho mostraram-se, globalmente, muito satisfeitos com a comunicação interna, em particular com a comunicação com o supervisor e ligeiramente menos (92%) com a informação organizacional e a qualidade dos meios.

Discussão dos resultados

A verificação da normalidade dos dados foi seguida de uma análise fatorial exploratória, da qual se extraíram duas dimensões nas subescalas *feedback* e comprometimento afetivo. Estes resultados surpreenderam porque o instrumento de recolha

de dados fora já utilizado numa diversidade de estudos e numa multiplicidade de contextos, sem se ter apurado a possibilidade das próprias componentes acima mencionadas poderem ser multidimensionais. Como a teoria deve prevalecer à estatística (Marôco, 2014) optou-se por continuar a usar estas subescalas como unidimensionais. Outro resultado não expetável foi o do comprometimento instrumental que apresentou valores baixos de KMO e *Cronbach Alpha*. Portanto, ao não se ter confirmado a confiabilidade desta componente do comprometimento organizacional optou-se por eliminá-la de forma a prevenir possíveis enviesamentos. Assim sendo, o comprometimento organizacional neste estudo apenas foi medido através das subescalas afetivo e normativo. Talvez isto tenha sucedido porque contrariamente à maioria dos estudos, este foi desenvolvido numa organização pública. Ou seja, como neste setor os trabalhadores não têm incentivos económicos como no privado, estando apenas motivados em prestar um serviço público (Hvidman e Andersen, 2013), é compreensível que a sua relação não se baseie na teoria das trocas definida pelo comprometimento instrumental. Realizou-se, então, uma análise fatorial confirmatória convergente para apurar a consistência das escalas utilizadas e a variância explicada das escalas que compõem cada componente. O objetivo desta análise foi de certificar o modelo de investigação e as suas escalas de medição visto na análise fatorial exploratória terem sido obtidos resultados distintos para o *feedback* e comprometimento afetivo. No entanto, todas as dimensões apresentaram valores positivos, confirmando-se a validade dos grupos definidos para a medição da comunicação interna e do comprometimento organizacional. Os valores positivos apresentados para a consistência da escala de medição para cada componente podem dever-se ao facto de os inquiridos terem respondido de forma similar ao inquérito por questionário. As componentes que apresentaram maior coesão na escala de medição foram a comunicação com o supervisor, a informação organizacional e o comprometimento normativo.

A confirmação da fidelidade e consistência das escalas permitiu avançar na análise de modo a responder às questões iniciais da investigação. Para verificar a influência da comunicação interna no comprometimento organizacional efetuou-se a análise do coeficiente das correlações de *Pearson*. Através desta percebeu-se que, no geral, a comunicação interna influencia o desenvolvimento do comprometimento organizacional. Chegou-se a esta ilação porquanto, de uma forma ou de outra, todas as dimensões da comunicação interna apresentaram correlações moderadamente positivas com as duas componentes do comprometimento organizacional. Este resultado é congruente com o estudo desenvolvido por Pereira, Fontenele e Sousa (2011) no qual se concluiu que todas as variáveis da comunicação interna e do comprometimento

organizacional estavam correlacionadas, no mínimo, moderadamente. Assim sendo, apurou-se que a comunicação com o supervisor é a que está mais correlacionada com o comprometimento afetivo e, o clima comunicacional com o comprometimento normativo. Tendo em vista que a relação com o supervisor se insere dentro do grupo de antecedentes do comprometimento afetivo e as experiências positivas ou atividades desenvolvidas pela organização pertencem aos antecedentes do comprometimento normativo (Meyer e Allen, 1991), podendo aqui incluir-se o clima comunicacional, é compreensível serem estes os que apresentam maiores correlações. Portanto, as diferentes dimensões da comunicação interna apresentaram diferentes níveis de correlações com as componentes do comprometimento organizacional, o que corrobora anteriores investigações que afirmaram não ser a relação entre a comunicação interna e o comprometimento organizacional linear (Downs, 1991; Varona, 1996). Também Downs (1991) apurou ser a comunicação com o supervisor uma das componentes com maior peso no desenvolvimento de comprometimento. Já Carrière e Bourque (2009) defendiam que o clima comunicacional das organizações afeta a componente afetiva do comprometimento organizacional. Com estes resultados foram suportadas todas as hipóteses de investigação delineadas, podendo-se então afirmar que a comunicação interna influencia o desenvolvimento de comprometimento organizacional.

Todavia, estes dados apenas responderam a um dos objetivos específicos: qual a componente de comunicação interna que mais influencia o respetivo comprometimento, faltando ainda medir o comprometimento organizacional dos inspetores de trabalho, e apreender qual a componente de comunicação interna com maior relevância para os inspetores, bem como avaliar qual a componente do comprometimento com maior peso. Por conseguinte apurou-se a existência de um elevado comprometimento organizacional dos inspetores do trabalho para com a ACT. A componente de comunicação interna com a qual estão mais satisfeitos é a comunicação com o supervisor, sendo o comprometimento normativo o mais representativo do seu comprometimento. Estes resultados fazem sentido na medida em que os inspetores do trabalho parecem estar satisfeitos com a dimensão mais correlacionada com o comprometimento afetivo, a comunicação com o supervisor. Desta forma, o comprometimento organizacional destes seria, segundo os dados quantitativos, expectável. Ao mesmo tempo, é enquadrável que numa organização pública o comprometimento normativo seja o mais significativo devido à vocação de se servir uma causa. Tanto Goulet e Frank (2002), como Steijin e Leisink (2006), já tinham mostrado que o comprometimento maioritariamente associado aos trabalhadores de organizações públicas é o normativo. A hipótese de se estar perante uma organização burocrática profissional (Mintzberg,

1995) contribui também para explicar esta realidade. Com efeito, os inspetores do trabalho são especialistas devidamente formados e socializados, sendo os seus comportamentos pré-determinados, previsíveis, ou seja, estandardizados.

Relativamente à comunicação interna concluiu-se que, no geral, os inspetores do trabalho estão muito satisfeitos, evidenciando-se a maior satisfação face à componente comunicação com o supervisor. Isto poderá dever-se ao facto de os inspetores do trabalho terem outras facilidades de contacto e comunicação dentro da organização, que outros trabalhadores não possuem, em virtude da sua categoria profissional e qualificações académicas. Refira-se a este propósito que 95% dos inquiridos detêm habilitações escolares de nível superior, em particular, 42 % detêm uma licenciatura e 52% uma pós-graduação. O facto do trabalho destes profissionais implicar, pela sua complexidade, uma margem de controlo e autonomia considerável assume também poder explicativo. Acresce que a ACT, para além de reunir características de uma estrutura burocrática profissional, assume igualmente traços de uma estrutura divisionada (Mintzberg, 1995), pois tem a sede em Lisboa e dispõe de 32 serviços desconcentrados por várias regiões do país. Tal significa que estes serviços têm o poder de gerir os seus próprios interesses, operações, proporcionando um contexto de trabalho aos inspetores de trabalho de maior proximidade comunicacional através da qual estes partilham os seus resultados.

Conclusões

A comunicação interna tem sido cada vez mais explorada e a investigação que sustenta este artigo procura explicar a sua influência no desenvolvimento de comprometimento organizacional através da medição das respetivas subescalas. É proposto um modelo conceptual que relaciona todos esses constructos o qual se revela adequado ao contexto da ACT após se ter verificado a sua validade convergente.

Ao serem obtidas correlações positivas para os constructos foi possível aferir que a comunicação interna influencia o desenvolvimento de comprometimento organizacional e, desta forma, responder positivamente à questão de investigação. Mais detalhadamente concluiu-se que o antecedente mais significativo do comprometimento normativo é a comunicação com o supervisor e o do comprometimento afetivo o clima comunicacional. Assim, se os inspetores do trabalho estiverem satisfeitos com a comunicação interna o seu comprometimento organizacional é maior. Tal evidência poderá ser um incentivo para que as organizações confirmem maior importância à

comunicação interna e a concebam e planifiquem de modo estratégico.

Os resultados obtidos nesta investigação exibem implicações no âmbito das organizações públicas, tendo verdadeiramente consequências diretas no caso da Autoridade para as Condições de Trabalho. Efetivamente, esta organização conseguirá refletir sobre os problemas comunicacionais internos de modo a melhorar os pontos fracos que mais afetam os trabalhadores. Visto ter sido na própria ACT comprovada a relação entre a comunicação interna e o comprometimento organizacional, a organização pode investir e aproveitar as vantagens da comunicação interna para ter trabalhadores mais satisfeitos e tirar partido do seu comprometimento. Também compreende os antecedentes com maior e menor impacto no comprometimento organizacional, sendo possível adaptar ou melhorar os seus procedimentos.

Por fim, os resultados alcançados nesta pesquisa podem suportar estudos futuros em organizações públicas ou de outro sector que pretendam verificar quais os efeitos da comunicação interna no comportamento dos trabalhadores. Além disso, sendo ainda o setor público pouco explorado em matéria comunicacional, é viável que esta investigação sirva de contributo para gerar maior conhecimento nesse contexto e explorar questões que não foram analisadas, como por exemplo, a comparação dos níveis de comprometimento organizacional consoante a antiguidade dos trabalhadores na organização, ou até mesmo apurar os diferentes níveis de comprometimento organizacional dos trabalhadores segundo os meios de comunicação interna utilizados.

Referências Bibliográficas

- ACT (2014), *Estratégia 2013-2015*, Lisboa, Autoridade para as Condições do Trabalho.
- ALLEN, Natalie; MEYER, John (1990), “The measurement and antecedents of affective, continuance and normative commitment to the organization”, *Journal of Occupational Psychology*, 63, pp.1-18.
- ALMEIDA, Lilian (2007), *Comunicação Interna como um Instrumento de Promoção da Qualidade: Estudo de caso em uma empresa global de comunicação*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Brasil, Universidade Federal de Itajubá.
- ALMEIDA, Vítor (2003), *A comunicação interna na empresa*, Lisboa, Áreas Editora.
- BAMBACAS, Mar; PATRICKSON, Margaret (2008), “Interpersonal communication skills that enhance organizational commitment”, *Journal of Communication Management*, 2(2), pp.51-72.
- BORGES-ANDRADE, Jairo (1994), “Conceituação e mensuração de comprometimento organizacional”, *Temas em Psicologia*, (1), pp.37-47.
- BROWN, Timothy (2006), *Confirmatory factor analysis for applied research*, New York, The Guilford Press.
- CÂMARA, Pedro; GUERRA, Paulo; RODRIGUES, Joaquim (2007), *Novo Humanator*, Lisboa, Dom

Quixote.

- CARRIÈRE, Jule; BOURQUE, Christopher (2009), “The Effects of Organizational Communication on Job Satisfaction and Organizational Commitment in a Land Ambulance Service and the Mediating Role of Communication Satisfaction”, *Career Development International*, 14(1), pp.29-49.
- CHANG, Eunmi (1999) “Career commitment as a complex moderator of organizational commitment and turnover intention”, *Human Relations*, 52(10), pp.1257-1278.
- CHEN, Jui-Chen; SILVERTHORNE, Coli; HUNG, Jung-Yao (2006). “Organization Communication, Job Stress, Organizational Commitment, and Job Performance of Accounting Professionals in Taiwan and America”, *Leadership & Organization Development Journal*, 27(4), pp.242-249.
- CLAMPITT, Philipp; DOWNS, Cal (1993), “Employee Perceptions of the Relationship between Communication and Productivity: A Field Study”, *The Journal of Business Communication*, 30, pp.5-28.
- COHEN, Aoron (2003), *Multiples Commitments in the Workplace: An Integrative Approach*. Mahawah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- DECONINCK, Jim; JOHNSON, Julie; BUSBIN, James; LOCKWOOD, Frank (2008); “An Examination of the Validity of the Downs and Hazen”, *Marketing Management Journal*, 18(2), pp.145-153.
- DESSLER, Gary (1993), *Winning commitment: how to build and keep a competitive workforce*, New York, McGraw-Hill.
- DOWNS, Adrian (1991), *A case study of the relationship between communication satisfaction and organizational commitment in two Australian organizations*, Kansas, University of Kansas.
- DOWNS, Cal; HAZEN, Michael (1977), “A factor analytic study of communication satisfaction”, *Journal of Business Communication*, 14(3), pp.63-73.
- DUNHAM, Randall; GRUBE, Jean; CASTANEDA, Maria (1994), “Organizational commitment: The utility of an integrative definition”, *Journal of Applied Psychology*, 79, pp.716-721.
- FILHO, Flavi; GODOY, Leoni (2006), “A Contribuição da Comunicação Organizacional na Obtenção do Comprometimento dos Colaboradores”, *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.
- GIRARDI, Angel; GIRARDI, Benur (2006), “A Comunicação Organizacional e o Interlocutor Esclarecido”, *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.
- GOULET, Laurel; FRANK, Margaret (2002), “Organizational Commitment Across Three Sectors: Public, Non-profit, and For-profit”, *Public Personnel Management*, 31(2), pp.201-210.
- GRAY, Judy; LAIDLAW, Heather (2004), “Improving the measurement of communication satisfaction”, *Management Communication Quarterly*, 17(3), pp.425-448.
- GRUNIG, James; DOZIER, David (2002), *Excellent Public Relations and Effective Organizations: A Study of Communication Management in Three Countries*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- HACKETT, Rick; BYCIO, Peter; HAUSDORF, Peter (1994), “Further assessments of Meyer and Allens (1991) three component model of organizational commitment”, *Journal of Applied Psychology*, 79, pp.15-23.
- HAIR, Joseph; BLACK, William; BABIN, Barry; ANDERSON, Rolph (2009), *Multivariate Data Analysis*. New Jersey, Prentice Hall Higher Education.
- HVIDMAN, Ulrik; ANDERSEN, Simon (2013), “Impact of Performance Management in Public and Private Organizations”, *Journal of Public Administration Research and Theory*, 24, pp.35-38.
- JOHANSEN, Winni; AGGERHOLM, Helle; FRANDSEN, Finn (2012), “Entering new territory: A study of internal crisis management and crisis communication in organizations”, *Public Relations Review*, 38(2), pp.270-279.

- LAY, Maria; REIS, António (2005), “Análise quantitativa na área de estudos ambiente-comportamento”, *Ambiente Construído*, 5(2), pp.21-36.
- MARÔCO, João; GARCIA-MARQUES, Teresa (2006), “Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?”, *Laboratório de Psicologia*, 4(1), pp.65-90.
- MARÔCO, João (2014), *Análise estatística: com o SPSS Statistics* (6 ed.), Pêro Pinheiro, Report Number.
- MCGEE, Gail; FORD, Robert (1987), “Two (or more?) Dimensions of Organizational Commitment: Re-examination of the Affective and Continuance Commitment Scales”, *Journal of Applied Psychology*, 72, pp.638-642.
- MALHOTRA, Naresh (2010); *Marketing Research: An Applied Orientation* (6ª ed.), New York, Pearson Education.
- MEDEIROS, Carlos; ALBUQUERQUE, Lindolfo, SIQUEIRA, Michella; MARQUES, Glenda (2003), “Comprometimento Organizacional: o Estado da Arte da Pesquisa no Brasil”, *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, 7(4), pp.187-209.
- MENG, Juan; BERGER, Bruce (2012), “Measuring return on investment (ROI) of organizations’ internal communication efforts”, *Journal of Communication Management*, 16(4), pp.332-354.
- MEYER, John; ALLEN, Natalie (1991), “A three-component conceptualization of organizational commitment”. *Human Resource Management Review*, 1(1), pp.61-89.
- MISHRA, Karen; BOYNTON, Lois; MISHRA, Aneil (2014), “Driving Employee Engagement: The expanded Role of Internal Communications”, *International Journal of Business Communication*, 51(2), pp.183-202.
- MINTZBERG; Henry (1995), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, D. Quixote.
- MOWDAY, Richard; STEERS, Richard; PORTER, Lyman (1979), “The measurement of organizational commitment”, *Journal of Vocational Behavior*, 14, pp.224-247.
- NAKRA, Rashmi (2006), “Relationship between communication satisfaction and organizational identification: an empirical study”, *The Journal of Business Perspective*, 10(2), pp.41-51.
- NASCIMENTO, José; LOPES, Albino; SALGUEIRO, Maria (2008), “Estudo sobre a validação do “Modelo de Comportamento Organizacional” de Meyer e Allen para o contexto português”, *Comportamento Organizacional e Gestão*, 14(1), pp.115-133.
- ORDUÑA, Octavio (2004), “A comunicação em momentos de crises” *BOCC*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- PEREIRA, Marília; FONTENELE, Raimundo; SOUSA, Antonia (2011) “O Impacto da Comunicação Interna no Comprometimento Afetivo dos Funcionários das Pmes Indústrias de Calçados”, *VIII Simposio de Excelência em Gestão e Tecnologia*.
- PERETTI, Jean (2004), *Recursos Humanos* (3ª ed.), Lisboa, APG.
- PESTANA, Maria; GAGEIRO, João (2005); *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- PUTTI, Josep; ARYEE, Samuel; PHUA, Joseph (1990), “Communication relationship satisfaction and organizational commitment”, *Group & Organization Studies*, 15(1), pp.44-52.
- QUINN, Dennis; HARGIE, Owen (2004), “Internal communication audits: a case study”, *Corporate Communications: An International Journal*. School of Communication, University of Ulster, Newtownabbey, UK, pp. 146-158.
- REBELO-PINTO, Teresa; PINTO, Joana; REBELO-PINTO, Helena; PAIVA, Teresa (2014), “Validation of a three-dimensional model about sleep: Habits, personal factors and environmental factors”, *Sleep Science*, 7(4), pp.197-202.
- ROBBINS, Stephen (2005), *Comportamento organizacional* (11ª ed.), São Paulo, Pearson Prentice Hall.

- RUCK, Kevin; WELCH, Mary (2012), “Valuing internal communication; management and employee perspectives”, *Public Relations Review*, 38, pp.294– 302.
- SMIDTS, Ale; PRUYN, Ad; VAN RIEL, Cees (2001), “The impact of employee communication and perceived external prestige on organizational identification”, *Academy of Management Journal*, 49(5), pp.51-62.
- STACKS, Don; WATSON, Marcia (2007), “Two-way communication based on quantitative research and measurement”, In Toth, E.L. (Ed.), *The future of Excellence in Public Relations and Communication Management: Challenges for the Next Generation*. Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, pp.67-84.
- STACKS, Don; MICHAELSON, David (2010), *A Practitioner’s Guide to Public Relations Research Measurement and Evaluation*. New York, Business Experts Press.
- STEIJN, Bram; LEISINK, Peter (2006), “Organizational commitment among Dutch public sector”, *International Review of Administrative Sciences*, 71(2), pp.187-201.
- UUSI-RAUVA, Christa; NURKKA, Johhana (2010), “Effective internal environment-related communication: An employee perspective”, *Corporate Communications: An International Journal*, 15(3), pp.299–314.
- VANDENBERG, Robert; SELF, Robin (1993), “Assessing newcomers’ changing commitments to the organization during the first 6 months of work”, *Journal of Applied Psychology*, 78(4), 557-568.
- VARONA, Federico (1996), “Relationship between communication satisfaction and organizational commitment in three Guatemalan organizations”, *Journal of Business Communication*, 33(2), pp.111-131.
- WELCH, Mary (2011), The evolution of the employee engagement concept: communication implications”, *Corporate Communications: An International Journal*, 16(4), pp.328-346.
- WELCH, Mar; JACKSON, Paul (2007) “Rethinking internal communication: a stakeholder approach”, *Corporate Communications: An International Journal*, 12(2), pp.177-198.
- WILKINSON, Leland e Task Force on Statistical Inference. (1999), “Statistical methods in psychology journals: Guidelines and explanations”, *American Psychologist*, 54(8), pp.594-604.
- ZWIJZE-KONING, Karen; JONG, Menno (2007), “Evaluating the Communication Satisfaction Questionnaire as a Communication Audit Tool”, *Management Communication Quarterly*, 20(3), pp.261-282.

Cátia Filipa Neto (autora de correspondência). Hutchinson Porto – Tubos Flexíveis, Sociedade Unipessoal, Lda (Valongo, Portugal). Endereço de correspondência: Rua Central da Ribeira, 1820, 4440-031 Campo-Valongo, Portugal. Email: catiafilipasn@gmail.com

Sofia Alexandra Cruz. Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464, Porto, Portugal. Email: sacruz@fep.up.pt

Artigo recebido em 10 de setembro de 2016. Publicação aprovada em 13 maio de 2017.

ANEXO 1
Consistência interna dos componentes

Fator	Nº Itens	Média	Mínimo	Máximo	Cronbach Alpha
Comunicação Interna					
<i>Clima Comunicacional</i>	4	3,015	2,660	3,722	0,831
Comunicação com Supervisor	5	3,489	2,697	4,010	0,906
Integração Organizacional	5	3,135	2,947	3,368	0,861
Comunicação Horizontal	3	3,623	3,111	3,909	0,686
Informação Organizacional	5	2,838	2,526	3,168	0,919
Feedback Pessoal	5	3,085	3,979	1,381	0,686
Qualidade dos Meios	6	2,939	2,516	3,474	0,900
Comprometimento Organizacional					
Comprometimento Afetivo	8	3,514	2,880	4,185	0,901
Comprometimento Normativo	5	2,210	2,030	2,720	0,900

ANEXO 2
Fiabilidade individual de cada item

Dimensão	Item	<i>Loadings</i>
Clima Comunicacional	CM1	0,737
	CM3	0,859
	CM4	0,833
	CM5	0,828
Comunicação com supervisor	CM6	0,918
	CM7	0,902
	CM8	0,841
	CM9	0,885
Integração Organizacional	CM10	0,721
	CM11	0,806
	CM12	0,753
	CM13	0,782
	CM14	0,896
Comunicação Horizontal	CM15	0,765
	CM17	0,837
	CM18	0,747
Informação Organizacional	CM19	0,785
	CM21	0,836
	CM22	0,899
	CM23	0,847
	CM24	0,891
	CM25	0,873
Feedback Pessoal	CM26	0,696
	CM27	0,653
	CM28	0,801
	CM29	0,796
	CM30	0,753
Qualidade dos Meios	CM31	0,737
	CM32	0,804
	CM33	0,848
	CM34	0,857
	CM35	0,881
	CM36	0,768
Comprometimento Afetivo	CP1	0,783
	CP2	0,768
	CP3	0,816
	CP4	0,651
	CP6	0,695
	CP7	0,801
	CP8	0,782
	CP9	0,852
Comprometimento Normativo	CP17	0,820
	CP18	0,873
	CP19	0,906
	CP20	0,852
	CP22	0,799

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O conceito de secularização tem, em particular, desde a sua apropriação pelas ciências sociais, um sentido profundamente controvertido. Esta é uma noção que causa, ainda hoje, perturbação em trabalhos académicos e cuja operacionalidade científica se mantém contestada. Com este artigo apresentamos uma proposta de sistematização analítica que contribui para a sua operacionalização. Para cumprir este desiderato, propomos um exame sincrónico e denso das suas origens nas ciências sociais nos anos 1960 e, através da matriz comparativa, analisamos o consequente desenvolvimento das suas cinco camadas internas. Concluimos que o entendimento da sua emergência sociológica é indissociável do desenvolvimento das suas camadas e que qualquer investigação na área beneficia dum tipo de sistematização similar.

Palavras-chave: secularização; teorias da secularização, sociologia da religião.

The internal layers of secularization: systematization proposal of an essentially contested concept

Abstract

The concept of secularization has a deeply contested connotation, in particular, since its appropriation by social sciences. This concept still causes disruption in academic work since its scientific operability is still highly disputed. With this article, we offer an analytical systematization that helps on its operability. In order to do it, we propose a synchronic and dense study of its origins in 1960's social sciences, and through the comparative matrix, we analyze the following development of its five internal layers. We conclude that the understanding of its sociological emergence is inseparable from the development of its layers and that any research in this field benefits from a similar type of systematization.

Keywords: secularization; theories of secularization; sociology of religion.

*Les strates internes de la sécularisation: une proposition de systématisation d'un concept
essentiellement contesté*

Résumé

Le concept de sécularisation a, en particulier, depuis son appropriation pour les sciences sociales, un sens profondément contesté. Celle-ci est une notion qui trouble, encore aujourd'hui, les études académiques et dont l'opérationnalité se poursuit controversée. Avec cet article nous présentons une proposition de systématisation analytique qui contribue à son opérationnalisation. À ce but, nous proposons un examen synchrone et profond de ses origines aux sciences sociales des années 1960 et, par le biais de la matrice comparative, nous analysons le conséquent développement de ses cinq strates internes. Nous concluons que la compréhension de son émergence sociologique est indissociable du développement des ses strates et que toute recherche sur ce sujet profite d'un type de systématisation analogue.

Mots-clés: sécularisation; théories de la sécularisation; sociologie de la religion.

*Los estratos internos de la secularización: propuesta de sistematización de un concepto esencialmente
controvertido*

Resumen

El concepto de secularización ha tenido, en particular desde su apropiación por parte de las Ciencias Sociales, un significado sumamente controvertido. Se trata de una noción que aún hoy causa malestar en el trabajo académico y científico y cuya operabilidad sigue siendo debatida. En este artículo presentamos una propuesta de sistematización que busca contribuir a su mayor operabilidad. Para cumplir con este objetivo, proponemos un examen sincrónico y denso de los orígenes del concepto en las Ciencias Sociales en la década de 1960 y, a través de una perspectiva comparativa, un análisis del subsiguiente desarrollo de sus cinco estratos internos. Llegamos a la conclusión de que la comprensión de su emergencia sociológica es inseparable del desarrollo de sus estratos, y de que cualquier investigación en ese campo se requiere para su éxito de un tipo similar de sistematización.

Palabras clave: secularización; teorías de la secularización; sociología de la religión.

Introdução

De acordo com alguns cientistas sociais que trabalham sobre os padrões do método científico, o primeiro passo de qualquer investigação deve ser a descrição do nosso objeto de estudo. Uma das questões fundamentais nas ciências sociais é sobre o que sabemos e como o sabemos (Porta e Keating, 2008). Quando pretendemos analisar um determinado fenómeno social recorreremos à linguagem. Contudo, não apenas para dizer que uma coisa existe, mas também para decidir o que ela é, precisamos

de vertê-la em conceitos e teorias que são criações dos próprios investigadores, não sendo, portanto, descrições neutras do fenómeno observado.

Com efeito, os cientistas sociais trabalham grande parte do tempo com conceitos que são representações mais ou menos abstratas do mundo social que estudam. Todavia, na sua ação de construção e desenvolvimento conceptual, enfrentam uma grande adversidade: a maioria dos conceitos são pouco claros e controvertidos, especialmente nas ciências sociais. Alguns deles são essencialmente contestados – construções conceptuais cujo significado operacional está sujeito a constante debate e disputa e que dificilmente terão uma definição firme e rápida. No nosso entender, mas não só (Beckford, 2003), é precisamente aqui que se encontra a noção de secularização.

Não obstante a discussão sobre a secularização, tal a conhecemos, esteja presente e seja prolífera nas ciências sociais, sobretudo, desde a década de 1960, a maioria dos cientistas sociais continua a declarar dificuldades ao trabalhar com este conceito. Em particular, por conta da sua falta de consistência interna (Tschannen, 1992; Stark, 1999; Gorski, 2000; Beckford, 2003), dos seus vieses culturais, (Lechner, 1991; Asad, 2003) e da sua difícil operacionalidade científica (Casanova, 1994; Dobbelaere, 2002; Joas, 2009). Talvez por isso Voas (2008) declare que já estaremos sepultados quando a verdade sobre o conceito for revelada.

Chegados a este ponto, será apenas normal perguntar o que é (são) a(s) teoria(s) da secularização? Será possível (re)operacionalizá-la(s) ao nível científico? Se sim, como?

É exatamente aqui, na resposta à última interrogação, que o nosso trabalho se situa. Muito se escreveu sobre a ideia de uma secularização unívoca; porém, poucos são os investigadores que examinam a fundo o contexto do seu advento e o consequente desenvolvimento das suas camadas internas e que, a partir daí, conseguem contribuir epistemologicamente para o debate científico. Com efeito, inúmeros trabalhos recentes abordam estes tópicos de forma superficial, como se se tratasse duma etapa preambular protocolar, ou concentram as investigações apenas num dos seus substratos. T tamanha superficialidade e fragmentação não contribuem para a aclaração de um conceito essencialmente contestado como o de secularização.

Não negamos o contributo relevante de alguns destes trabalhos (Tschannen, 1992; Helleman, 1998; Gorski, 2000; Dobbelaere, 2002; Martin, 2005), em especial, em matéria de sistematização descritiva e analítica, nem contestamos a validade científica do conceito de secularização, nomeadamente enquanto grande narrativa que descreve algumas características fundamentais das sociedades contemporâneas (Repstad

e Furseth, 2006: 75 e segs.). Por isso, propomos um exame sincrónico, profundo e abrangente daquele que consideramos ser o segundo e mais influente momento do debate sociológico sobre a secularização macrossocial¹ (os inícios da década de 1960) e as suas consequências – os diferentes substratos daí emergentes e as suas atualizações teórico-conceptuais. Assim sendo, consideramos útil a aplicação do desenho de investigação da *descrição densa* (Geertz, 1973), um tipo de explicação inteligível sobre os eventos sociopolíticos, as instituições e os processos que estimulam a secularização. Julgamos ainda que a aplicação do método comparativo é uma ferramenta fundamental quando considerados os substratos da secularização. Isto, porque aumenta o nosso poder descritivo, através da distinção entre similaridades e contrastes, e facilita o aprofundamento teórico-analítico e outras formas de compreensão interpretativa.

Para aplicar estas metodologias, estabelecemos um plano de trabalho baseado em duas etapas essenciais. Em primeiro lugar, abordamos quatro das principais causas ou momentos fundamentais para o estabelecimento de um estudo sistemático do fenómeno religioso e, a partir desse ponto, entramos nas questões mais profundas e complexas da secularização, analisando, comparativamente, os seus cinco substratos ou camadas internas².

Quatro razões para o advento das teorias da secularização nos anos 1960

A questão sobre qual o momento fundamental para o estabelecimento de um estudo sistemático do fenómeno religioso nas sociedades modernas – o segundo período na nossa opinião³ –, parece consensual dentro da literatura sobre a secularização.

Com efeito, a maioria dos autores menciona o período pós II Grande Guerra (pós-1945) e os inícios da década de 1960 como as etapas inaugurais das teorias da secularização no campo da sociologia das religiões (Casanova, 1994: 19; Hellemans, 1998: 67-68). Entre outras coisas, isto deveu-se à publicação dos livros de Wilson

¹ O conceito de secularização macrossocial nasce da compreensão da ideia de laicização da sociedade em Dobbelaere (2002) – dimensão macro da secularização – da sua reconceptualização por Chaves (1994) – secularização societal – e da sua atualização por Bader (2007) – secularização política. A opção por este nível de análise será justificada na secção sobre *A(s) teoria(s) da secularização*.

² Alongar-nos-emos sobre estes conceitos à entrada da secção 3, aquando do aprofundamento do tema *A(s) teoria(s) da secularização: proposta de análise das suas principais camadas internas*.

³ O primeiro período tem o seu gérmen no segundo quartel do século XIX, com os trabalhos de Henri Saint Simon, Auguste Comte e Karl Marx. Todavia, desenvolve-se sobretudo a partir dos finais dessa centúria com Émile Durkheim e Max Weber. Realçamos, em particular, as suas respostas académicas à transmutação dos sistemas modernos e pré-modernos de sociedade e aos seus desafios intrínsecos.

(1969 [1966]), Luckmann (1967) e Berger (1990 [1967]). Mas, não apenas destes, porquanto a academia das ciências sociais da época produziu inúmeras publicações sobre a secularização. O desenvolvimento teórico fez com que ela fosse integrada, durante os anos 1960, na teoria da modernização, tornando-se num dos seus axiomas centrais. Na época, a secularização parecia auto-evidente. Todos pareciam concordar com a ideia de que a influência pública da religião estava a diminuir.

Mas, por que motivo os meados do século XX e, sobretudo, a década de 1960 foram momentos de mudança tão marcantes para a investigação sobre a secularização? Que acontecimentos justificam essa viragem? Como é que o estado da arte fundamenta a sua posição sobre este tópico? Na nossa pesquisa detetámos quatro razões que ajudam a sustentar este argumento.

A *primeira* é uma das mais consensuais: a influência das construções teóricas dos primeiros sociólogos. De facto, o estado da arte parece unívoco na afirmação de que os fundadores da sociologia são um marco teórico incontornável das concepções da secularização dos anos 1960 (Casanova, 1994: 17-19; Dobbelaere, 2002: 18; Norris e Inglehart, 2004: 3). As teses mais citadas são as de Auguste Comte (evolucionismo e positivismo), Karl Marx (industrialização e capitalismo), Émile Durkheim (diferenciação das unidades sociais), mas, principalmente, Max Weber (racionalização e desmagificação ou desencantamento do mundo). Comum a todos eles é a ideia de que o fenómeno religioso, pelo menos nas suas expressões tradicionais, vê o seu poder e a sua plausibilidade afracarem face aos avanços da modernidade. Outra similaridade é a forma como as suas teorias afirmam que a religião não funciona mais como o código regulador de toda a vida humana, sendo apenas mais uma, entre outras, das dimensões das sociedades modernas.

Parece-nos questionável que o assomamento da discussão sobre a secularização se possa reduzir, exclusivamente, a um debate teórico. Tal como diz Helleman (1998: 67-68), para se entenderem os trabalhos dos teóricos da secularização da década de 1960, deve-se combinar a “longa e prestigiada tradição intelectual”, sobretudo no século XIX, que enfatiza a “oposição entre religião e modernidade”, com as *experiências sociais reais* que os autores experimentaram em meados do século XX.

O estado da arte parece apontar neste sentido. Com efeito, a *segunda* razão amiúde apontada para justificar a narrativa da secularização nessa época é o que, grosso modo, designamos de modernização. Ou seja, os processos sociais, económicos e políticos associados ao desenvolvimento das sociedades industriais e, implícita ou explicitamente, ao declínio da religião.

Os argumentos como a *lógica da industrialização* ou a *convergência das soci-*

edades industrializadas são determinantes para os teóricos da secularização dos anos 1960 (Beckford, 2003: 42). Estas noções contribuíram, de certo modo, para um sentimento de confiança dos cientistas sociais de que haviam descoberto algumas regularidades universais na vida social que fundamentavam as suas teorias. Existe, entre eles, algum consenso ao elencar os elementos que consubstanciam este fenómeno (Hellemans, 1998: 68). Por exemplo, a urbanização e a erosão da civilização paroquial, associadas a fortes vínculos religiosos; a expansão do ensino e o fim do monopólio do conhecimento do clero; a ciência e a tecnologia e o desenvolvimento de caminhos alternativos para se compreender o mundo; ou o crescimento do Estado moderno e a centralização de funções oferecidas antiga e unicamente pelas instituições religiosas.

É em confronto com as mudanças promovidas por estas *experiências sociais reais*, opondo aparentemente modernidade e religião, que o conceito de secularização foi utilizado pela sociologia das religiões. Na década de 1960 as teorias sobre religião, no respeitante às suas características sociais, envolvem frequentemente ideias sobre o seu declínio ou negação. De acordo com Beckford (2003: 31-32), por vezes, existe a sensação de que os estudos científicos sobre religião se preocupam “centralmente” com o seu “declínio, erosão ou eclipse”. A perspetiva do ocaso da religião na modernidade parece motivar, segundo o autor, certos investigadores a estudar o fenómeno religioso.

Esta situação é típica duma geração formada pela revolução cultural do pós II Grande Guerra e que se encontra profundamente alienada de um modelo de religião tradicional forte (Taylor, 2007: 426 e 495). Casanova, no seu “The Secular and Secularisms” (2009), inspirado no trabalho de Taylor, considera que este é um estágio de secularismo fenomenológico. Ou seja, uma etapa da era moderna na qual uma estrutura imanente (*immanent frame*) das ordens cósmica, social e moral modernas opera como se o sagrado não existisse ou como se fosse contrário aos processos de amadurecimento, crescimento e emancipação humana. Esta é a experiência fenomenológica que, desde a época citada, tem feito da nossa época uma *era secular*; na qual, com a gradual modernização, é suposto as sociedades tornarem-se menos religiosas, pelo menos, no sentido tradicional (Taylor, 2007: 19-20, 369 e 597).

No nosso ver, esta é a *terceira* razão que justifica o desenvolvimento das teorias da secularização: um reacender ou uma difusão da mentalidade secular contemporânea.

Os cientistas sociais da década de 1960 possuem no seu imaginário uma perspetiva processual, unitária e universal da secularização, tipicamente hegeliana. Eles assumem que a sociedade se move de uma situação em que o sagrado domina, para um

contexto arreligioso no qual perde progressivamente espaço⁴. À semelhança do que sucede com os sociólogos fundadores, os membros da geração de 1960 não parecem ser analistas desinteressados do seu objeto de estudo. Pelo contrário, a sua posição sobre a secularização assemelha-se mais a uma doutrina sacralizada do que a uma teoria. Longe de ser uma hipótese sociológica falsificável através de dados empíricos, afigura-se como uma ideologia de investigadores sociais que aceitam como facto o antagonismo entre religião e modernidade.

Nesta época, as reflexões sobre a secularização não se baseiam apenas nas consequências latentes dos fenómenos da modernização, parecendo ser também o resultado de uma ação voluntária para distanciar setores da sociedade da influência religiosa. Em certa medida, isso corresponde ao que Smith (2003) apelida de *revolução secular*. Na hipótese smithiana, o processo de secularização é entendido como uma querela política iniciada para pôr fim ao poder da religião (Smith, 2003: 1). Ela não visa apenas a substituição das elites antigas por outras secularizadas, nem somente uma diferenciação funcional da religião; antes, assume uma mudança no poder simbólico (Bourdieu, 1989), reclamando transformações nas esferas dos *media*, da educação ou da ciência (Smith, 2003: 2-5). Nestes dois últimos campos a revolução secular transforma a construção social da ciência e assume a produção de um novo saber, passando de uma estrutura compatível ou subordinada ao teísmo, para outra que considera a religião como irrelevante e como diminutiva do verdadeiro conhecimento. É justamente aqui, dentro desta nova forma de pensar e de se fazer ciência, que a geração de 1960 se habitua a pensar a secularização como um processo histórico-natural ou como um produto inevitável da modernização (Smith, 2003: 1).

Se, por um lado, a aceitação do termo secularização, como um conceito científico relevante para academia das ciências sociais, teve origem nessa época; por outro lado, diz-nos Bremmer (2008: 437), a secularização, enquanto noção que denota um número de desenvolvimentos associados à modernização, foi aceite muito lentamente. Com efeito, a sua aceitação foi uma consequência de esforços académicos progressivos, iniciados e desenvolvidos, sobretudo, a partir do segundo quartel do século XX, nos Estados Unidos, na Alemanha, em Inglaterra e em França.

Situamos aqui a *quarta* e derradeira razão que julgamos justificar o surgimento e a preponderância da narrativa da secularização nos anos 1960: os desenvolvimentos na academia das ciências sociais.

⁴ Uma das críticas clássicas a este tipo de argumento é a de Michel Foucault. No seu livro *Histoire de la folie* (1961) Foucault critica as lógicas de evolucionismo histórico, enfatizando, nomeadamente, a narrativa do progresso do iluminismo, recebida acriticamente pelos seus contemporâneos.

De acordo com Bremmer (2008: 435), o tema da secularização tem feito parte da agenda académica dos EUA há mais tempo do que em qualquer outro país *ocidental*. Com efeito, logo em 1912, surge o livro *The Secularization of American Education* de Samuel Windsor Brown. Todavia, é apenas na conferência do Conselho Missionário Internacional em Jerusalém (1928) que a reflexão sobre a secularização sofre um estímulo decisivo. Aí o teólogo Rufus Jones apresenta um trabalho, intitulado “Secular Civilization and the Christian Task”, no qual assevera que o maior perigo que o cristianismo enfrenta é a existência e a disseminação global de um estilo de vida não religioso e de uma interpretação secular das coisas terrenas. Para Bremmer (2008: 434-435), o texto teve fortes repercussões na academia das ciências sociais.

O impacto destes desenvolvimentos académicos foi particularmente visível na Alemanha, onde a secularização se tornou num tema de destaque das conferências missionárias da década de 1930 (Bremmer, 2008: 435). Com a ascensão do nazismo e o arrastar da II Grande Guerra até meados da década de 1940, as discussões académicas sobre o tópico parecem ser postas de parte. Todavia, com o final do conflito armado, recrudescer o interesse pela secularização “de forma gradual tanto em relevância como em conteúdo” (Bremmer, 2008: 435). Isto sucede em França com o trabalho “La sécularisation de la cité” de Roger Mehl (1951) e com uma tradução de um artigo de Talcott Parsons, com a epígrafe “Réflexions sur les organisations religieuses aux États-Unis”, publicada em 1957 nos *Archives de sociologie des religions*. Acontece em Itália com Sabino Acaquaviva e o seu trabalho “L’eclissi del sacro nella civiltà industriale” de 1961, onde o autor distingue *secularização* (a perda do significado sacral das pessoas, espaços e comportamentos) e *dessacralização* (perda de difusão e experiência do sagrado). Mas, também ocorre em Inglaterra por causa dos debates teológicos da década de 1960, quando, pela primeira vez, o termo secularização surge no título dum livro britânico – *The Secularization of Christianity* (1965), de Eric Lionel Mascall. A multiplicação dos trabalhos sobre a secularização, a aceitação generalizada da sua relevância enquanto objeto de estudo e a sua instituição definitiva na agenda de investigação dos cientistas sociais da época são, como já vimos, atestadas pelas famigeradas obras de Wilson (1966), Berger (1967) e Luckmann (1967) e pelo facto de, já em meados da década, David Martin, no seu “Towards Eliminating the Concept of Secularization”, propor a eliminação do conceito.

Em suma, podemos concluir que a influência dos teoremas dos percussores da sociologia do século XIX, o desenvolvimento dos fenómenos associados à modernização e suas consequências, o renascer da mentalidade secular pós II Grande Guerra e a aceitação e proliferação do tópico na academia das ciências sociais, a partir dos

inícios do século XX, se afigura como um quarteto de razões fortes para justificar o surgimento do interesse pelo objeto *secularização* na década de 1960. O momento da sua origem, dificilmente, pode ser dissociado do facto de os principais teóricos da secularização da época terem a mesma origem religiosa e serem da mesma geração que amadureceu cientificamente no refluir da II Grande Guerra. Isto não significa, porém, que as suas teorias sejam unívocas. Apesar de partirem de premissas idênticas, não podemos falar duma univocidade da secularização. Pelo contrário, ela possui várias camadas, com múltiplos fundamentos dissemelhantes sobre os efeitos da modernização na religião, que revelam o quão complexo e intrincado que é o estudo deste conceito, em especial, ao nível macrossocial⁵.

A(s) teoria(s) da secularização: proposta de análise das suas principais camadas internas

O que significa então a expressão *teoria da secularização*? Em primeiro lugar, como viemos denunciando através da utilização do plural *teorias*, importa notar que não existe uma única teoria. A frase designa, essencialmente, um conjunto de conceções que se refere à relação entre modernização e religião. Contudo, esta multidimensionalidade pode conduzir a disputas e contradições académicas sobre o seu significado que, por consequência, podem gerar incompreensões epistemológicas que, derradeiramente, dificultam a sua operacionalidade científica.

De modo a contornar tais dificuldades, propomos, à entrada do estudo das teorias da secularização, a aplicação duma análise em *camadas ou substratos*. Quando usamos essas expressões referimo-nos, essencialmente, às subteorias macrossociais da secularização, ou seja, às teorias secundárias que existem dentro da teoria principal da secularização. Distinguem-se do conceito de *dimensão* usado, como vimos, por Karel Dobbelaere ou Mark Chaves, porque operam sempre dentro do mesmo nível de análise da secularização – o macro. Por meio desta abordagem metodológica, conseguimos criar conceitos sistematizados que agrupam as suas principais correntes teóricas, esperando, por meio deste refinamento metodológico, lograr uma maior clareza conceptual. Veja-se o quadro 1.

⁵ Consideramos que, comparativamente às outras dimensões da secularização – meso ou organizacional e micro ou individual – e a algumas das suas mais relevantes alternativas teóricas – mercado religioso ou individualização –, a dimensão macrossocial é a que tem menor consistência interna. Por isso, julgamos que a sua análise e sistematização é mais premente e desafiante.

Quadro 1
Substratos da secularização em análise comparada

Autores	Luckmann, Luhmann, Parsons <i>et al.</i>	Berger e Wilson	Wilson e Hervieu-Léger	Norris e Inglehart	Bruce
Axioma	Crescimento da autonomia, especialização, competição e tensão entre as diferentes forças sociais	Ciência e consciência tecnológica, desenvolvem uma perspectiva racional do mundo	Modernização provoca a passagem de um sistema de base comunitária para outro de base social	Modernização reduz as ameaças de sobrevivência que são comuns nas sociedades	Diferenciação estrutural é acompanhada de uma social, marcada pelo pluralismo, igualitarismo e individualismo religioso
Teoria relevante	Diferenciação funcional	Racionalização	Societalização	Segurança existencial	Diversidade, igualitarismo e individualismo
Fenómenos justificativos	Autonomia, especialização, competição e tensão entre as diferentes forças sociais	Judaísmo, protestantismo, iluminismo, industrialização, especialização, capitalismo industrial, burocracia e ciência	Industrialização, urbanização e racionalização	Escolarização e literacia, cuidados de saúde, nutrição adequada, acesso a água potável ou rede social mínima para grupos carentes	Diferenciação social, diversidade, individualismo, igualitarismo, democracia liberal, ciência e tecnologia
Principal hipótese	Sistemas religiosos tradicionais são reduzidos a subsistemas sociais, perdendo a sua proeminência e relevância social	Redução da credibilidade das explicações religiosas do mundo. Religião torna-se obsoleta e implausível	Plausibilidade global dos sistemas moral e religioso (tradicionais) diminui	Sentimento de segurança reduz necessidade de apelo à religião	Religião tradicional perde plausibilidade social

Em termos muito gerais, todas as camadas da secularização afirmam que o processo de modernização e os seus subprocessos, transformadores da totalidade da estrutura social, não podem decorrer sem consequências para as tradições e instituições religiosas. Ou seja, as propriedades estruturais da modernização, tais como

a racionalização, a diferenciação funcional ou a societalização (*Vergesellschaftung*), colocam problemas à religião, pelo menos no seu sentido tradicional, e reduzem ou, no limite, extinguem a sua relevância social.

Para Tschannen (1992: 61), dentro deste marco teórico, o nível de análise mais importante ou, no mínimo, o mais evidente da secularização é o macrosocial. De todas as dimensões analíticas da secularização, a macro é aquela que de facto ocorre em todas as sociedades ocidentais e que conduz a formas reais de mudança na religião institucionalizada. No nosso ver, é sobretudo dentro desta dimensão que devemos entender os substratos da secularização ora analisados.

a) Diferenciação funcional

O núcleo central desta dimensão macrosocial é representado por uma teoria de diferenciação funcional de inspiração durkheimiana⁶. Ela diz respeito ao processo pelo qual o Estado e a política reduzem os sistemas religiosos tradicionais a um subsistema social, entre outros, fazendo-os perder a sua proeminência e relevância em sociedades modernas funcionalmente diferenciadas. Isto é, com o crescimento da autonomia, especialização, competição e tensão entre as diferentes forças sociais, as autoridades religiosas institucionalizadas perdem o controlo sobre determinadas funções sociais, tais como: a política, economia, educação, família, saúde ou assistência social.

Na literatura, o fenómeno da diferenciação *per se não é discutível* (Hellemans, 1998: 75). A questão principal não é tanto o acontecimento dos seus processos, mas as consequências que têm para a religião. Segundo Gorski (2000: 139-142), a partir dos anos 1960 conseguem-se detetar três proposições básicas não estanques: declínio, privatização e transformação.

A tese do declínio é uma das mais visíveis. Para Wilson (1969 [1966]: xiv), por meio deste processo de diferenciação ou autonomização, a sociedade deixa de necessitar das funções latentes da religião e, consequentemente, as instituições e as ações religiosas perdem a sua relevância social. Assim, o fenómeno *religioso* em geral e as autoridades e organizações religiosas em particular vêem o seu significado social ser circunscrito, diminuído ou até desintegrado (Martin, 1978: 3; Luhmann, 1995: 191).

A proposição da privatização é, sobretudo, avançada por Luckmann (1967). Nele a diferenciação funcional deriva duma ação política deliberada de desenvolvimento de esferas institucionais especializadas (Luckmann, 1967: 39-40, 101). A redução do espaço de ação e influência das instituições religiosas transforma a religião

⁶ Nomeadamente na sua obra, publicada em 1893, sobre a divisão do trabalho social.

numa realidade crescentemente subjetiva e privada (Luckmann, 1967: 85-86). Também em Berger (1990 [1967]: 107) o fenómeno da diferenciação não provoca apenas mudanças sócio-estruturais na religião; antes, passa a manifestar-se mais fortemente como retórica pública e virtude privada (Berger, 1990 [1967]: 134). Na mesma linha, Luhmann (1995: 218-221) considera que a criação e especialização de subsistemas sociais seculares podem estimular a individualização das escolhas dos indivíduos.

Por fim, analisamos a ideia da transformação. Talcott Parsons, com a sua obra *Structure and process in modern societies* (1960), foi um dos primeiros a escrever sobre o processo de diferenciação e sobre as suas consequências para a religião. Tal como Luckmann, Parsons acredita que, à medida que as sociedades se complexificam e diferenciam funcionalmente, a influência institucional das igrejas ocidentais vai-se confinando à esfera privada. Contudo, por oposição a Luckmann, ele acredita que a manutenção dos valores cristãos se mantém sadia nestas sociedades. Com efeito, na obra *The Evolution of Societies* (1977), Parsons afirma que estes valores haviam passado por um processo de generalização, formando o núcleo sagrado do sistema social e das suas partes constituintes. Assim, enquanto o sagrado havia ficado mais fragmentado, não tinha, porém, ficado menos público. Tal como Parsons, Berger (1990 [1967]: 133) acredita que a religião tradicional continua a ter impacto público; porquanto em condições de diferenciação estrutural, a religião passa a poder especializar-se exclusivamente nas suas próprias funções religiosas (Casanova, 1994: 21), logrando trabalhar em novos modelos de relação com os indivíduos e os Estados modernos; por exemplo, através do desenvolvimento duma *religião civil* (Bellah, 1975).

b) Racionalização

A diferenciação constitui uma das consequências da racionalização e ambas são apontadas como fatores-chave da modernização que explicam a diminuição do significado macrossocial da religião.

Em traços gerais, a tese da racionalização diz que a reforma protestante, o iluminismo e a industrialização desenvolveram uma perspetiva racional do mundo – baseada em padrões empíricos de prova ou no conhecimento científico dos fenómenos naturais – que fez crescer uma cosmovisão racional que, por sua vez, enfraqueceu as fundações da crença no sobrenatural. A especialização de áreas do conhecimento, como a política, educação, engenharia ou a medicina, criou um sentimento de controlo lógico do ser humano sobre a natureza que dispensa interpretações metafísicas do mundo. A religião e os seus ensinamentos passam a ser apenas mais uma fonte de conhecimento das sociedades modernas, tal como na tese da diferenciação.

Na linha da obra *The Protestant Ethic* de Weber (1904-1905), Berger (1990 [1967]: 105-125) assevera que a racionalização é um processo iniciado pelo judaísmo e pelo cristianismo (sobretudo o protestante). Não obstante as suas origens religiosas, Berger (1990 [1967]: 43) pensa que a proliferação de justificações racionais e científicas reduz a credibilidade das explicações religiosas do mundo. Pelo facto de representar o pré-requisito central de qualquer sociedade moderna industrializada, o processo de racionalização é, em Berger (1990 [1967]: 132-133), a variável decisiva da secularização. Para o autor, as razões para esta secularização de tipo macrosocial são: a especialização das organizações sociais e dos seus recursos humanos científicos e tecnológicos e a sua racionalização estrutural psicológica; o potencial secularizante abrangente da racionalidade capitalista industrial; o estabelecimento, ao nível estrutural, duma burocracia estatal altamente racional e, ao nível ideológico, a manutenção de legitimizações adequadas para aparato burocrático (Berger, 1990 [1967]: 131).

Tal como Berger, Wilson (1976) segue a linha weberiana e estabelece uma forte relação entre secularização e racionalização. Para o autor, a segunda deriva dos avanços tecnológicos e científicos, sendo determinada por uma relação eficiente entre meios e fins, na qual qualquer pessoa pode desempenhar a sua função técnica de forma autónoma. É o que Luckmann (1967: 96) chama de anonimato dos papéis especializados, determinados por instituições funcionalmente racionais, ou o que Martin (1978: 83) denomina de relações impessoais e mecânicas, onde os laços íntimos de comunidade horizontal são quebrados. O que predomina são as orientações racionais e empíricas do mundo, por oposição às mágicas e religiosas (Wilson, 1976: 11). O controlo é técnico e burocrático e não moral e religioso (Wilson, 1976: 20).

Grosso modo, a racionalização reduz a frequência com que as pessoas e os Estados se dirigem e buscam direção na religião, sobretudo em matéria educativa (Wilson, 1969 [1966]: 63-64), em questões de família e natalidade ou na procura de determinados objetivos sociais (Wilson, 1982: 44). Além disso, a ciência e a consciência tecnológica – as principais perspetivas seculares do mundo – desenvolvem um sentimento de controlo e manipulação dos ambientes social e natural que, ao restringir o papel da contingência e a influência da metafísica, tornam a religião, aparentemente, obsoleta e implausível em condições modernas.

c) Societalização

Outro elemento clássico das teorias da secularização, apontado comumente pelo estado da arte, é a passagem de um sistema de base comunitária para outro de base social, ou seja, a societalização (*Vergesellschaftung*).

Dentro destas teorias, a versão original é a de Tönnies, na obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887), explicando que a transição da comunidade para a sociedade reflete a perda do domínio das instituições religiosas sobre o indivíduo. Esta tese foi, de forma implícita ou explícita, ecoada na literatura, sobretudo por Wilson e Hervieu-Léger.

O argumento de Wilson (1976: 265-266) é que a secularização corresponde ao declínio da comunidade, ou seja, ela é concomitante com societalização. Ao elaborar a sua tese, o autor explica que tradicionalmente a religião se celebrava e legitimava na vida local (comunitária). Contudo, com a passagem da comunidade a sociedade e com a sua organização, agora, à escala nacional, a plausibilidade global dos sistemas moral e religioso diminui, a religião enfraquece-se e distancia-se (Wilson, 1982: 153). Com efeito, Wilson (1976: 246) associa a societalização à modernização e aos seus inerentes processos de industrialização e racionalização. Para o autor, isso deve-se ao facto de as formas de comunidade, sobre as quais a religião exercia anteriormente um controlo social significativo, tenderem a dissolver-se no processo de modernização, sendo substituídas, tal como nas camadas da diferenciação funcional e da racionalização, por organizações e relações pessoais mais amplas e impessoais.

Também em Hervieu-Léger (1999; 2000) o processo de societalização traz consequências para a religião. Segundo a sua tese, com a transição de um sistema de base comunitário para outro de base social, os indivíduos deixam de encontrar as suas ligações sociais num lugar permanente, algo que reduz a possibilidade de controlo social e o sentimento de partilha de uma consciência coletiva (religiosa) institucionalizada num território específico. Para a autora, que entende a religião como memória ou como uma corrente de memória (*chain of memory*), isso sucede, porque as sociedades hodiernas (urbanas) são incapazes de manter uma memória coletiva que fundamente a sua existência religiosa (Hervieu-Léger, 1999: 66-67; 2000: 121-129). Ou seja, com a *erosão da civilização paroquial* – a passagem de uma sociedade rural (que moldou a cristandade) para uma industrial (que tende a causar problemas à cultura religiosa) – surgem fenómenos de desmembramento e atomização da memória coletiva que culminam numa amnésia social. As sociedades tornam-se menos capazes, do que no passado, de produzir uma memória coletiva que lhes faça sentido no presente e que lhes possa servir de orientação futura (Hervieu-Léger, 1999: 62-63).

d) Segurança existencial

Às três camadas clássicas das teorias da secularização, justificativas do decréscimo da relevância macrosocial da religião, decidimos juntar o axioma da segurança existencial de Norris e Inglehart (2004).

Esta adenda afigura-se coerente, porquanto a sua tese parte de dois pressupostos básicos da secularização: a transição de sociedade agrária para industrial (socialização) e o desenvolvimento duma sociedade industrial para outra pós-industrial (racionalização) (Norris e Inglehart, 2004: 35-36). A sua teoria é uma atualização da versão clássica da secularização, baseando-se nos axiomas da segurança e das tradições culturais. Contudo, para efeitos do nosso estudo, o foco estará no primeiro.

A sua premissa básica diz que existe uma relação muito próxima entre o processo de modernização – os índices de desenvolvimento económico, político e cultural – e os valores de segurança existencial⁷. Para os autores, a modernização reduz as ameaças de sobrevivência que são comuns em sociedades em desenvolvimento, especialmente entre os estratos mais pobres, e, por consequência, este sentimento de segurança reduz a necessidade de apelo ao amparo que a religião oferece (Norris e Inglehart, 2004: 53).

O seu argumento reproduz, em certa medida, as concepções marxistas que declaram que os sentimentos de vulnerabilidade dos indivíduos, em face de ameaças existenciais, são um fator-chave para direcionar a religiosidade. De facto, índices elevados de segurança existencial tendem a diminuir a ansiedade e a promover sentimentos de bem-estar psicológico (Norris e Inglehart, 2004: 19). Através do reforço destas sensações de confiança, os processos de modernização societal, desenvolvimento humano e igualdade socioeconómica trazem consequências significativas para a religiosidade. As condições de crescente segurança, normalmente acompanhadas pela transição das sociedades agrícolas para industriais (momento mais dramático de mudança) e depois para pós-industriais (processo de mutação menos pronunciado), tendem a reduzir a saliência da religião na vida das pessoas. Assim, os indivíduos propendem a tornar-se menos obedientes a líderes religiosos e a colocar menos importância em práticas religiosas tradicionais. Estes efeitos operam tanto ao nível societal como individual; porém, os autores consideram que o primeiro é mais importante (Norris e Inglehart, 2004: 18).

e) Diversidade, igualitarismo e individualismo

Steve Bruce é um dos principais representantes da tradição neo-ortodoxa da secularização. A sua posição quanto aos efeitos dos processos da modernização na

⁷ Para os autores, dentro destes valores de segurança deve estar, acima do desenvolvimento puramente económico, o desenvolvimento humano. Este mede-se através de indicadores como: acesso igual à escolarização e à literacia, cuidados de saúde básicos, nutrição adequada, acesso a água potável ou rede social mínima para os grupos mais carenciados (Norris e Inglehart, 2004: 64).

religião é abrangente e complexa e engloba a totalidade dos pressupostos clássicos supramencionados (Bruce, 2002: 8-29; 2011: 27-56). De modo a tornar a nossa análise operacional, observaremos com maior detalhe o eixo central da sua teoria, pois é o que aparenta ter mais implicações ao nível macrossocial para a religião. Contudo, também consideraremos dois outros eixos através das lentes do individualismo e do racionalismo, procurando entender como se ligam à tese central.

Em linhas gerais, o argumento principal de Bruce (2002: 30; 2006: 37) diz que a secularização – o declínio ou a marginalização da autoridade das crenças religiosas – deriva da combinação de três fatores: diversidade, igualitarismo e individualismo. Bruce, tal como sucede em Norris e Inglehart, inspira-se em Marx, em especial na sua teoria da formação de classes. À medida que as funções sociais se tornam diferenciadas e as comunidades se societalizam, as pessoas dividem-se e afastam-se. O autor vai beber ao conceito bergeriano de *pluralização das cosmovisões* individuais, justificando que a diferenciação estrutural foi acompanhada por uma diferenciação social (Bruce, 2002: 9; 2006: 37; 2011: 34). Assim, com a proliferação de novos papéis sociais e com a crescente mobilidade, os pressupostos morais e metafísicos comunitários tradicionais fragmentam-se e a comunidade transforma-se numa variedade de grupos heterogêneos que competem entre si.

Este fenómeno gera uma situação de profunda diversidade social e cultural que, desembocando num pluralismo religioso, apresenta dois resultados concomitantes fundamentais (Bruce, 2002: 4; 2011: 27). O primeiro é o princípio do igualitarismo. Para o autor, é com o tema da diversidade nas sociedades industriais que faz sentido falar de igualdade (Bruce, 2002: 11; 2006: 37). Segundo o argumento, uma das consequências fortuitas do protestantismo foi a reafirmação do que estava implícito desde os inícios do cristianismo: todas as pessoas são iguais aos olhos de Deus. A igualdade divina evoluiu para uma equidade entre humanos, desdobrou-se numa igualdade diante da lei e culminou numa equidade de direitos individuais (Bruce, 2002: 11). O individualismo ganha pertinência em articulação com o igualitarismo, por causa das dinâmicas autónomas que cada um desenvolveu e dos resultados indiretos produzidos pela Reforma (Bruce, 2011: 31-33), em especial: a promoção dum espírito individualista (semelhante à societalização) e duma dissidência religiosa (no sentido tradicional), além do crescimento das seitas e do voluntarismo da associação religiosa.

Segundo Bruce, é exatamente através do igualitarismo e do individualismo que a Reforma estabelece as bases da democracia liberal. Os seus argumentos religiosos promovem um individualismo, igualitarismo e uma diversidade que, associados às crescentes diferenciações sociais e estruturais, levam os governos a seguir na direção das democracias liberais seculares (Bruce, 2011: 39). Ou seja, o estabelecimento deste

sistema plural e igualitário forçou a secularização do Estado – a sua separação das igrejas (Bruce, 2002: 16-17). Este é o segundo resultado da diversidade: o estabelecimento de Estados seculares e da democracia liberal. Face ao crescente pluralismo religioso, os Estados que reconhecem a igualdade jurídica dos indivíduos são forçados a retirar o seu apoio a organizações religiosas específicas e a secularizar as suas instituições centrais. Tornam-se neutros, em termos religiosos, e as religiões institucionalizadas são abandonadas ou neutralizadas (Bruce, 2002: 21; 2011: 49).

Consideramos que se devem acrescentar, a estes dois resultados fundamentais, o crescimento da ciência e da tecnologia e o desenvolvimento da consciência tecnológica; em suma, a racionalização. Para Bruce (2002: 26-28; 2006: 37; 2011: 43-37), elas não apenas aumentam o nosso conhecimento e o sentimento de controlo do mundo em que vivemos, como também mudam o nosso modo de pensar. Em particular, afetam o imaginário naturalista e, através da sua racionalidade implícita e da sua autossugestão de valorização humana, as pessoas tornam-se menos suscetíveis de aceitar a noção de uma força divina externa.

Em resumo, a diversidade, o individualismo, o igualitarismo, a democracia liberal e a ciência e tecnologia, entre outros, contribuem para um sentimento geral de autorrelevância e liberdade de crença que transforma a religião tradicional (autoritária e dogmática) menos atraente para as sensibilidades modernas. Bruce (2002: 29-36; 2011: 45, 49) conclui então que, face aos avanços dos processos da modernização, a religião sai enfraquecida, perdendo a sua plausibilidade social.

Considerações finais

Este artigo visou essencialmente a apresentação de uma nova proposta de operacionalização da teoria da secularização (no sentido macrosocial). Para isso, recorremos a um desenho de investigação de análise sincrónica e de descrição densa, estudando as causas da sua origem na academia das ciências sociais na década de 1960, e a uma metodologia comparativa que nos auxiliou na sistematização das suas camadas ou substratos.

Por um lado, consideramos que não é possível compreender, profunda e totalmente, as teorias da secularização sem se conhecerem e considerarem as principais razões para o seu surgimento nesse período e o modo como influenciam os seus pressupostos básicos. Por exemplo, relativamente à influência das teses dos primeiros sociólogos do século XIX – a inspiração durkheimiana na tese da diferenciação fun-

cional; a perspetiva weberiana explícita na tese da racionalização; as implicações da ideia de Tönnies sobre comunidade e sociedade, evidentes na tese da societalização; as conceções marxistas sobre os sentimentos de vulnerabilidade dos indivíduos, patentes na teoria da segurança existencial; e a presença, explícita ou implícita, destas proposições nas ideias de Bruce sobre diferenciação, societalização ou racionalização. Outro exemplo pode ser encontrado no desenvolvimento dos fenómenos associados à modernização e às suas consequências. Nestes substratos da secularização, tanto o axioma principal como os seus fenómenos explicativos derivam da modernização, designadamente dos processos da industrialização, especialização, urbanização, escolarização, ciência e tecnologia ou democratização das sociedades. Além disso, o estimular duma mentalidade secular, opondo modernidade e religião (organizada), no pós II Grande Guerra, é fortemente patente nas principais hipóteses teóricas de cada uma das camadas da secularização. Por fim, a aceitação e proliferação do objeto *secularização* na academia das ciências sociais, nos inícios do século XX, justificam o número de autores que se ocupa do tema, as várias teorias emergentes, os seus substratos e as suas ramificações e imbricações atuais.

Por outro lado, com a nossa proposta de sistematização analítica, atestámos que o axioma central das camadas macrosociais da secularização diz que a modernização e os seus concomitantes fenómenos têm um forte impacto nas esferas sociais, mas, em particular, na religiosa (institucional). Além disso, não obstante os diferentes fenómenos justificativos avançados, em todos os substratos atesta-se que a religião perde espaço, plausibilidade, tornando-se numa esfera social indiferenciada e obsoleta face aos avanços da modernização. Assim sendo, concluímos que as camadas da secularização têm o mesmo núcleo – a perda de relevância macrosocial da religião – e que, além dele, existe um cinto de proteção – fenómenos da modernização – constituído por várias proposições sobre qual desses fenómenos (diferenciação, societalização ou outro) causa maiores problemas, especialmente, à religiosidade organizada.

Em suma, com o desenho de investigação proposto e com as conclusões alcançadas, esperamos ter contribuído epistemologicamente para a aclaração do conceito de secularização. Com efeito, este não é um exercício fácil e, muito menos, isento de críticas. No entanto, julgamos ter dado mais um passo para ultrapassar as barreiras levantadas pelo estado da arte, *desmistificando-o, desdogmatizando-o, compreendendo-o* e, sobretudo, *operacionalizando-o* ao nível macrosocial. Doravante, esperamos que os cientistas sociais, quando forem trabalhar com o *objeto* secularização, possam ter mais razões para confiar que, contrariamente a David Voas, é possível revelar a verdade sobre este conceito antes que estejamos sepultados.

Referências bibliográficas

- ASAD, Talal (2003), *Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity*, Stanford, Stanford University Press.
- BADER, Veit (2007), *Secularism or democracy? Associational Governance of Religious Diversity*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
- BECKFORD, James (2003), *Social theory and religion*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BELLAH, Robert N. (1975), *The Broken Covenant: American Civil Religion in Time of Trial*, Nova Iorque: Seabury Press.
- BERGER, Peter (1990 [1967]), *The sacred canopy: Elements of a sociological theory of religion*, Nova Iorque, Anchor Books.
- BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa: DIFEL, 1989.
- BREMMER, Jan (2008), “Secularization: Notes toward a genealogy”, in Hent Vries (ed.), *Religion: Beyond a concept*, Nova Iorque, Fordham University Press, pp. 432-437.
- BRUCE, Steve (1999), *Choice and religion: A critique of rational choice theory*, Oxford, Oxford University Press.
- (2002), *God is dead: Secularization in the West*, Cornwall, Blackwell Publishing.
- (2006), “Secularization and the impotence of individualized religion”, *The Hedgehog Review*, vol. 8, n.º 1-2, pp. 35-45.
- (2011), *Secularization: In defence of an unfashionable theory*, Oxford, Oxford University Press.
- CASANOVA, José (1994), *Public religions in the modern world*, Chicago, University of Chicago Press.
- CHAVES, Mark (1994), “Secularization as Declining Religious”, *Social Forces*, vol. 72, n.º 3, pp. 749-774.
- DOBBELAERE, Karel (2002), *Secularization: An analysis at three levels*, col. Gods, Humans and Religions, n.º 1, Bruxelas, PIE - Peter Lang.
- GEERTZ, Clifford (1973), “Thick description toward an interpretive theory of culture”, in Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays by Clifford Geertz*, Nova Iorque: Basic Books, pp. 3-32.
- GORSKI, Philip (2000), “Historicizing the secularization debate: Church, state, and society in late medieval and early modern Europe, ca. 1300 to 1700”, *American Sociological Review*, vol. 65, n.º 1, pp. 138-167.
- HELLEMANS, Staf (1998), “Secularization in a religiogeneous modernity”, in Rudi Laerman *et al.* (eds.), *Secularization and social integration: Papers in honor of Karel Dobbelaere*, col. Sociology Today, vol. 4. Lovaina: Leuven University Press, pp. 67-82.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle (1999), *La religion en mouvement: Le pèlerin et le converti*, Paris, Flammarion.
- (2000), *Religion as a chain of memory*, Cambridge, Polity Press.
- JOAS, Hans (2009), “Society, state and religion. Their relationship from the perspective of the world religions: An introduction”, in Hans Joas; Klaus Wiegandt (eds.), *Secularization and the world religions*, trad. Alex Skinner, Liverpool, Liverpool University Press, pp. 1-22.
- LECHNER, Frank J. (1991), “The case against secularization: A rebuttal”, *Social Forces*, vol. 69, n.º 4, pp. 1103-1119.
- LUCKMANN, Thomas (1967), *The invisible religion: The problem of religion in modern society*, Nova Iorque, Macmillan.
- LUHMANN, Niklas (1995), *Social systems*, trad. J. Bednarz Jr.; D. Baecker, Stanford, Stanford University Press.

- MARTIN, David (1978), *A general theory of secularization*, Oxford, Blackwell.
- (2005), *On secularization: Towards a revised general theory*, Nova York, Routledge.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald (2004), *Sacred and secular: Religion and politics worldwide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PORTA, Donatella Della; KEATING, Michael (2008), “Introduction”, in Donatella della Porta; Michael Keating (eds.), *Approaches and methodologies in social sciences: A pluralist perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-15.
- REPSTAD, Pål; FURSETH, Inger (2006), *An introduction to the sociology of religion: Classical and contemporary perspectives*, Aldershot, Ashgate.
- SMITH, Christian (2003), *The secular revolution: Power, interests, and conflict in the secularization of American public life*, Berkeley, University of California Press.
- STARK, Rodney (1999), “Secularization, R.I.P”, *Sociology of Religion*, vol. 60, n.º 3, pp. 249-273.
- TAYLOR, Charles (2007), *A secular age*, Cambridge, Harvard University Press.
- TSCHANNEN, Olivier (1992), *Les théories de la sécularisation*, Genebra, Librairie Droz.
- VOAS, David (2008), “The Continuing Secular Transition”, in Detlef Pollack; Daniel Olson (eds.), *The role of religion in modern societies*, Londres: Routledge, pp. 25-48.
- WILSON, Bryan (1969 [1966]), *Religion in secular society: A sociological comment*, Harmondsworth, Penguin Books.
- (1976), *Contemporary transformation of religion*, Oxford, Oxford University Press.
- (1982), *Religion in sociological perspective*, Oxford, Oxford University Press.

Jorge Botelho Moniz. Bolseiro da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Departamento de Estudos Políticos da FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (Santa Catarina, Brasil). Endereço de correspondência: Rua Fernando Machado, 192, ap. 405, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. CEP – 88020-130. Email: jobomoniz@gmail.com

Artigo recebido em 11 novembro de 2016. Publicação aprovada em 1 de março de 2017.

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Centro de Estudos e Investigação de Sociologia

Nuno de Almeida Alves

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Centro de Estudos e Investigação de Sociologia

Resumo

O bem-estar de crianças e jovens adquire uma enorme centralidade contemporânea mas as dificuldades teóricas da sua definição e metodológicas da sua medição e da sua compreensão são inúmeras. Este artigo centra-se neste tema usando dados de entrevistas individuais e de grupo a um total de 45 participantes. Os resultados sublinham algumas das complexidades teóricas e metodológicas do tratamento deste tema junto de públicos jovens. Os tópicos mais ligados às práticas e quotidianos obtêm plena correspondência dos entrevistados, o mesmo não sucedeu com noções amplas e abstratas como a de bem-estar.

Palavras-chave: bem-estar; crianças; jovens; Portugal; metodologia.

The wellbeing of children and young people in Portugal: contributions from a qualitative research

Abstract

The well-being of children and young people is of central importance in contemporary societies. But theoretical and methodological difficulties of its definition, measurement and understanding are still numerous. This article approaches this topic using data from individual and focus group interviews to 45 participants. The results underline the theoretical and methodological complexity of studying this topic among such young people. Themes more connected to practices and to daily life obtained full correspondence by the individuals, but that did not succeed with the more abstract notions of well-being.

Key-Words: well-being; children; young people; Portugal; methodology.

Le bien-être des enfants et des jeunes au Portugal: contributions d'une recherche qualitative

Résumé

Le bien-être des enfants et des jeunes est d'une importance capitale dans les sociétés contemporaines. Mais les difficultés théoriques et méthodologiques de sa définition, la mesure et la compréhension sont encore nombreux. Cet article aborde ce sujet en utilisant des données provenant des entrevues individuelles et de groupe pour un total de 45 participants. Les résultats soulignent la complexité théorique et méthodologique de l'étude de ce sujet parmi ces jeunes. Thèmes plus connectés à des pratiques et à la vie quotidienne obtenus pleine correspondance par les individus, mais cela n'a pas réussi avec les notions plus abstraites de bien-être.

Mots-Clés: bien-être; enfants; jeunes; Portugal; méthodologie.

El bienestar de los niños y de los jóvenes en Portugal: contribución de una investigación cualitativa

Resumen

El bienestar de los niños y jóvenes es de importancia central en las sociedades contemporáneas. Pero las dificultades teóricas y metodológicas de su definición, la medición y la comprensión son todavía numerosas. Este artículo aborda este tema con datos de entrevistas individuales y de grupo con un total de 45 participantes. Los resultados ponen de relieve la complejidad teórica y metodológica de estudiar este tema entre estos jóvenes. Temas más vinculados a la práctica y a la vida cotidiana obtuvieron plena correspondencia por parte de los individuos, pero lo mismo no ha sucedido con las nociones más abstractas de bienestar.

Palabras-clave: bienestar; niños; jóvenes; Portugal; metodología.

Introdução

O bem-estar da generalidade das populações (ou de grupos específicos como o das crianças e jovens ou idosos) é claramente assumido como um objetivo estratégico do mundo contemporâneo, tendo assumido maior ênfase nas últimas dezenas de anos no ocidente. Publicações recentes da OCDE (2015) e UNICEF (2013) dão nota disso mesmo, sublinhando, no entanto, alguma da diversidade registada nos esforços de mensuração deste fenómeno. Uma e outra instituições procuram medir o bem-estar das populações em geral ou do grupo específico das crianças através da conjugação de indicadores estabelecidos das estatísticas oficiais articulados em diversas dimensões relevantes.¹ A esta perspetiva genérica da mensuração do bem-estar, muito influenci-

¹ No caso da OCDE, as dimensões relevantes para o conjunto da população são segurança, saúde, emprego, acesso a serviços, envolvimento cívico, ambiente, habitação, rendimento e educação; no caso da UNESCO

ada pela corrente dos indicadores sociais, opõe-se uma outra, conduzida pela comunidade académica, que ao longo dos últimos anos tem procurado, não sem alguma dificuldade, definir e medir o bem-estar no seio de grupos determinados. Destaca-se, neste âmbito, o grupo constituído pelas crianças e jovens, uma vez que níveis alargados de bem-estar (físico, psíquico e social) no seu seio constituem uma garantia do crescimento e amadurecimento saudável dos indivíduos que constituirão os futuros adultos, reforçando os objetivos de continuidade de melhoria substantiva dos índices de bem-estar das sociedades contemporâneas (Rees *et al.*, 2012).

Essa dificuldade resulta de diversos fatores, combinando aspetos teóricos e metodológicos, e que conjugam a definição do conceito de bem-estar, o âmbito do mesmo e os aspetos operacionais de investigação com públicos sensíveis como as crianças e os jovens. Dando mais um passo para a resolução deste impasse, a Comissão Europeia, através do instrumento de financiamento Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, elaborou uma chamada a projetos para o desenvolvimento de um estudo sobre a exequibilidade de um eventual Inquérito Longitudinal ao Bem-estar das Crianças e Jovens na Europa. O projeto MYWEB² foi classificado como a melhor proposta apresentada e é de parte do trabalho desenvolvido nesse projeto, em particular do Work Package 4 – Working with Children and Young People, que resulta o material empírico utilizado neste artigo.

O trabalho sobre uma questão abstrata como o bem-estar de crianças e jovens e o respetivo entendimento que estes fazem do mesmo encerra um amplo conjunto de dificuldades, tanto no plano teórico como metodológico. O primeiro desses problemas resulta da divisão de perspetivas sobre o bem-estar existente no campo das ciências sociais, uma primeira de feição epicurista (bem-estar hedónico) que relaciona o bem-estar com o prazer e a satisfação com a vida; e uma segunda de base racionalista e aristoteliana (bem-estar eudemónico) que relaciona o conceito de bem-estar com o cumprimento de um conjunto de etapas e elementos de realização do potencial humano (Ryan e Deci, 2001). O segundo problema é de natureza operacional e remete para a mensuração do fenómeno: como deve ser medido o bem-estar? Através de *medidas objetivas*, mas indiretas, e, nessa medida, meramente aproximativas como o rendi-

e exclusivamente no respeitante ao bem-estar infantil, as dimensões consideradas são bem-estar material, saúde e segurança, educação, comportamento e riscos, e habitação e ambiente.

² O projeto MYWEB (Grant Agreement 613368) esteve em curso entre março de 2014 e agosto de 2016, foi coordenado por Gary Pollock (Manchester Metropolitan University) e envolveu 14 universidades e centros de investigação de 11 países, tendo sido financiado pela Comissão Europeia ao abrigo do Topic: SSH.2013.6.3-1 — Towards a European longitudinal childhood and youth survey. Support scheme: CSA-SA — Support actions.

mento, as características do alojamento familiar, o aproveitamento escolar? Ou, por outro lado, através de *medidas subjetivas* como a resposta a uma escala de satisfação geral com a vida? Como se verá a postura que enquadra este artigo passa por uma combinação tanto de perspetivas como de medidas de mensuração do bem-estar de crianças e jovens.

Um último problema passa necessariamente sobre quem deve ser inquirido sobre o bem-estar de crianças e jovens. É certo que crianças e jovens atravessam diferentes patamares de desenvolvimento cognitivo e amadurecimento emocional e psicossocial ao longo do seu processo de crescimento e deste facto resultam inúmeras dificuldades de medida: do modo como se devem fazer as perguntas ao modo como se poderão construir as diferentes escalas de respostas. No entanto, é às crianças e jovens que questões sobre o seu bem-estar devem ser perguntadas e não a seus intérpretes como pais e professores. É também essa a postura que tomamos neste artigo, acompanhando de resto o movimento que entre as ciências sociais concebe as crianças e jovens como os “peritos sobre a sua própria vida e bem-estar” (Mason e Danby, 2011: 185).

As definições e conceções sobre o bem-estar de crianças e jovens, obtidos a partir de um conjunto alargado de entrevistas e entrevistas de grupo efetuadas junto de um agregado socialmente diverso de crianças e jovens, serão produto da análise da terceira secção e seguintes deste artigo, onde se procederá ainda à análise dos respetivos preditores e domínios segmentados por idade, tendo em conta o enorme diferencial de detalhe e aprofundamento dos materiais obtidos.

Dificuldades teóricas e metodológicas em torno do conceito de bem-estar

Apesar da sua relevância estratégica para a implementação de políticas sociais e do interesse gerado junto de segmentos da comunidade académica, não há ainda uma definição única e consolidada do conceito de bem-estar. Na academia o conceito é usado de forma abrangente, procurando traduzir a medida da avaliação da qualidade de vida por parte dos indivíduos (Rees *et al.*, 2010). Um dos contributos fortes para a ausência de uma definição consolidada é a divisão de perspetivas presente na comunidade académica mobilizada para o estudo e mensuração do bem-estar dos indivíduos. Uma das perspetivas corresponde à *postura hedónica de bem-estar*, através da qual o bem-estar é concebido como felicidade subjetiva e experiência do prazer. Parte significativa da investigação efetuada segundo esta perspetiva inclui a avaliação do *bem-estar subjetivo*, medido através de três elementos: satisfação com a vida, um

estado de disposição positiva, e, pelo contrário, a ausência de uma disposição negativa, síntese que usualmente é entendida como felicidade. A *perspetiva eudemónica*, por outro lado, postula que nem todos os desejos garantem o bem-estar quando concretizados. Centrando-se na autorrealização, esta perspetiva considera o bem-estar como *grau de funcionalidade plena* dos indivíduos. O bem-estar psicológico (Ryff e Keynes, 1995) é então produto da combinação multidimensional de seis elementos distintos: autonomia, crescimento pessoal, autoaceitação, objetivos de vida, controlo e relacionamentos positivos.

Embora o debate entre estas duas perspetivas se mantenha ainda aceso, neste artigo será operada uma conjugação, em alguns casos mesmo hierarquização multidimensional de ambas, mantendo elementos da perspetiva hedónica e eudemónica, no sentido da utilização de uma conceção mais alargada de bem-estar entre crianças e jovens. Esta ideia de crescendo ou hierarquia no bem-estar ou de conquista sequencial do mesmo encontra ainda relativa equivalência em classificações provindas da psicologia sobre as necessidades humanas (Maslow, 1943).

Do ponto de vista operacional, a utilização do conceito de bem-estar depara-se ainda com um outro dualismo que tem dificultado a respetiva capacidade heurística: a opção por medidas objetivas ou subjetivas de bem-estar ou a combinação de ambas. As medidas objetivas de bem-estar são de certa forma independentes da perceção dos inquiridos acerca do mesmo, adicionando-se a essa vantagem o inconveniente de serem sobretudo medidas indiretas como o PIB *per capita*, o rendimento familiar, a qualificação escolar ou a esperança média de vida, como vimos anteriormente através dos exemplos da OCDE e UNICEF. Por outro lado, as medidas subjetivas de bem-estar expressam estados emotivos como avaliações, perceções ou preferências. Se as medidas objetivas são importantes, sobretudo no âmbito da influência que aspetos como o rendimento, a frequência escolar ou as características do bairro de residência podem ter relativamente à determinação do bem-estar das crianças e jovens, há, no entanto, que tomar cautelas se no processo não estamos a substituir o que queremos medir (o bem-estar das crianças e jovens) por fenómenos como a pobreza infantil ou o insucesso escolar (Pollard e Lee, 2003).

As medidas subjetivas de bem-estar de crianças e jovens obtiveram um novo impulso com a mudança de paradigma na investigação sociológica sobre a infância (Corsaro, 1997; Prout, 2005; Almeida, 2009) a partir do qual as crianças passaram a ser reconhecidas pela comunidade académica como peritos no conhecimento acerca da sua própria vida, implicando um envolvimento direto destas na investigação, a audição pela sua própria voz das suas perceções e avaliações ao invés da respetiva

mediação e interpretação por meio de medidas objetivas ou pela inquirição indireta a pais ou professores. Esta corrente de investigação sobre a infância culmina, mais atualmente, na integração de crianças (e jovens) no processo de pesquisa, não os reduzindo ao mero papel de objeto de investigação, mas também como sujeito de investigação, sendo-lhes atribuído um papel na discussão e definição das questões e processos de investigação de acordo com metodologias participativas (Boyden e Ennew, 1997; Groundwater-Smith *et al.* 2015).

Desta forma, e apesar de eventuais problemas de medida, potenciais desvios ou divergências, é fundamental integrar medidas subjetivas na pesquisa na medida em que só estas poderão providenciar uma perceção e avaliação das reais condições de vida dos atores, vistas e entendidas pelos próprios. Assim a medida do bem-estar de crianças e jovens, bem como de outros grupos a considerar, deve ser prosseguida procurando conjugar indicadores objetivos e medidas subjetivas de bem-estar, uma vez que só através desta articulação se produzirá uma operacionalização abrangente do conceito.

Desenho metodológico³

Através do Work Package 4 – Working with Children and Young People – do projeto de investigação MYWEB procurou-se, cumprir um conjunto alargado de objetivos: selecionar um conjunto de crianças e jovens com vista ao desenvolvimento do trabalho empírico do projeto, utilizar as entrevistas individuais e de grupo com estas mesmas crianças e jovens para explorar os significados que atribuem às noções de bem-estar (procurando recolher as suas visões e opiniões acerca do seu entendimento do bem-estar e das suas diferentes dimensões, tendo em conta uma perspetiva holística), utilizar estas entrevistas individuais e de grupo para avaliar diferentes modos de recolha de dados e em particular o teste de alguns dos desafios dos processos de recolha longitudinais.

O trabalho de campo decorreu entre outubro e dezembro de 2014, tendo sido conduzido em diversas fases consoante as idades dos grupos de crianças e jovens estudados e algumas das respetivas características consideradas relevantes e utilizando como recursos metodológicos a entrevista semi-diretiva e a entrevista de grupo.

O projeto MYWEB e a execução do programa de trabalhos que deu origem a este artigo entendeu o conceito de bem-estar enquanto instrumento de captura de qualidade de vida de crianças e jovens de modo abrangente, incluindo duas dimen-

³ Deixamos aqui o nosso agradecimento a Ana Alexandre, Augusta Correia e Nuno Ferreira pela colaboração na realização de algumas entrevistas e focus-groups.

sões: bem-estar objetivo e bem-estar subjetivo. Nesse sentido, os guiões de entrevista individuais e de grupo incluíam conjuntos de indicadores repartidos por essas duas dimensões. Do lado do bem-estar objetivo estava incluído o seguinte conjunto de questões sociodemográficas a efetuar no início da entrevista, funcionando simultaneamente como apresentação do entrevistado e *warm-up*: idade (grupos etários compreendidos entre os 10 e os 13 anos e entre os 16 e os 24 anos), sexo, nível de escolaridade concluído/frequentado, localidade de residência e grupo étnico (no caso dos entrevistados mais velhos, entre os 16 e os 24 era também perguntada a condição perante o trabalho, o estatuto residencial e pertença associativa). No âmbito do bem-estar subjetivo incluíam-se as seguintes questões e respetivos domínios:

- *Entendimento global e definição de bem-estar* (era perguntado diretamente o que os entrevistados entendem por bem-estar e se os próprios percebem diferenças relativamente ao bem-estar entre grupos diferenciados de crianças e jovens);
- *Principais domínios e posição relativa do entrevistado face aos mesmos* (os que surgissem espontaneamente, ou a família, escola, saúde, ambiente, recursos materiais – procurando ainda referências às relações familiares, com a escola e vizinhança);
- *A felicidade* (o que contribui para um bom dia ou um mau dia, como se sentiram na semana anterior à da entrevista);
- *A satisfação geral com a vida e aspetos particulares* (que correm melhor ou pior); *bem-estar psicológico eudemónico* (autonomia, crescimento pessoal, autoaceitação, objetivos de vida, controlo e relacionamentos positivos).⁴

A utilização destes instrumentos refletiu algumas das dificuldades habituais na investigação com crianças e jovens: por um lado o compreensível acanhamento em falar com adultos desconhecidos relativamente a temas com algum grau de intimidade, por outro lado, a dificuldade causada pela abordagem de um conceito abstrato como o bem-estar. Consideraram-se dois tipos fundamentais de intervenientes: jovens entre o final da adolescência e o início da idade adulta (cujos extremos se cifraram entre os 15 e 24 anos) divididos entre jovens com algum tipo de participação associativa (três entrevistas e uma entrevista de grupo com seis participantes) e jovens sem

⁴ O guião incluía ainda outras questões relativamente ao interesse dos jovens na participação num futuro Inquérito Longitudinal sobre o Bem-estar de Crianças e Jovens e modalidades que pudessem potenciar essa mesma participação.

participação associativa (seis entrevistas e uma entrevista de grupo com oito participantes); crianças e adolescentes inscritos no ensino básico e secundário, combinando crianças entre os 10 e os 13 anos (quatro entrevistas e uma entrevista de grupo com cinco participantes) e adolescentes entre os 15 e os 16 anos (quatro entrevistas e uma entrevista de grupo com oito participantes). O recrutamento de participantes foi uma tarefa exigente, dados os constrangimentos do calendário escolar e a dificuldade no cumprimento de algumas quotas, especialmente no caso dos jovens com participação associativa. No total participaram no trabalho de campo 45 crianças e jovens. No conjunto, foi assegurada alguma diversidade social e residencial no âmbito da grande Lisboa, embora tal objetivo não tenha sido plenamente atingido em certos contextos de interação com os entrevistados. Em alguns casos a uniformidade social do conjunto de entrevistados ou dos participantes na entrevista de grupo era significativa implicando alguma prudência na análise dos resultados.

Desafios e especificidades metodológicas

“As crianças possuem uma visão consistente sobre o mundo que as rodeia e constituem, portanto, interlocutores competentes, informadores credíveis em estudos sobre a sociedade contemporânea”. Wall *et al.* (2015:105)

As entrevistas realizadas, no âmbito do projeto mais global, adquiriram implicitamente uma função exploratória. Eles permitiram a identificação antecipada de especificidades e desafios metodológicos decorrentes da inquirição, por entrevistas ou por inquérito, de jovens e sobretudo de crianças, por um lado; e da complexidade da conciliação entre o detalhe e a comparabilidade da informação recolhida sobre bem-estar das e às crianças e jovens, por outro. Apesar do consenso, e da prática já em curso em Portugal (Wall, Almeida, Vieira e Cunha *et al.*, 2015) em torno da ideia de que as crianças devem ser ouvidas e consideradas ser crescente nos estudos sobre a infância e estar lentamente a atingir o debate público, os desafios metodológicos em desenvolver pesquisas desta natureza são ainda inúmeros e permanecem em aberto. Pela natureza do tema e pela idade dos inquiridos, as questões éticas levantadas pela interação com crianças tornaram-se de resolução mais urgente.

É certo que uma entrevista não é mais do que uma conversa com um objetivo (Ghiglione R. e B. Matalon, 1992). Mas conversar com crianças com o objetivo de obter informação comparável é um desafio que implica a reflexão crítica (1) sobre o tema da própria entrevista e (2) sobre a ordem (lógica ou de detalhe) com que se colocam as perguntas. (1) A natureza abstrata, sobretudo para as crianças, do tema do

bem-estar ficou patente de várias formas: algumas crianças não entendiam as perguntas e expressaram-no explicitamente, outras não conseguiam ter uma opinião formada sobre o tema, outras davam respostas usando o mesmo tipo de vocabulário mas na verdade falando de outras coisas pouco relacionadas com a pergunta que lhes teria sido dirigida. Notámos, contudo, que o nível de entendimento - expresso consequentemente na “qualidade” das respostas - foi recorrentemente mais elevado no caso das perguntas sobre práticas, exemplos e sentimentos de bem-estar do que no caso das perguntas sobre definições e entendimento do que é, genericamente, o “bem-estar”. (2) Nesse sentido, verificámos igualmente que as divisões dimensionais, temáticas ou por domínio do bem-estar são demasiado complexas e desconhecidas pelas crianças, e portanto, a introdução de perguntas seguindo este tipo de estrutura é prejudicial à interação entre entrevistador e entrevistado e, em última instância, à qualidade e comparabilidade da informação recolhida. Uma estrutura alternativa, simplificada, seria a de separar os aspetos positivos dos negativos, e abordar os vários domínios e temáticas do “bem-estar” no âmbito de cada uma destas componentes.

Num questionário longitudinal - possibilidade que norteou o desenvolvimento do projeto que enquadra esta publicação - todas as variáveis se podem tornar “time-varying”. Mas as novas vagas de aplicação de um questionário longitudinal não podem ser simplesmente uma réplica do anterior, na medida em que o instrumento de inquirição tem que se ir adaptando e tirando proveito do crescente potencial reflexivo e de amadurecimento dos indivíduos. Contudo, alguns temas - e consequentemente variáveis - mostraram um grande potencial explicativo e variabilidade ao longo do tempo. Por um lado, a importância atribuída a grupos diferenciados de pessoas (amigos, colegas, família, etc.) para o bem-estar emocional mostra evidências de ser muito diferente na infância, adolescência, juventude e, posteriormente, no que é projetado para a vida adulta, como veremos na apresentação dos resultados. Incluir as perguntas clássicas sobre a composição e intensidade das redes sociais de apoio num estudo longitudinal permitiria finalmente e de forma inovadora, desembaraçar os efeitos idade, geração e período histórico nas transformações das redes sociais de apoio ao nível do indivíduo (Gouveia, 2014). Por outro lado, os sentimentos de pertença e a identificação tanto dos benefícios como dos inconvenientes em viver numa determinada área de residência são profundamente dependentes das especificidades habitacionais, de acessibilidade e de segurança concretas dessa mesma área. Assim sendo, seria conveniente recolher e adicionar à base de dados informação oficial e administrativa sobre as áreas de residência dos inquiridos para medir e testar a distância e a dissonância

entre a satisfação émica com a residência e as condições sociais concretas que esta proporciona ou constrange ao indivíduo.

O bem-estar dito pelas crianças

Como já foi mencionado, a complexidade das repostas dadas dependeu fortemente do teor da pergunta colocada. Detetou-se, por um lado, um baixo grau de clareza, detalhe ou complexidade nas respostas dadas às questões colocadas sobre o que é ou como se compõe ou obtém o bem-estar (a definição de bem-estar), e por outro lado, um elevado grau de explicação, racionalização e exemplificação nas repostas dadas às questões relacionadas como as suas opiniões, práticas e experiências (a medição do bem-estar). Apesar da idade, estes indivíduos também demonstram a competência de situar as suas ações relativamente a si mesmos, ao seu contexto social e aos “outros”, relevando um exercício intenso daquilo a que Giddens chamou de monitoragem reflexiva da ação (1984) e um entendimento teórico do que está na base das suas atividades humanas (idem). Porém, deve ser chamada a atenção para o pouco amadurecimento desse auto-posicionamento: as crianças tendem a posicionar-se socialmente num contexto social modal (no caso português, na chamada classe média) e para caracterizar a sua experiência de vida como moderada, regular, normal, ordinária. Tal é válido mesmo nos casos de origens ou condições de existência mais baixas ou extraordinárias.

As crianças inquiridas demonstraram alguma dificuldade em definir de forma complexa o bem-estar, e maior facilidade em falar das suas experiências e emoções concretas. Assim sendo, no que se refere à definição de bem-estar, as respostas das crianças não variam de forma marcada, simplesmente bifurcando-se para um dos seguintes dois casos:

(1) O bem-estar “interior”. As crianças tendem a afirmar que bem-estar é ter tranquilidade, paz de espírito e liberdade de ação. Não ter doenças é uma justificação pontual que tende a recolher a concordância da maioria dos participantes.

Eu sinto-me bem quando vou para cama e estou sossegado. (Entrevista, João, 10 anos).

Uma pessoa viver em paz, viver como ela quer, não sei. Não estarem sempre... não me vem a palavra... Poder ter as suas opiniões e não viver dos outros. (Entrevista, Mafalda, 10 anos)

(2) O bem-estar “exterior”. Quando se referem a este tipo de bem-estar, na maior parte das vezes as crianças estavam a referir-se à família do seu agregado do-

méstico, a aspetos relacionados com o ter a sua companhia, amor e apoio. Assim, apesar de assim sendo estarem a referir-se a bem-estar emocional, as crianças apontam as causas para fora da sua ação, para algo que é circunstancial, e que lhes é ou não facultado, sobre o qual não têm necessariamente controle. Vejam-se alguns exemplos.

Significa estar bem, feliz e com amor à minha volta para me sentir bem. (Entrevista, Mariana 10 anos)

Estar bem com a saúde, ter amigos, e viver com quem gostamos, penso eu. (Entrevista, Maria, 10 anos).

Apesar desta aparente simples dicotomia, as crianças são capazes de identificar, através de exemplos muito concretos, contextos e características sociais responsáveis pela criação e sustentabilidade de desigualdades sociais na vivência de bem-estar. Estes preditores identificados pelas crianças são de vários níveis, do mais ao menos estrutural. A identificação de fatores produtores de desigualdades do bem-estar é, de certa forma, um exercício abstrato que implica o desenho implícito de uma causalidade. Não deixa por isso de ser surpreendente que, mesmo que recorrendo a exemplos concretos como a Guerra na Síria ou o Ébola, as crianças sejam perfeitamente capazes de situar as causas da desigualdade do bem-estar em diferentes pontos naquilo que poderia ser encarado como uma escala entre estrutura e agência. Seguem-se exemplos, dos mais estruturais aos mais individuais:

a) Contextos de Guerra

Se for num país em guerra, por exemplo a Síria, as crianças não se devem sentir muito bem. Onde não há guerras, sentem-se bem. (Entrevista, João, 10 anos)

b) Saúde

O exemplo do Ébola foi dado por Rui. (Focus Group, Rui, 12 anos)

c) Condições de vida

No pensamento se calhar não, mas se calhar há pessoas que estão piores do que eu porque umas vivem na rua, e outras até vivem em vivendas. É diferente. Há crianças que pensam muito em ter bens materiais e há outras que não. Pensam em ter pão ou comida e uma manta. (Entrevista, Maria, 10 anos)

d) Poder de Compra

Há meninos que trazem dinheiro todos os dias para ir comprar gomas. Eu não, eu trago um dia por semana. O meu pai está lá [no Brasil] para trabalhar, não é para nós gastarmos tudo. (Entrevista, Mariana, 10 anos)

e) Solidão

Quando ando na rua às vezes vejo crianças sozinhas sem ninguém ao pé delas e sinto que elas não se sentem muito bem. (Entrevista, João, 10 anos)

Os domínios do bem-estar mais referidos pelas crianças estão enquadrados no bem-estar emocional e no bem-estar social, sendo este último composto pelas relações com os familiares mais próximos – pais e irmãos – e com os amigos. Como veremos mais adiante, apesar da importância da relação com a família ser transversal a todo o curso de vida (imaginado), a posição relativa que ocupa face a outras dimensões é muito variável. As crianças tendem a referir com mais ênfase, frequência e detalhe as relações familiares do que os jovens, que tendem a valorizar mais do que as crianças os amigos e grupos de amigos.

Para me sentir bem basta me ter a minha família, ter amigos, ter saúde, não ter doenças e ter amor das pessoas, não preciso de mais nada para me sentir feliz. (Entrevista Mariana, 10 anos)
Estar com a família, ter amigos, coisas que para algumas pessoas não têm nenhum significado mas para outras têm muito. (Entrevista, Maria, 10 anos)

No entanto, as relações no interior de um agregado familiar não são homogêneas. As crianças identificaram e hierarquizaram diferentes membros em termos da frequência de conflito, sendo os irmãos os mais frequentemente apontados nesse sentido. Um aspeto importante detetado nas entrevistas é o facto da maioria das crianças ter um entendimento compreensivo, emocional e empático com as decisões dos pais nomeadamente as que restringem, por agora, alguma da sua liberdade, não de expressão ou de escolha dos amigos, mas relativamente a saídas e convívios fora de casa.

Para além da família e dos amigos (com maior ênfase na juventude), outras dimensões do bem-estar foram também mencionadas, embora com menos frequência. É o caso da escola, do bairro ou das condições de habitabilidade. A escola é mencionada nas suas vertentes positiva e negativa. Do ponto de vista positivo, a escola pode ser uma fonte de bem-estar pelo motivo mais instrumental (ter boas notas) e mais contextual (é o ambiente onde emergem e se desenvolvem grande parte das amizades destas crianças). Do ponto de vista negativo, a escola pode ser uma fonte de mal-estar na medida em que nela é passado demasiado tempo, segundo estas crianças, que prefeririam passar parte desse tempo com as suas famílias.

O bem-estar dito pelos jovens

Definições e entendimentos de bem-estar segundo os jovens

De uma maneira geral, quando questionados sobre o que define o bem-estar, os jovens tendem a mencionar que significa “sentir-se bem”, “paz de espírito”, “dar-se bem com os amigos”, “dar e receber afeto” e “sentir-se bem consigo mesmo”. Apesar do bem-estar físico e do bem-estar material também terem sido mencionados, eles assumem claramente um papel secundário nestes testemunhos. O bem-estar físico é mencionado mais pelos jovens do que pelas jovens, enquanto o bem-estar material é mais mencionado por jovens de origens ou experiências sociais mais desfavorecidas, que tendem a referir de forma mais fundamentada e frequente que ter bem-estar implica necessariamente não passar por dificuldades ou privações económicas no seu quotidiano.

As definições e entendimentos dos jovens sobre o bem-estar podem ser agrupados em quatro tipos de resposta, caracterizados por seu turno por diferentes naturezas e complexidade do conceito.

Definições holísticas

Alguns dos jovens entrevistados, surpreendentemente os mais novos (cerca de 15 anos), tendem a devolver definições holísticas de bem-estar que conseguem compreender os aspetos do bem-estar mental ou psicológico, físico, e emocional ou social (receber apoio, confiança, amor, etc.). Estes são os primeiros aspetos que são mencionados em resposta à pergunta “o que é o bem-estar”.

Saúde mental e física. A saúde psicológica para estarmos bem connosco próprios. Autoestima não muito elevada mas também não muito baixa (Entrevista, Manuel, 15 anos)

Estar bem psicológica e fisicamente: ter amigos e família. (Entrevista, Laura, 15 anos).

O meu bem quer social, quer mental quer físico. Em que eu tenha toda a minha satisfação sem problema algum. (Entrevista, Guilherme, 15 anos)

Ter pessoas que gostem de nós e gostar também delas. (Entrevista, Sara, 15 anos)

Bem-estar é estar bem com as pessoas, dar-me bem com toda a gente, sentir-me bem, ser saudável, fazer o que quero. Tento fazer sempre aquilo que quero e não ir pelos outros. (Entrevista, Rodrigo, 15 anos)

Definições situadas

Há também a tendência, visível num grupo de jovens heterogéneo do ponto de vista etário, para dar respostas sobre o significado de bem-estar mais concretas, estruturais e situadas. Não foi possível identificar as características sociais ou demográficas distintivas deste grupo de indivíduos que menciona, mais do que outros grupos, a

relação entre bem-estar e a satisfação de necessidades básicas.

Casa, ter comida na mesa, amigos família, acho que isso é suficiente para uma pessoa ter bem-estar. (Entrevista, Gil, 18 anos)

Não passar dificuldades económicas. (Entrevista, Daniela, 18 anos)

Ter uma boa alimentação, uma boa casa, não passar dificuldades. (Entrevista, Sara, 18 anos)

Definições autoevidentes

Há um terceiro grupo de jovens que, face a uma maior dificuldade em definir o “bem-estar”, acabam por dar definições do mesmo mais generalistas, redundantes ou autoevidentes, tais como:

Estar confortável, sentir-se bem. (Entrevista, Francisco, 18 anos)

Alegria, felicidade, estar confortável, bem. (Entrevista, Margarida 16 anos)

Definições por camadas

Este último tipo de definições e entendimentos de bem-estar apareceu com mais frequência entre os jovens com idades mais avançadas e também nos focus groups mais do que nas entrevistas, onde os participantes tiveram uma maior oportunidade de discutir e aprofundar as várias camadas e *nuances* do conceito em questão. Nestas definições, os jovens fizeram questão de distinguir bem-estar de felicidade. Para estes jovens, o bem-estar é apenas a satisfação de condições de vida básicas – objetivas e subjetivas, enquanto a felicidade é um grau superior, sendo atingida de forma gradual, cumulativa ou momentânea. Tal modelo assemelha-se ao de Maslow (1943) que apresentava uma tipologia piramidal das necessidades humanas (da base para o topo): necessidades fisiológicas, relacionadas com segurança, pertença afetiva, auto-estima, e, por fim, realização pessoal. Assim sendo, para estes jovens, o bem-estar é considerado uma condição obrigatória mas não suficiente para se atingir a felicidade.

É uma característica básica que deves ter para chegar à felicidade mas não tem nada a ver com a felicidade. (Focus Group, Pedro 17 anos)

É como se o bem-estar fosse a sobrevivência. (Focus Group, Magda 18 anos)

É um meio para atingir a felicidade. (Focus Group, Margarida 16 anos)

Independentemente da definição dada para o conceito do bem-estar, são três os tipos de determinantes ou preditores identificados pelos jovens para a construção e diferenciação dos processos de desigualdade no bem-estar experienciado.

(i) Condições económicas. Este foi o factor considerado mais importante, mencionado mais vezes e por mais entrevistados. A sua menção divide-se por dois aspetos distintos ainda que relacionados: o conforto e tranquilidade associados à ausência de preocupações ou privações a este nível (referindo-se portanto às condições objetivas da vida) e a tendência de alguns jovens de terem uma apresentação quotidiana de si baseada nas suas altas ou melhores condições económicas – os gabarolas. Combinando estas duas componentes, estes jovens estão a reconhecer a existência não apenas de desigualdades sociais (e económicas ou sobretudo baseadas nas desigualdades económicas) mas também a existência de identidades de classe, de consumo, comportamento ou estilos de vida.

Sim, tipos os ricos, eles estão sempre no bem-estar. Para os ricos o bem-estar já é dia-a-dia. (Entrevista, Diana, transgender, 19 anos)

Acho que sim, há pessoas que são bastante mais ricas do que outras, há pessoas que são pobres e não tem tantas possibilidades como as outras e infelizmente acho que o dinheiro participa muito no bem-estar das pessoas. Por isso claro que há pessoas que têm um bem-estar muito maior do que outras. (Entrevista, Gil, 18 anos)

(ii) Personalidade e auto-estima. Algumas das diferenças no bem-estar experienciados pelos jovens são atribuídas pelos mesmos a aspectos relacionados com a personalidade e com a relação dos jovens com os seus outros significativos, especialmente com a sua família mais próxima.

(iii) O contexto familiar. Apesar de relacionado com os aspectos anteriormente mencionados, está o contexto familiar e o apoio emocional que os membros da família dos jovens são capazes de dar, e que dão, aos seus filhos menores.

Alguns adolescentes tinham problemas familiares, as famílias eram mal estruturadas, não queriam muito saber se a vida deles ia tomar um rumo. Não ligavam muito se eram bons na escola ou não, ou se tinham faltas, não se importavam assim muito. (Entrevista, Sara, 15 anos)

As arenas do bem-estar

Dadas estas definições e entendimentos do bem-estar, não é surpreendente que as arenas do bem-estar mais mencionados são os já apresentados, aos quais acresce a escola e o desporto. São as arenas do bem-estar, para os jovens, as seguintes:

- Amigos: nomeadamente ter alguém em quem confiar e com que se pode desabafar e falar sobre tudo, e ter uma rede amical estável (referindo-se sobre-

tudo às mudanças de escola).

- Família: nomeadamente não se sentirem pressionados, sentirem-se felizes e num bom ambiente, sentirem que a família se preocupa, receberem deles afecto e validação emocional.

E a família vai ajudar porque acaba sempre por ser o nosso porto de abrigo quando as coisas não correm bem e é onde nos refugiamos para tentar resolver os nossos problemas. (Entrevista, Vera, 19 anos)

- Situação económica: não passar por dificuldades económicas e não ser discriminado pelos colegas mais populares ou mais ricos da escola.

Ter dinheiro para fazer atividades de divertimento por exemplo, ir ver um filme, jantar fora, acho que isso também pode ser incluído como bem-estar. (Focus Group, Vasco, 16 anos)

- Autoestima e bem-estar psicológico: sentir-se bem consigo mesmo, partilhar as preocupações e ansiedades, ter alguém com quem falar.

- Escola: este aspeto é muitas vezes mencionado de forma muito instrumental, no sentido em que é um bom investimento para o futuro. Contudo, alguns jovens expressam explicitamente a opinião de que a escola, em si, não traz bem-estar imediato. Este parecer é mais frequente em jovens pouco orientados para a escola e escolarização, estando mais motivados para percursos vocacionais. A escola desempenha assim um papel um papel ambíguo no bem-estar dos jovens. No imediato pode ser considerada “uma seca” mas a sua utilidade para o futuro, para a integração no mercado de trabalho, na obtenção de uma “boa profissão” e de uma elevada qualidade de vida e bem-estar é amplamente reconhecida.

- Desporto: é uma fonte dupla de bem-estar. Por um lado, a pertença a uma equipa, partilhando objectivos comuns e contribuindo individualmente para uma meta colectiva é algo que é mencionado como importante para a obtenção de bem-estar por aqueles que praticam desporto, que são predominantemente os rapazes. Por outro lado, o desporto providencia ao quotidiano bem-estar e desafios físicos.

-

O bem-estar ao longo da vida: prospekções e retrospekções das crianças e dos jovens

Se tomarmos como referência os *testemunhos das crianças* acerca das alterações sofridas no bem-estar e acerca dos factores que podem explicar essas alterações, verificamos que consideram que, entre sensivelmente os seus 7 e os 10 anos, aquelas ocorreram no sentido negativo. Tendem a associar esta tendência decrescente à mudança de escola, à diminuição da quantidade e qualidade redes de amizades perdidas com essa mudança, e à alteração da relação com os professores que se caracterizava por ser mais próxima e amigável. Em alguns casos, a deterioração do estado de saúde foi também mencionado. No quadro dicotómico em que as crianças “arrumam” o bem-estar (o bem-estar interior e o bem-estar exterior), estes factores diriam respeito ao bem-estar exterior. Contudo, no que se refere ao bem-estar interior, foi considerado por vários entrevistados que este teria melhorado, como consequência do amadurecimento pessoal, da maturidade acrescida, da experiência de vida e do desenvolvimento de personalidade

Todos os dias se aprende uma coisa. Durante 10 anos a aprender uma coisa cada dia. Deve ser muita coisa. (Entrevista, Maria, 10 anos)

Na projecção futura, as crianças tendem a referir aspectos como o sucesso escolar, as notas elevadas e o ingresso no ensino superior, como os principais preditores do seu bem-estar a curto prazo. Já a longo prazo, os aspectos mais referidos são novamente relacionados com os seus familiares atuais e novos (futuros cônjuges e/ou filhos), as suas relações pessoais, a saúde e os laços sociais. Este exercício prospetivo evidenciou-se como mais difícil para as crianças do que o exercício retrospectivo, o que é um aspeto a ter em conta em inquirições por questionário. Nesta projecção, as mais significativas mudanças apontadas são: o aumento das preocupações e do investimento na saúde física, um maior investimento na atividade escolar e uma maior satisfação retirada do mesmo, uma maior preocupação em obter validação e orgulho por parte dos pais, uma diminuição da importância dada a bens materiais e superficiais, e uma maior preocupação com o bem-estar dos outros significativos.

Se calhar vou dar mais valor às coisas daqui a uns anos. Quando for eu a pagar as coisas se calhar vou-lhes dar mais valor. (Entrevista, Gil, 18 anos).

Vou valorizar menos os bens materiais, vou dar mais valor ao dinheiro (não o gastar, é nesse sentido). E vou continuar a dar valor aos amigos e a família. (Entrevista, Rodrigo, 15 anos)

Por outro lado, são também identificados alguns objectivos para o futuro: ad-

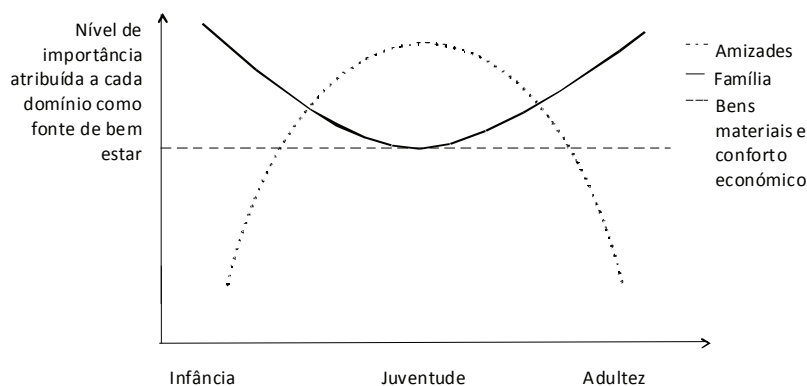
quirir estabilidade financeira, constituir família, não tomar os bens materiais como garantidos, mais liberdade para convívios sociais fora do contexto familiar, ter uma profissão estável, e ter boas relações com a família que entretanto contam constituir. As amizades continuam a ser consideradas muito importantes mas perderão importância devido à mudança da sua natureza. Os jovens antecipam que estas amizades se tornarão mais superficiais e menos afectuosas.

Se já estiver com a família, é o bem-estar da família, sair a noite e ter um bom trabalho. (Entrevista, Hugo, 16 anos)

Ter um bom trabalho, não ter problemas no trabalho, os meus colegas não me chatearem, eles gostarem de mim e eu deles, termos uma boa relação. Conseguir pagar as contas, as coisas básicas, e ter uma casa onde nos sentimos bem. (Entrevista, Sara, 15 anos)

O próximo gráfico ilustra as tendências mais frequentes e as oscilações ao longo do tempo da importância atribuída a diferentes esferas da vida enquanto predictoras do bem-estar. Verificamos então que embora a natureza da relação com o dinheiro e com o conforto económico se altere com o tempo (na infância foi importante ter muitos brinquedos, na juventude ter boas roupas e dinheiro para atividades de lazer e na idade adulta será importante a autonomia financeira), o grau da sua importância mante-se estável e de forma transversal ao longo do tempo. Já a importância atribuída aos amigos atinge o seu pico na juventude mas decresce à medida que os indivíduos se aproximam da idade adulta. Finalmente, a família prevê-se sempre muito importante, sendo talvez apenas ultrapassada pela importância que os amigos adquirem na juventude.

Figura 1
Importância atribuída a vários preditores do bem-estar ao longo da vida



Conclusões

Este artigo partiu da ponte entre duas premissas e de uma interrogação. Por um lado, assenta na ideia de que as crianças e jovens devem ser entendidos pela academia e pelos decisores políticos como os “peritos sobre a sua própria vida e bem-estar” (Mason e Danby, 2011: 185). Por outro, partiu da noção de que recolher informação comparável (entre grupos sociais, unidades geracionais ou ao longo do curso de vida) junto de crianças e de jovens requer alguma cautela. Que desafios se encontram na inquirição de crianças e jovens sobre como definem e como avaliam o seu bem-estar? Esta é a interrogação a que um projeto de investigação europeu (MYWEB) procura responder, por meio de uma pesquisa qualitativa junto de jovens e de crianças que procurou perceber os desafios e obstáculos de um eventual Inquérito Longitudinal ao Bem-estar das Crianças e Jovens na Europa.

Relativamente às crianças verificaram-se distinções claras no detalhe e compreensão da resposta consoante o perfil da pergunta colocada. Assim, nas questões colocadas sobre o que é ou como se compõe ou consegue o bem-estar verificou-se um menor grau de clareza, detalhe e complexidade nas respostas do que nas questões relacionadas como as suas opiniões, práticas e experiências. Esta distinção não anula, contudo, a transversalidade de uma monitoragem reflexiva da acção (Giddens, 1984) nos discursos construídos, ainda que o auto-posicionamento social das crianças ainda não espelhe necessariamente as coordenadas sociais em que efetivamente se situam. As crianças parecem conseguir exemplos concretos de contextos e características sociais responsáveis pela criação e sustentabilidade de desigualdades sociais na vivência de bem-estar como é o caso dos contextos de guerra, epidemias, condições de vida ou solidão.

Os jovens apresentaram resultados ligeiramente diferentes (dos das crianças e entre si). A heterogeneidade encontrada no tipo de definições avançadas para o bem-estar resume-se em quatro tipos: (1) definições holísticas, (2) situadas, (3) auto-evidentes e (4) por camadas, que não encontram correspondência linear com as características sociais consideradas importantes para a composição de uma amostra socialmente diversa. As definições holísticas abordam em iguais estatutos os aspetos do bem-estar mental ou psicológico, físico, e emocional ou social; as definições situadas tendem a fugir à abstração da pergunta no sentido em que a resposta se centra em aspetos muito concretos como a alimentação, a casa, as dificuldades económicas. As definições auto-evidentes seguem lógicas tautológicas. Pelo contrário, as definições por camadas apresentam uma elevada complexidade, recorrendo a distinções entre

diferentes níveis e etapas na conquista do bem-estar extremo, a felicidade.

Reunindo os diferentes recortes temporais sobre as arenas do bem-estar (diferentes coortes sobre o presente, passado e futuro), concluímos ainda que as três principais arenas do bem-estar mais mencionadas (família, amigos e conforto económico) adquirem ao longo do tempo (real e projetado) diferentes proporções. A importância do conforto económico parece ser estável ainda que se altere substancialmente o seu conteúdo (na infância teria sido importante ter muitos brinquedos, na juventude ter boas roupas e dinheiro para atividades de lazer e na idade adulta será importante a autonomia financeira). Já a importância atribuída aos amigos atinge o seu pico na juventude mas decrescerá, segundo os inquiridos e o que projetam para o seu futuro, à medida que os indivíduos se aproximam da idade adulta. Finalmente, a importância da família adquire uma importância transversal ao curso de vida, competindo o seu lugar de primazia apenas com a importância que as redes de amizade adquirem no período da juventude.

Referências

- ALMEIDA, Ana Nunes de (2009), *Para uma Sociologia da Infância*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BOYDEN, Jo; ENNEW, Judith (1997), *Children in focus – a manual for participatory research with children*, Stockholm, Save the Children.
- CORSARO, William A. (1997), *The Sociology of Childhood*, Thousand Oaks, Sage.
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin (1992), *O Inquérito. Teoria e prática*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The constitution of society: outline of the theory of structuration*, Berkeley, University of California Press.
- GOUVEIA, Rita (2014), *Personal networks in portuguese society: a configurational and lifecourse approach*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- GROUNDWATER-SMITH, Susan; DOCKETT, Sue; BOTTRELL, Dorothy (2015), *Participatory research with children and young people*, Los Angeles, Sage.
- MASLOW, Abraham (1943), “A theory of human motivation”, *Psychological Review*, Vol. 50 (4), pp. 370–396.
- MASON, Jan; DANBY, Susan (2011), “Children as experts in their lives: child inclusive research”, *Children Indicators Research*, Vol 4 (2), pp. 185-189.
- OCDE (2015), *How's Life 2015 – Measuring Well-being*, Paris, OECD.
- POLLARD, Elisabeth. L; LEE, Patrice D. (2003), “Child Well-being: A Systematic Review of the Literature”, *Social Indicators Research*, Vol. 61(1), pp.59-78.
- PROUT, James (2005), *The Future of Childhood. Towards the interdisciplinary study of children*, London, Routledge.
- REES, Gwynther, GOSWAMI, Haridan; POPLE, Larissa; BRADSHAW, Jonathan; KEUNG, Antonia; MAIN, Gill (2012), *The Good Childhood Report 2012. A Review of our children's well-being*, London,

The Children’s Society.

REES, Gwynther; BRADSHAW, Jonathan; GOSWAMI, Haridan; KEUNG, Antonia (2010), *Understanding Children’s Well-Being: A National Survey of Young People’s Well-Being*, London, The Children’s Society.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. (2001), “On Happiness and Human Potentials: A Review of Research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being”, *Annual Review of Psychology*, Vol. 52, pp. 141-66.

RYFF, Carol D.; KEYES, Corey L. M. (1995), “The Structure of Psychological Well-Being Revisited”, *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 69(4), pp. 719–727.

UNICEF (2013), Child well-being in rich countries – A comparative overview. Florence: UNICEF.

WALL, Karin; ALMEIDA, Ana Nunes de; VIEIRA, Maria Manuel; CUNHA, Vanessa (coords.), RODRIGUES, Leonor; COELHO, Filipa; LEITÃO, Mafalda; ATALAIA, Susana (2015), *Impactos da crise nas crianças portuguesas: Indicadores Políticas, Representações*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa.

Magda Nico (autora de correspondência). Investigadora de Pós-Doutoramento (Centro de Estudos e Investigação de Sociologia – Cies, Lisboa, Portugal). Professora Auxiliar Convidada, Departamento de Métodos de Pesquisa Social do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: CIES-IUL, Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Email: magda.nico@iscte.pt

Nuno de Almeida Alves. Professor Auxiliar do Departamento de Métodos de Pesquisa Social

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Email: nalmeidaalves@iscte.pt

Artigo recebido em 4 outubro de 2016. Publicação aprovada em 29 de março de 2017.

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

Centre for Social Studies, University of Coimbra
Institute of Sociology of University of Porto

Abstract

The Sámi in Sweden are welcomed as readers of the main language, dissatisfied by the relegated status of their culture as an ethnic minority. The Sámi Library in Jokkmokk is a library for the Sámi culture and the Sápmi. While Sámi culture is resisting and transfiguring itself, neoliberal arrangements, the privatisation of public services, new language laws and the Libraries Bill have put additional challenges to the library. The case study of this library is used to discuss what an indigenous library is. The acknowledgement of the colonial past and the demand for respectful recognition are advanced as fundamental requirements for a democratic use of the documentary resources and a realisation of cultural rights.

Keywords: indigenous libraries; cultural rights; Sweden; public libraries.

A Biblioteca Sámi, ao norte do norte: colonialismo, resistência e leitura numa biblioteca pública

Resumo

As pessoas sámis da Suécia, bem-vindas enquanto leitoras da língua principal, revelam-se insatisfeitas pelo estatuto relegado da sua cultura enquanto minoria étnica. A Biblioteca Sámi de Jokkmokk é dedicada à cultura sámi e ao Sápmi. Enquanto que a cultura sámi resiste e se transfigura, os arranjos neoliberais, a privatização de serviços públicos, as leis novas da língua e o projeto de lei das bibliotecas colocaram desafios adicionais à Biblioteca Sámi. Este estudo de caso é usado para discutir o que é uma biblioteca indígena. Admitir a existência de um passado colonial e requerer um reconhecimento respeitoso são exigências fundamentais aqui avançadas para um uso democrático dos recursos documentais e a realização dos direitos culturais.

Palavras-chave: bibliotecas indígenas; direitos culturais; Suécia; bibliotecas públicas.

La Bibliothèque Sámi, au nord du nord: colonialisme, résistance et lecture dans une bibliothèque publique

Résumé

Les personnes sámis en Suède, bienvenues comme lectrices de la langue principale, s'avèrent mécontentes en tant que minorité ethnique de la relégation de leur culture. La Bibliothèque Sámi à Jokkmokk est consacrée à la culture sámi et au Sápmi. Tandis que la culture sámi résiste et se transfigure, les arrangements néolibéraux, la privatisation des services publics, les nouvelles lois de la langue et le projet de loi de bibliothèques ont lancé des défis supplémentaires à la Bibliothèque Sámi. L'étude de cas est utilisée pour débattre de ce qu'est une bibliothèque indigène. Admettre l'existence d'un passé colonial et demander une reconnaissance respectueuse sont des exigences fondamentales proposées pour une utilisation démocratique des ressources documentaires et la concrétisation des droits culturels.

Mots-clés: bibliothèques indigènes; droits culturels; Suède; bibliothèques publiques.

La Biblioteca Sámi, al norte del norte: al norte del norte: colonialismo, resistencia y lectura en una biblioteca pública

Resumen

Las personas sámis de Suecia, bienvenidas como lectoras de la lengua principal, se muestran insatisfechas por la relegación de la cultura de su minoría étnica. La Biblioteca Sámi de Jokkmokk es una biblioteca para su cultura y el Sápmi. Al tiempo que la cultura sámi resiste y se transforma, el régimen neoliberal, la privatización de los servicios públicos, las nuevas leyes sobre la lengua y el proyecto de ley de las bibliotecas han planteado retos adicionales a la Biblioteca. El estudio de caso tiene el objetivo de cuestionar qué es una biblioteca indígena. Admitir un pasado colonial y demandar un reconocimiento respetuoso son exigencias fundamentales que se proponen para hacer un uso democrático de los recursos documentales y realizar los derechos culturales.

Palabras-clave: bibliotecas indígenas; derechos culturales; Suecia; bibliotecas públicas.

In the pursuit of an *indigenous library* in Europe

From 1969, indigenous libraries have been a central theme in some specialised literature, (Aguilar, 2009). In 2002, the International Federation of Library Associations issued a Statement on Indigenous Traditional Knowledge (IFLA, 2010) intended to draw the attention of professionals and political leaders to the specificity of indigenous and local traditional knowledge organisations and also to the constraints that these organisations faced to ensure the preservation and transmission of their cultural heritage resources.

The public library is a concept that developed between the 18th and 19th century in the global North. Implemented with many nuances and singularities, the concept may be synthetically and significantly characterised by these central aims: to disseminate the practice of reading and national literature, and to promote education and shape popular leisure (Sturges, 1996; Sykes, 1978; Witmann, 1997). The history of public libraries, however, does not account for or acknowledge the libraries created to support and document the originary cultures of the ex-colonised peoples in their present and historical expressions. Libraries for originary cultures are few, are not widely acknowledged, may not endure over time, and may fall short of originary readers’ expectations. All in all, they are subject to even greater tensions than their “conventional” counterparts in the context of present day economic and financial crises (Burns, Doyle, Joseph, and Krebs, 2010; Edwards and Edwards, 2010; Canosa, 2012).

Some questions emerged during a comparative research project aimed at understanding how the modern public library concept was adapted to other cultural and social contexts. How much do we know about the so-called indigenous libraries and library policies, about collection building and holdings (oral documents or not), about their reading practices and their cultural significance? How is the model of the public library, built within the print paradigm, reconfigured to fit this other paradigm of orality and/or of a recent originary print culture?

Upon learning that there was a Sámi library in Sweden (Sarri, 2002), a project which started more than two decades ago in Jokkmokk, I selected this library for a case study to include in the aforementioned comparative project. The Sámi refer to themselves, in a representation that precedes and surpasses borders, as the originary people who inhabit the Sápmi territory which may still be known by the exonym Lapland¹. Presently spread throughout several countries, they inherited several languages with similar traits. Jokkmokk is a symbolic city for the Sámi and the whole of Sápmi, as it hosts a 400-year old annual market, which still plays the role of an international convergence spot for scattered relatives and friends² and has been a thematic tourism destination for some decades.

To perform the analysis of the Sámi library and to contextualise the institution and its readers, I employed a number of different methods, including: ethnographic observation of reading practices, library routines and social relations, document analysis of library policies, and interviews with readers, librarians, managers and other

¹ The far North of Europe (Norway, Sweden, Finland) and the Kola Peninsula (Russia).

² Approved by a Royal Charter since 1605.

cultural agents. I visited the Centre for Sámi Research (CeSam) of the University of Umeå and stayed in Jokkmokk for a total of three months in 2013. Historical (Kuoljok, 1998; Lantto, 2000; Lindmark, 2013; Össbo and Lantto, 2011), linguistic (Hirvonen, 2008; Milani and Johnson, 2008; Milani and Jonsson, 2014; Cocq, 2008), social and post-colonial research provided a theoretical background to address issues of ethnicity (Lantto, 2000), identity, and of cultural dominance, subalternity and emancipation.

Sámi collections: understanding low use, underlining relevance

A small, glazed room in the middle of the wide reading area of Umeå's Municipal (*Kommune*) public library displays the Sámi literature collection: a few worn-out, old books, are exhibited within a space which is almost always vacant, with a half-lit, sombre micro-atmosphere. All around it, the whole library is commonly in full use and well lit, glossy, newly released books are displayed in the entrance drawing the attention of the visitors. On Saturday mornings, many accompanied children enter at all times. At the entrance, and visible from the street, lies the cafeteria, a sought-after meeting place in the city.

Further north in Jokkmokk, above the polar circle line, there is the only specialised Sámi "compound" collection in Sweden, which functions as a *de facto* national library for the Sámi culture.

The Ájtte cultural complex, alongside the Sámi Parliament house, successively housed a variety of cultural, touristic and information services in a building marked by an aesthetic of utilitarian simplicity. Ájtte is now a foundation owned and funded by the state and also by Jokkmokk's Municipality and Norrbotten's County Council. Ájtte's ethnographic Museum was recently re-conceived as a museum of the territory and came to be officially designated as the «Swedish Mountain and Sámi Museum», but it is still commonly known as the Sámi Museum. The Sámi community partially funded the starting project by donating the compensation received from the hydro-electric company for the use of their lands and rivers. Ája (source or spring in Sámi) is a collection of books, and historical and sound archives³ created from the documentation organised to support the experts and researchers working in Ájtte. Ájtte's sound archive holds approximately 3000 items of which 1500 are digitised recordings. Also

³ The richest *jojk* archive in Sweden, followed by the one in the National Library in Stockholm; *jojk* is a practice of remembrance in the form of a vocal solo, with or without text, describing and evoking living beings, natural elements; used as an identity symbol.

open for local public lending, the bibliographic collections are available, through the Swedish interlibrary loan system, at home and abroad.

The Sámi Library, inaugurated in 1989, under the auspices of the Swedish Sámi Parliament (*Sametinget*), is also housed at Ájtte (storage cabin in Sámi), and has been since 2004. Supporting the Sámi Parliament and Ájtte's Museum as its core purpose, the Sámi Library provides the community with a bibliography in Sámi languages or about the Sámi, irrespective of the publishing languages. The Library holds about 15000 monographs and 550 periodicals. The Sámi Library's and Ája's bibliographic collections share the same physical space and some of the shelves. The two funds have, however, different catalogues and lending procedures. For users they are commonly used and thought of as a single library. The Ájtte complex also includes Ája's cultural centre.

Under the 2013 Libraries Act (Kulturdepartementet, 2013), the Sámi Library was integrated into the national network of public libraries. As a specialised, singular library it is visited by researchers of various nationalities and additionally provides public access to the general public. A noteworthy service is the extended loan during each school term of "mobile" collections prepared for first grade schools with Sámi curricula in the vicinity. The library cooperates with the Commune Library, assuring them the custody and preservation of the parish archives, crucial in the search for relatives and family histories in a region historically imprinted by consecutive migrations. In recent years the allocation of librarians decreased and the initial innovative, time-consuming and expert projects, such as the development and maintenance of a list of Sámi Subject Headings - a bibliographic indexing tool - or the analytic record of articles and parts of books, were discontinued and/or disinvested.

It should be noted that the successive organisational models and designations of the Sámi bibliographic heritage appear to reflect the tensions between institutional purposes and different interests regarding the relevance of each of its components – Museum, Libraries/Archives, Cultural Centre – both in the local and national society.

As one of the few institutions where a bibliography about the Sámi in languages other than Swedish is to be found, and as a heritage institution, the Sámi Library is unanimously represented as a «treasure» by different Sámi cultural agents.

Addressing inequalities and relegation

I share my culture with those who understand it, if they can't understand it I don't

Sámi photographer in Jokkmokk

It is important to note that the Sámi Library collects some bibliographic material about ancestral knowledge – regardless of the physical medium –, active or not in daily life practices today. Acknowledging that some issues remain secret, and under the tutelage of Sámi persons or non Sámi who were granted access to – such as the location of certain pure water springs – their passage from an ethnic community to the public sphere raises sensitive questions about sharing and transmission that are up to the community to resolve fairly.

As an example of a likely mismatch, the Ája cultural centre, within the Ájtte complex, once organised some publications and meetings on ethnomedicine and ethnobotany. At present, not far away, but unaware of this collection, a small company researches and produces organic cosmetics where local plants are a central component. The Friends of the library group meets in this Centre, a group that includes their published authors, and is actually the place where the Sámi Bibliography was first prepared. Sámis and Swedes – not to mention the many immigrants of diverse ethnicities and countries that have settled there in recent decades – live side by side in Jokkmokk, sometimes joined in families. Occupations, social classes and ethnic origins, physical and social spaces, religion and spirituality appear today as the product of the crossing of colonial boundaries in a mix that does not ignore the history and persistence of differences. The question of "Saminess" remains awake, even revitalised, namely by the process of the European capital of culture 2014 in Umeå, which had the Sámi culture as one of its themes (Hagerman and Sikku, 2014).

Swedish public libraries, having high levels of attendance - 60% of the population –, renovated collections and good facilities, and working closely with local associations, are often listed as examples of good practice internationally (Thomas 2010). The rarely used Sámi Room in Umeå, nonetheless, has been negatively evaluated by several Sámi, the same happening in other northern cities (Gunnare, 2012). In the small library of the commune of Jokkmokk, with a population that is largely Sámi and living under extreme weather conditions, frequent and regular visitors carry home many books and videos at a time, which may be borrowed for a week or two. Still, the literature in the originary Sámi languages, in an inner area recently developed, registers a minute amount of use. Björkman and Liljedahl have proposed several ex-

planations for a similar situation in Östersund: the library staff did not know the Sámi languages and editions, and being unaware of these readers’ specific needs, had been developing fruitless efforts to serve the Sámispeaking readers (2009).

Beyond a likely cultural estrangement or unfamiliarity with Sámi culture, deeper reasons for this relegated status, deriving from cultural policies, are worth considering. Educated exclusively or predominantly in the Swedish language, the Sámi are frequent readers of Swedish language content. In the library of Jokkmokk, classic literature titles were being discarded, the little vacant space being filled by commercially successful titles, a trend actually observed in many other European libraries. The library workers, with an ever-reducing staff and working hours, due to cuts in recent years, were overburdened with the production of managerial information; their time for assisting readers was centred on loan processing, with no or little opportunity for advice. Furthermore, just as in Östersund, the city of Jokkmokk and the neighbouring villages were no longer served by the mobile library carrying Sámi languages content, incoming from Norway in the latter case, because, allegedly, the Sámi corner had made it redundant. However, I observed that the documents in the Sámi corner were rarely used. A deeper explanation was required to account for this apparent lack of interest.

The first public library in Jokkmokk

The history of the first library built in Jokkmokk speaks of yet other times and contexts. A forgotten history that this research, most fortunately, allowed to emerge, following the guidance of some collaborating inhabitants. According to oral and written sources (Jokkmokks SK, 1993), I could conclude that the first public library was created in the Old Church, following its deconsecration, at an uncertain date by the action of Eigil Högström, a Sámi who came to Jokkmokk in the early 1900’s⁴. A communist partisan and a member of a temperance league⁵, Högström was a primary school teacher, who also created study circles, engaged in social causes and promoted sports, and became a leader of the local Ski Club.

These study circles, created by Swedish grassroots organisations dedicated to the promotion of literacy and popular consciousness, and self-declaredly committed to the emancipation of labour and political organisation, were precisely the origin of

⁴ He confirmedly resided there since 1918, at the latest.

⁵ According to an oral source, the Godtemplare - The Good Templars -, campaigned against alcohol abuse and created several study circles in Sweden.

many of the Swedish public libraries and had a singular history in Europe (Möhlenbrock, 1993). Before them, and from 1830/40, there were parish libraries supporting religious education and catechesis (Möhlenbrock, 1993), holding predominantly moralising and confessional books, and books on agriculture and household care (Thomas 2010). In contrast, the autonomously managed circles created and organised materials purposefully designed for adult learning and fiction, and essays oriented to social improvement and prophylaxis, especially to address alcoholism issues, a concern which grew in parallel to the industrialisation and the displacement of the populations in the region. After the first Libraries Act, dated from 1905, a debate took place in society about the need to develop public libraries, under State control, focusing on the proclaimed objectives of popular education and awareness – especially of the young – qualifying for jobs, for voting and for political intervention. The circles came to be financed and controlled by the State in 1912, while it agreed to keep libraries open to the general public. These libraries were formally dissolved in 1949 upon the creation of a national education system. Many of the existing popular libraries – including those of the circles – the outcomes of workers’ organisations over which Liberals and Social Democrats vied for leadership, would be integrated, following the new Libraries Act of 1912, into the Association for the Education of Workers (ABF), which had strong Social Democrat influence (Möhlenbrock, 1993; Torstensson, 2008; Thomas, 2010). Taking all these realities into account, it seems reasonable to me to place the creation of this first library of Jokkmokk in the 1920’s, coinciding with the migratory wave raised by the newly settled industries (Össbo and Lantto, 2011) in adjacent areas.

To Exist

The Sápmi shows traces of human occupation dating back about 10,000 years. The oldest Sámi artefacts indicate the existence of this culture for about 8000 years (Kuoljok, 1998), an occupation that extended far below the Arctic Circle until the settlements of colonists from regions farther south forced the originary population to move.

The story of the Sámi is one that is woven in and between some powerful and influential countries, empires, and events in the history of Europe.

The Swedish crown begins the exploration of the territory in the far north of Europe from the 15th to the 16th centuries, constantly redrawing the borders, competing with other states for natural resources (Lindmark, 2013). Tax exploitation had already begun in the 14th century. From the Middle Ages the Sámis “paid tax to three

crowns” - Sweden, Norway and Finland -, in different places and moments during their journeys, according to the report by the Portuguese scholar Damião de Góis (1544), who introduced the Sámi to his contemporary Central and Southern Europe (Hirsch 1987). In the second half of the 16th century, the Sámi are displaced by waves of Norwegian settlers, and by incursions of the crowns of Holland, England and Denmark. Russian Orthodox missionaries and monks occupy and subjugate parts farther east (Storfjell, 2013). In the mid-17th century, Sámi land neither cultivated nor built upon is appropriated by the Swedish crown in a process of “discovery” and effective occupation fostered by the settlements (Lindmark, 2013). The Sámi are further hindered from pursuing their various and often cumulative economic activities – hunting, fishing, gathering, agriculture – leading a large number of families to concentrate on reindeer grazing alone.

They will later be described in scholarly circles, in analogy with other colonial conditions, as pagans, primitives, impulsive and childish. Linnæus, an 18th century Swedish scientist, travelling through an area contiguous to Jokkmokk, in this very region, writes his taxonomies for Botany, Zoology and also for humans. He thus creates the categories *Homo Europaeus*, *Homo Africanus*, *Homo Asiaticus* and *Americanus*, and the remainder *Homo Monstruosus*, where he included the Sámi (Koerner, 1999). Ironically referring to the well-known allegory, Storfjell comments that “[i]f Sápmi is an Edenic paradise, then Linnæus is its Adam, invested with the power to name its plants and animals” (2013:568).

The Swedish modern monarchy, which simultaneously headed the Lutheran Church, will pursue the shamanic practices of the Sámi shortly after the occupation. A forced conversion to Christianity begins, the churches in the new Lapp Marks are used as a compulsory convergence point, profiting from the seasonal travelling of the Sámi to the market cities, such as Jokkmokk. There they would be judged, collected, and catechised (Kuoljok, 1998). During the 17th and 18th centuries, there is intense missionary activity, blending literacy with conversion, and creating future missionaries of Sámi ethnicity (Lindmark, 2013). Claiming that shamanism threatened the national unity, the Monarch established Lapp Schools in 1735, with a reduced and evangelising curriculum, removing children from family contact and keeping them under the vigilance of a Lutheran pietism moral. Speaking in Sámi would be discouraged and even persecuted. From 1925, the State imposes the Swedish language in all schools (Cocq, 2008). In Sápmi too (apud Mudimbe, Lindmark, 2013) the colonial boarding school served both to indoctrinate and to acculturate. It is this social, political and religious context, that parochial libraries end up fitting into, on a path parallel to that

of education. The processes of assimilation of the Sámi programmed by Norway, Sweden, Finland and Russia, and of cultural suppression end just after World War II.

At present there are Sámi Schools in five Northern localities, serving students from kindergarten to the end of their compulsory education. Elsewhere, optional subjects in Sámi culture and optional curricula with Sámi programs after the seventh grade, regardless of the ethnicity of origin, are designed by the state (Green, 2009). In Jokkmokk lies the only secondary school with a Sámi Arts and Crafts integrated curriculum.

To remember

I don't understand why the Sámi are always talking about history!

A young Swedish student, staying in Jokkmokk

Extended family-based communities, or *siiida*, that used common goods while internally negotiating the demarcations and divisions of territory, were threatened by the borders – indicative of private property and nation-states, concepts foreign to the Sámi – drawn by the dominant powers (Kuoljok, 1998). From the end of the 19th to the first half of the 20th century, the law prescribes new territorial units and the exclusiveness of reindeer husbandry to the Sámi (Össbo and Lantto, 2011). “Lapp shall remain Lapp”, was the refrain of this colonial ideology. So a metonymy was legitimised: an ethnic group was reduced to reindeer husbandry, on the assumption of their inability to live civilly away from colonial tutelage (Lantto, 2000). Even today a large part of Sápmi is owned by the crown: with no private property nor land records, the Sámi have rarely seen their ancestral ownership of land legally recognised.

From the late 19th century until 1935, racist theories permeated the anthropometric surveys and the photography of the Swedish Institute for Racial Biology⁶. Used in widely printed books in the 20s and in the Stockholm Exhibition in the 30s, these documents have left painful marks on the Sámi social memory (Kvarfordt, Sikku and Teilus, 2009), a memory impregnated with history, and marks which today's art often stumbles upon and raises. As Katarina Pirak Sikku claims “pain may be inherited” (2014).

From the 20th century on, the main clashes arose from hydropower (Össbo and Lantto, 2011) and mining interests. Intensive iron ore mining, consented to by

⁶ Photos archived by University Library of Uppsala which recently gave way to a wide polemic upon being exhibited online; see <http://www.samer.se/4308>.

the State, forced the recent decision to move the whole town of Giron/Kiruna to another place, due to the uncontrollable cracks that were opening (Kinder 2014). A new mining operation in Gállok/Kallak, near Jokkmokk, has been the object of protests in the streets and in the Sámediggi/Sametinget, the Sámi Parliament (Samiskt Informationscentrum, 2013). On top of this, alongside truly vast parks and natural reserves (Green 2009), the military zone is being expanded for testing with drones, according to one Sámi landowner.

The persistent consequences of Chernobyl and climate change have had a strong local impact, making the soil retreat, endangering natural goods, and threatening subsistence and small-scale economic activities (Mustonen and Syrjämäki, 2013).

The Sámediggi, a Swedish State administrative agency and advisory body created in 1993 and elected by the Sámi, often see their advice ignored. In February 2014 it decided that a Nordic-Sámi Convention, with representatives of the three Sámi parliaments and of the Nordic governments should be held (Sametinget, 2014)⁷, 2016 being the expected time for the completion of their work. The Sámi spokesperson expressed the expectation that the States would ratify the definition of minimum standards within civil and international law, including the right to self-determination, to land and water, in addition to the already, although informally, accepted right to knowledge and cultural expressions.

To Speak, To Write, To Edit

The Sámi population is currently estimated at 60,000, 17,000 of which have Swedish citizenship. (Axelsson and Sköld, 2006; Green, 2009). Of the total, only about 20,000 speak an originary language.

The Sámi languages belong to the Finno-Ugric linguistic branch, nine being alive, six of which have a standardised orthography and literary printed works (Hirvonen, 2008). It is believed that there are 6,000 speakers of Northern Sámi in Sweden, and that the Lule and the South Sámi speakers count for about 500 each and that Ume Sámi is spoken by only a few. Each language has its own latin alphabet with additional special characters for unique phonemes. North Sámi had three orthographies (Skutnabb-Kangas and Magga, 2001) until a standardisation was agreed between Sweden and Finland in the 70s (Samiskt Informationscentrum, 2014).

⁷ <http://www.sametinget.se/1110>.

The issues of language and writing, as well as editing, deserve some detail in this brief consideration of what was and is the context for the existence of libraries in Sápmi within Swedish borders.

After a heated public controversy, the legal status of minority language was acquired by the Sámi language in 2005, along with other languages spoken in Sweden (Meänkieli, Finnish-Swedish, Romani-Chib and Yiddish). Five national minorities - Sámi, Tornedalian, Finnish-Swedish, Roma and Jew — are also recognised.

Since, until then, Swedish was a *de facto* predominant language (Milani and Johnson, 2008), in 2009, under the centre-right Alliance, the claim that a main language is necessary to consolidate democracy (Leissner, 2012) and prevent globalisation was signed into law (Milani and Johnson 2014). The term "mother tongue" is used instead of "native tongue", thus reinforcing the ideology of an ethnic and cultural homogeneity in Sweden (Milani and Johnson, 2008).

It should be noted that the government steered the discourse on colonialism toward that of multiculturalism, in line with the "tolerance" that the Swedish State has claimed in recent decades. An extended education in English, on the other hand, necessary for a desired integration in the new world order, an official, while contradictory, claim was thoroughly implemented by central and local measures of formal and informal education. It should also be noted that Sweden has not yet signed the Convention 169 – ILO, 1989 – only underwriting the 2007 United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, a non-binding instrument. After many long years of contestation, the Constitution received an amendment, in 2011, recognising the Sámi as a people of Sweden. However, an Act on Sámi matters remained unapproved, given the opposition to regulating core issues like rights over land and natural resources both by the Swedish Parliament and by the not previously consulted Sámi Parliament (United Nations, Human Rights Council, 2011).

Furthermore, it should also be noted that the privatisation of services, and public sector cuts had an especially negative impact, in the last decade, on secondary education, railway transportation, health and elderly care, as well as cultural programs.

At present, much of the population speaks English fluently, while teaching Sámi is seldom implemented, in spite of the amendment. The fact is that Sámi is not spoken in public, and rarely in private. Intergenerational communication remains hampered by the very recency of promotion measures: children educated in present day, re-created Sámi are not understood by grandparents who speak vernacular, which was rarely transmitted to children out of the fear generated by many decades of stigma and exclusion. The knowledge of the originary languages is often insufficient to enjoy

literature in Sámi.

Some Sámi may still express an awareness and discomfort about the comparatively late entry into the sphere of the printed and published word: "But we only started to have a way of writing so late!" (Sámi Parliament representative). The first writings in Sámi were religious texts, with an evangelizing intent, translated in the 17th century by clergymen. Others, autonomously produced and dating from the late 19th century, religious or not, were left unpublished until the mid-1990s due to cultural relegation policies. From the end of the 19th century till the first decade of the 20th, there was an increase in Sámi literature publishing, including a couple of newspapers, which would be shut down not long after being opened. Contending with both the deficiencies in typesetting for special characters and orthographic diversity, visible publishing activity in Sweden would only occur in the middle of the 20th century, reaching a clear slowdown in recent decades (Paltto e Kuokkanen 2010), as discussed below.

The story of the first book authored by a Sámi and written in Sámi, *Muitalus sámiiid birra*, (A narrative on the Sámi), is singularly significant. Published in 1910, in Danish and in North Sámi, it elaborates on the oral tales, manuscripts and illustrations of Johan Turi (1854-1936)⁹ a self-taught wolf hunter and guide. Writing about the origins and customs, the worldview, beliefs and traditional cures (Paltto e Kuokkanen 2010), Turi expresses his regret for the oppression of the Nordic States and the ensuing invisibility of his people. Only the initially positive public reception drove him to mention shamanism in a later edition. On *Muitalus*, critics underline how a politically skilful Turi resorted to the ancestral vision of proximity between animal species, human or not, and their reciprocal transmutation to build the metaphor about those unknown *animals* who live a difficult life in their own land (Svonni, 2011). The seduction and wisdom of the teller attracted persons from other cultures to produce the book: the literary edition and translation were undertaken by Emilie Demant Hatt, a Danish painter, traveller, and ethnologist; the financing by Hjalmar Lundbohm, formerly an artist, who came to Giron as the administrator of an iron mine where he was confronted with the unequal work conditions the Sámi faced. The life of Turi, measured by anthropometry, a guide to anthropologists and a subject for artistic photographers, reflects the tensions between discrimination, and curiosity about the "Other" in Sweden. In 1918 Turi contributed to the creation of a Sámi association, and later on became a political activist (Cocq, 2008).

During the 50s, Sámi publishing became more well-known through the emer-

⁹ Born in Kautokeino, Norway, worked from childhood in a siida near Giron/Kiruna and died in Čohkkirasjávri/Jukkasjärvi, Sweden.

gence of newspapers in Sámi. Initially assumed by the Sámi Council, formed in 1956 and aggregating the Sámi organisations of the four States – Sweden, Norway, Finland and Russia – the promotion of literature had as specific purposes the protection and recognition of Sámi interests, both individual and collective, and the respect for economic, social and cultural rights⁹ (Paltto e Kuokkanen 2010). This impulse ended in 2000 with the cuts in funding from the Nordic Council of Ministers¹⁰. Publishing is now a dispersed sector, with newly-formed small publishers in Norway, which depend on activist support, and occasional grants from the Norwegian and Finnish Parliaments. At present, some elderly Sámi, now skilful in their own writing, are producing life narratives as a generational legacy (Paltto e Kuokkanen 2010).

While such a form of internal colonialism, exercised over a European people, has been kept “indoors” until recently, the analysis of its consequences appears to be still confined to Sweden - and to Europe’s - “backyards”. With Turi in mind, addressing those “unknown” beings demands the acknowledgement of their condition, past and present, and the recognition of their culture.

Questioning and concluding

My sojourn in Jokkmokk, from April to May 2013, was aimed at understanding what an “indigenous library” is, how it works, its significance as a contemporary institution, in this case within the space of Europe. To understand this, it became important to also consider the role of the *Kommune* library as well as the experiences of the insertion of Sámi corners in this and other public libraries under the control of the Swedish State. Another important realization I gained from my work was that the now defunct *bibliobus* service in Sweden – though still operating in Norway and Finland – was appreciated by Sámi people, and very important to small villages and people who live permanently in isolation.

In an apparent paradox, the Sámi spaces in Swedish libraries are not contributing to a respectful recognition of their culture, making comparatively patent the shortcomings and weaknesses of these special areas instead. However, the constraints and inequalities in education and publishing and the specifically targeted cuts have not yet garnered public scrutiny nor investigation of their deeper causes.

⁹ <http://www.samer.se/1089>; <http://www.saamicouncil.net/?deptid=1116>.

¹⁰ <http://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Nordic+Council>.

The Sámi, though disconnected from their own languages by colonial oppression, maintain and recreate forms of knowledge construction and transmission, and forms of artistic expression parallel and diverse from the normative literate knowledge or canonical art and literature. It is the knowledge and artistic expressions which are closer to orality and more distant from commodified expressions, or based on learning-by-doing and practical knowledge, that are markedly absent in Swedish libraries in their epistemic, emotional and social integrity.

Literacy policies can, counter-intuitively, produce the stigmatisation of illiterate groups and people (Lahire, 2005), thus the awareness of being a culture without a writing system of their own - although many Sámi were literate in and resorted to writing in Swedish or to the Runic calendars, for example – may lead to stigmatising judgements in a country renowned for its high literacy rates.

On the other hand, in the global North new technologies are strongly oriented towards commodification of cultural goods and implemented in the transmission of ideas such as a-historicity, immediacy and competitive individualism. In addition to this, the development of technologies that appropriately address the complexities of oral language and imagistic and aural expressions (McKenzie, 1999) set demands that go beyond the already developed applications for the dominant print-based paradigm.

If the solutions implemented in Ájtte may be short of the expected in the context of the Swedish State, the lack of visitors - inherent in specialised collections, due to the rarity of Sámi speakers and the recency and deficiency of the investment in Sámi education - can be erected as an argument to obscure the responsibility of the custodian powers within the neoliberal managerialism frame, a risk that I sensed the existence of as much as the opposition to. Beyond technical issues, other issues arise, less perceptible and possibly more political, with solutions already tested or implemented in this case and in others, such as alternative author attribution norms or non-hegemonic bibliographic classifications and document typologies, and the questioning of architectural solutions beyond the Western norm. The need to address cultural practices of the global South highlights the sensitivity of the acquisition, production and treatment of bibliography, and demands, first of all, the active involvement of Sámi professionals and Sámi organisations (Roy and Hogan, 2010). Second, it requires the preservation of cultural heritage in the territory and among the society that created it, and which persists to be the privileged subject of meaning attribution.

A fundamental question, although perhaps less evident, is that of the different concepts of culture for Sámi leaders and cultural agents, and for State officials, Swedes or not. Several Sámi persons I talked with referred to their culture as a whole

non-amenable to sectorisation which they realise and recreate in their varied every-day practices – often not professionalised nor competitive – learned within the Sámi cultural circle. These may go from the traditional arts to *jojk*¹¹, from photography to video or to guidance and survival out in natural landscapes, extending to contemporary theatre, romance and dance. Neoliberal policies bet on the concept of (financial) efficiency, the devaluation of history(ies), in the touristisation and commodification of culture as a static, folkloric, object. During my stay in Sápmi, these policies were embodied in a marketing of the region, occasionally surfacing on the ideological space of Ájtte’s museum with the evocation of an “uncorrupted Nature” and of an “exotic culture”. A Sámi library, a heritage but also a loan library, does not seem so prone to this exploitation, nor to expectations of financial gains, providing instead enjoyment and unique services, valuable but not measurable by the same gauge that highlights their costs.

On the other hand, countering the ideology of an information society where knowledge supposedly flows equitably and without barriers, it is important to recognise that access to knowledge should be considered from the perspective of the originary people who have produced it, live by it, and cast the future with it. The debate on the concepts of intellectual self-determination and of intellectual sovereignty may give substantial contributions on this matter (Sleeper-Smith, 2009; Edwards and Edwards, 2010). Dialogues and cultural exchanges among equals in rights, which promote a respect for difference and diversity, require at the same time the refusal of coloniality and of a stigmatising alterity. A Sámi Library should primarily be about and for the Sámi people.

The decolonisation of the library institution and its redesign by and for the cultures of the counter-hegemonic South, even if the South may, surprisingly, be situated North of the North is a fundamental requirement. From such a positioning we may rethink the right to reading, re-signified by the originary cultures both inherited and lived. Resisting the clashes and silencing which were imposed upon them, these cultures emerge more valued. In this context I envisage the right to “public reading”¹² as a component of collective, cultural rights (Souza Filho, 2014), closely linked to linguistic rights, which are a current demand of cultural minorities and originary peoples (Roy and Kristen, 2010). This right, as I envisage it, is also a part of the alter-globalist claim of *buen-vivir*, the good life, in its pleasant and fruitful dimension even if non-productivist.

¹¹ See note 3.

¹² Public reading is a term, used in some European countries, to refer to the reading done within the scope of the public libraries.

I feel that we still need to reflect on a careful “translation work” (Santos, 2002) that integrates a possible Sámi library on the network of alter-global interests and desires. The history of the production of *Muitalus* may be an inspiring metaphor (Haraway, 1991) in the transmutation of “unknown beings” into a recognised people who shall have many tales to read and tell as a subject with a History.

If the language is a battle field, the library can be a symbolic place where the contending narratives, discursive maps, and tools are kept in “reserve”. A doubly symbolic reserve then, a static content of documents from a preserved past, enabling the revitalisation of languages and the re-creation of cultures, and a source for present and future dynamic. A “treasure”, made publicly available, may be “disenchanted” by an emancipatory usage.

References

- AGUILAR, Alejandra (2009), “O indigenismo na era da informação”, in *PontodeAcesso* 3(2 ago.), pp. 158–191.
- AXELSSON, Per; SKÖLD, Peter (2006), “Indigenous populations and vulnerability. characterizing vulnerability in a sami context”, in *Annales de démographie historique* (111), pp. 115–132.
- BJÖRKMAN, Peter; LILJEDAHN, Helena (2009), *Ett försvinnande inhemska språk: en studie av de svenska Folkbibliotekens roll för att revitalisera det Sydsamiska språket*. Växjö Universitet. Institutionen för humaniora. Biblioteks-och informationsvetenskap, [Accessed 6 August 2013] Retrieved <http://www.sametinget.se/11109>.
- BURNS, Kathleen; DOYLE, Ann; JOSEPH, Gene; KREBS, Allison (2010), “Indigenous librarianship”, in *Encyclopedia of library and Information Science*, pp. 2330–2346.
- CANOSA, Daniel (2012), “El concepto ‘Biblioteca Indígena’”, in *Que sabe quien*, [Accessed 10 July 2015]. Retrieved <http://librosvivos.blogspot.pt/2012/10/el-concepto-biblioteca-indigena.html>.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (1997), *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, Paris, Seuil.
- COCQ, Coppélie (2008), “Revoicing Sámi narratives: North Sámi storytelling at the turn of the 20th century”. Doctoral thesis, Umeå University, Department of Language Studies, Umeå, [Accessed 1 January 2014]. Retrieved <http://umu.diva-portal.org/smash/record.jsf?searchId=1&pid=diva2:141498>.
- EDWARDS, Julie Biando; EDWARDS, Stephan P. eds. (2010), *Beyond Article 19: Libraries and social and cultural rights*, Litwin.
- GÓIS, Damião de (1544), “Deploratio lappianae gentis, Damiano a Goes autore”, in *Damiani a Goes equitis Lusitani aliquot opuscula...* Lovanii: ex officina Rutgeri Rescij, f. 49-51, [Accessed 26 February 2014]. Retrieved https://digitalis-dsp.uc.pt/bg5/UCBG-VT-20-8-19/UCBG-VT-20-8-19_item1/P55.html.
- GREEN, Carina (2009), *Managing Lapponia: A World Heritage Site as arena for Sami ethno-politics in Sweden*, Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis. Uppsala Studies in Cultural Anthropology no 47, [Accessed 05 December 2013]. Retrieved <http://uu.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2:275592>.

- GUNNARE, Sanna (2012), ‘På mitt modersmål: en kvalitativ studie av biblioteksanvändare med Samiska, Finska och Meänkieli som modersmål’. Masters thesis, Uppsala Universitet, [Accessed 06 August 2013]. Retrieved urn:nbn:se:uu:diva-175786.
- HAGERMAN, Maja; Pirak Sikku, Katarina (2014), “Conversation on the Swedish racial biology”, *Umeå, 2014*. [Accessed 9 June 2014]. Retrieved <http://umea2014.se/en/event/maja-hagerman-och-katarina-pirak-sikku/>.
- HARAWAY, Donna (1991), “A manifesto for cyborgs: science, technology and socialist feminism in the 1980s”, in *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*, New York, Routledge, pp. 149–181, [Accessed 06 August 2013]. Retrieved (<http://www.egs.edu/faculty/donna-haraway/articles/donna-haraway-a-cyborg-manifesto/>).
- HIRSCH, Elisabeth Feist (1987), *Damião de Góis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- HIRVONEN, Vuokko (2008), *Voices from Sápmi: Sámi women's path to authorship*. Guovdageaidnu/Kautokeino, DAT, [Accessed 12 December 2013]. Retrieved http://www.worldcat.org/title/voices-from-sapmi-sami-womens-path-to-authorship/oclc/262696678&referer=brief_results.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (2002), “IFLA statement on indigenous traditional knowledge”, [Accessed 28 June 2016]. Retrieved <http://www.ifla.org/publications/ifla-statement-on-indigenous-traditional-knowledge>.
- JOKKMOKKS SK (1993), “Eigil Högström”, in *Jokkmokks SK: 100 år 1893 1993*. Jokkmokk, Skidklubb.
- KINDER, Tabby (2014), “How to move a town two miles east”, *BBC News*, [Accessed 10 March 2014]. Retrieved <http://www.bbc.com/news/magazine-26447507>.
- KOERNER, Lisbet (1999), *Linnaeus: nature and nation*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- KULTURDEPARTEMENTET (2013), “Regeringens Proposition 2012/13:147 Ny Bibliotekslag”.
- KUOLJOK, Sunna (1998), *La historia Sami*, Kiruna, Sametinget.
- KVARFORDT, Karin; SIKKU, Nils-Henrik; TEILUS, Michael (2009), *The Sami: an indigenous people in Sweden*, Kiruna? Sámediggi, [Accessed 26 May 2014]. Retrieved <http://www.samer.se/2137>.
- LAHIRE, Bernard (2005), *L'invention de l'«illettrisme»: rhétorique publique, éthique et stigmates*, Paris, La Découverte.
- LANTTO, Patrik (2000), *Tiden Börjar På Nytt*, Umeå, Umeå University.
- LEISSNER, Roger (2012), “Skydda, stärka och främja: Umeå Stadsbiblioteks Arbete med det Samiska språket efter minoritetsreformen”. [Bachelor Thesis] Kandidatuppsats i Biblioteks- och informationsvetenskap, Umeå Universitet, Umeå.
- LINDMARK, Daniel (2013), “Colonial encounter in early modern Sápmi”, in M. Naum and J. M. Nordin (eds.) *Scandinavian colonialism and the rise of modernity: small time agents in a global arena*, New York, Springer, pp. 131–46.
- MCKENZIE, D. F (1999), *Bibliography and the sociology of texts*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MILANI, Tommaso M.; JOHNSON, Sally (2008), “Language politics and legitimization crisis in Sweden: a Habermasian approach”, in *Language problems & language planning*, 32(1), pp. 1–22.
- MILANI, Tommaso M.; JONSSON, Rickard (2016), “Linguistic citizenship in Sweden: resistance in a context of linguistic human rights” [in Print], in L. Lim, C. Stroud, and L. Wee (eds.), *The multilingual citizen: towards a politics of language for agency and change*, Clevedon, Multilingual Matters.
- MÖHLENBROCK, Sigurd (1993), “Reading as a means in the political process”, in *Libraries & Culture* 28(1), pp.39–43.
- MUSTONEN, Tero; SYRJÄMÄKI, Eija (eds.) 2013, *It is the Sámi who own this land: sacred landscapes and oral histories of the Jokkmokk Sámi*. [Finland]: Snowchange cooperative.

- ÖSSBO Åsa; LANTTO, Patrick (2011), Colonial tutelage and industrial colonialism: reindeer husbandry and early 20th-century hydroelectric development in Sweden, in *Scandinavian Journal of History*, 36(3), pp. 324–348.
- PALTO, Kirsti; KUOKKANEN, Rauna (2010), “Publishing Sámi literature: from Christian translations to Sámi publishing houses”, in *Studies in American Indian Literatures*, 22(2), pp. 42–58.
- ROY, Lorie; HOGAN, Kristen (2010), “We collect, organize, preserve, and provide access, with respect: indigenous peoples’ cultural life in libraries”. in *Beyond Article 19: Libraries and Social, and Cultural Rights*. Duluth: Library Juice, pp. 113–47.
- SAMETINGET (2014), “Om Nordisk Samekonvention”, in *Region Gotland*, [Accessed 2 March 2014]. Retrieved <http://www.sametinget.se/1110>.
- SAMISKT INFORMATIONSCENTRUM (2013), “Gállak - ett nytt Alta”, in *Sápmi*, [Accessed 3 September 2013]. Retrieved http://www.samer.se/GetDoc?meta_id=4262.
- SAMISKT INFORMATIONSCENTRUM (2014), “Att skriva på Samiska”, in *Skriftspråket – Samer.se*, [Accessed 5 July 2014]. Retrieved <http://www.samer.se/1190>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), pp. 237–80.
- SARRI, Peter (2002), “Creating a Library Plan for the Sámi in Sweden”, in *World Library and Information Congress: 70th IFLA General Conference and Council 22-27 August*, vol. 12, Buenos Aires, IFLA, [Accessed 6 August 2013]. Retrieved http://cybra.lodz.pl/Content/1175/vol12no1/sarri_v12n1.html.
- SARRI, Peter (1999), “Girjerádjusat Sámis: Libraries in Sápmi”, in *Issues and initiatives in indigenous librarianship*, S.L., Te Rōpū Whakahaui.
- SLEEPER-SMITH, Susan, (ed.) (2009), *Contesting knowledge: museums and indigenous perspectives*, Lincoln, University of Nebraska Press.
- SOUZA Filho, Carlos Frederico Marés de (2014), “Multiculturalismo e direitos coletivos” [Preprint], in *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, [Accessed 20 May 2014]. Retrieved <http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/direitos.html>.
- STORFJELL, Troy (2013), “The ambivalence of the wild: figuring the Sámi in pre-colonial and colonial discourse to the eighteenth century”, in *L’image du Sápmi: Vol. 2*. Örebro: Örebro University, pp. 540–75, [Accessed 22 December 2013]. Retrieved https://www.academia.edu/4756822/The_Ambivalence_of_the_Wild_Figuring_the_Sami_in_Pre-Colonial_and_Colonial_Discourse_to_the_Eighteenth_Century.
- STURGES, Paul (1996), “Beer and books: Michael Thomas Bass, Derby Public Library, and the philanthropy of the beerage”, in *Libraries & Culture*, 31(2), pp. 247–71.
- SVONNI, Mikael (2011), “Johan Turi: first author of the Sámi”, in *Scandinavian Studies* 83(4), pp. 483–90.
- SYKES, Paul (1978), *The Public Library in perspective: an examination of its origins and modern role*, London, Clive Bingley.
- THOMAS, Barbro (2010), “Swedish libraries: an overview”, in *IFLA Journal* 36(2), pp. 111–130.
- UNITED NATIONS, Human Rights Council (2011), *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights and fundamental freedoms of indigenous people: addendum: the situation of the Sami people in the Sápmi region of Norway, Sweden and Finland*, UN, Human Rights Council, [Accessed 21 March 2014]. Retrieved http://indigenouspeoplesissues.com/index.php?option=com_content&view=article&id=8474:europa-the-situation-of-the-sami-people-in-the-sapmi-region-of-norway-sweden-and-finland&catid=56:europa-indigenous-peoples&Itemid=78.
- WITMANN, Reinhard (1997), “Une révolution de la lecture à la fin du XVIIIe siècle”, in *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, G. Cavallo; R. Chartier (eds.), Paris, Seuil, pp. 331–364.

ACKNOWLEDGMENTS

This research had the financial support of the Foundation for Science and Technology (FCT/MEC) and was co-financed by FEDER, through the POPH within the frame of the reference SFRH/BPD/82215/2011. This publication also results from the support of the FCT/MEC, through the Strategic Project (UID/SOC/50012/2013). CeSam, University of Umeå, received me as a visiting researcher. My gratitude to The Sámi Library in Ájtte, Jokkmokk in the persons of Peter Sárrí and Birgitta Edeborg.

Paula Sequeiros. Post-doctoral researcher with the Centre for Social Studies, University of Coimbra (Coimbra, Portugal) and an associate researcher with the Institute of Sociology, University of Porto (Porto, Portugal). Corresponding address: Centro de Estudos Sociais - Apartado 3087 - 3000-995 Coimbra, Portugal; Phone: +351 239 855 570. Email: paulasequeiros@ces.uc.pt

Received 21 October 2016. Accepted 1 April 2017

RECENSÃO

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Analisar e refletir sobre projetos culturais e artísticos em âmbitos educativos e com grupos de populações vulneráveis torna-se hoje urgente, tendo também em vista o aumento dos discursos e das práticas sobre esta temática. A investigação tratada na obra *Crescer e tocar na Orquestra Geração* (2017), situada quer na área da música quer na área sociológica, analisa o projeto da Orquestra Geração, implementado em Portugal desde 2007. O estudo interdisciplinar envolveu especialistas de diferentes filiações científicas e institucionais. Compreender a relação entre a música e a inclusão social é o grande objetivo deste escrito, que levanta interessantes questões teóricas e metodológicas.

A obra, subdividida em 4 partes e com um total de 9 capítulos, acompanha o processo de investigação de um estudo de caso. Para o leitor é possível acompanhar os 11 autores das 268 páginas da obra através de um roteiro que sublinha o andamento das diferentes fases do estudo e os seus contributos reflexivos.

O prefácio de Augusto Santos Silva, consultor do estudo que acompanhou a evolução do projeto a partir de um olhar externo, citado ao longo da obra como ponto de referência para uma discussão crítica, aponta algumas questões relevantes que a análise da Orquestra Geração enquanto processo social levanta: a inscrição da música nas nossas práticas sociais, seu valor e sentido e a possibilidade de observar fenómenos de apropriação social da música erudita enquanto recurso e método de integração

social.

Na introdução, escrita pelos dois organizadores da obra, se apresenta o contexto do estudo, a sua génese, a constituição da equipa e uma breve descrição da divisão do livro. A primeira parte do volume oferece uma visão panorâmica que permite ao leitor situar-se a nível teórico, metodológico e da especificidade do objeto de estudo.

No primeiro capítulo, escrito por João Teixeira Lopes, Graça Mota, Ana Luísa Veloso e Rute Teixeira, são tratadas as perspetivas críticas sobre música e inclusão social, enquanto contributos para a compreensão do fenómeno das orquestras juvenis. Os autores destacam a importância de compreender a relação entre a música e a inclusão social, que envolve a construção e reconstrução de significados, a criação de comunidades de prática (musical), a aprendizagem não formal, as oportunidades de acesso a ambientes musicais independentemente dos recursos socioeconómicos e culturais dos potenciais participantes, situando-se na abordagem da democracia cultural e cidadania, da arte enquanto forma de integração social.

No segundo capítulo, escrito por Matilde Caldas e Graça Mota, apresenta-se a Orquestra Geração e descreve-se o seu enquadramento, sublinhando a inspiração ao modelo venezuelano “*El Sistema* (ES) – Sistema Nacional de Orquestras Infantis e Juvenis da Venezuela” (p.49). Evidenciam-se também as especificidades da implementação da experiência portuguesa através de uma visão diacrónica da Orquestra Geração entre os anos 2007 e 2015, passando pela descrição dos primeiros núcleos e até a expansão da experiência no território nacional. O estudo aborda diferentes dimensões como as questões metodológicas e pedagógicas, ligadas ao repertório, à formação dos professores e às atividades, e a estrutura organizativa da Orquestra Geração ao longo das suas quatro fases: 1) a implementação do projeto nas escolas abrangendo até ao 3º ciclo; 2) a constituição das Orquestras Municipais ou Intermunicipais; 3) a criação de orquestras regionais; 4) a criação de uma orquestra nacional.

No terceiro capítulo estão traçadas as opções metodológicas do estudo e o leitor pode acompanhar o processo de aproximação e andamento da investigação. Conforme os autores Graça Boal-Palheiros, Ana Luísa Veloso, Ana Isabel Cruz e Pedro Santos Boia, a investigação assentou em dois pilares: “as possíveis relações entre a música e a inclusão social [...] e as questões que emergem da pedagogia musical implementada” (p.60). Nota-se a importância atribuída à aplicação de abordagens metodológicas complementares através do trabalho de triangulação de várias técnicas de recolha de dados (análise documental, observação, entrevistas, questionários), da confrontação de múltiplas perspetivas e da importância de oferecer um contributo ao desenho e à realização de estratégias de educação e integração de e pela música. Su-

blinha-se também a centralidade do trabalho de equipa salientando o carácter coletivo da investigação.

A segunda parte do livro apresenta a discussão dos resultados, abordando diferentes níveis de análise. No quarto capítulo, escrito por Ana Isabel Cruz, Graça Mota e Jorge Alexandre Costa, a reflexão move-se a partir da triangulação dos dados recolhidos focando diferentes aspetos. Os autores consideram complementarmente diferentes tipos de dados e analisam as pedagogias musicais em relação com as práticas, as consequências observáveis, os efeitos nas trajetórias dos indivíduos, nos seus percursos familiares e no sistema de educação. Ao focar nas motivações e objetivos do projeto, este capítulo aproxima o leitor às interpretações das questões fundamentais que nortearam a investigação, trabalhando as ambivalências ou as complementaridades existentes entre os dois grandes objetivos da Orquestra Geração: “a inclusão social e a excelência musical” (p.82).

No quinto capítulo Jorge Alexandre Costa, Ana Isabel Cruz e Graça Mota, apresentam uma análise da estrutura organizativa da Orquestra Geração. A análise da Orquestra Geração como um sistema de atividade e seus cinco princípios é acompanhada por um modelo organizacional constituído por 6 partes: o centro operacional, o vértice estratégico, a linha hierárquica intermédia, a tecnoestrutura, a logística e, enquanto quadro de referência das outras 5 partes, a ideologia. Nas reflexões finais do capítulo, os autores discorrem sobre alguns aspetos críticos, como a necessidade de uma maior descentralização do modelo organizativo e a maior distribuição do poder, tal como sobre possíveis linhas de implementação destas recomendações.

Conclui esta segunda parte da obra o sexto capítulo, escrito por Jorge Alexandre Costa, Ana Isabel Cruz, Rui Bessa, Rui Ferreira, Graça Boal-Palheiros e Pedro Santos Boia. A partir do estudo da organização curricular e das orientações programáticas, analisam-se as orientações pedagógicas utilizadas na formação musical com a intenção de compreender como se constrói o significado musical na concretização do “*campo* de formação sócio musical” (p.131) da Orquestra Geração.

Na terceira parte da obra apresentam-se olhares originais de participantes da Orquestra Geração. No sétimo capítulo, Matilde Caldas, participante da Orquestra Geração e investigadora do estudo contemplado no livro, analisa de forma reflexiva a relação entre o trabalho académico e os problemas sociais específicos estudados, entre a investigação e a prática cultural, a partir de um olhar multidimensional e privilegiado que a sua experiência lhe proporcionou.

Em continuidade com a apresentação de olhares originais, o oitavo capítulo escrito por João Teixeira Lopes, Pedro Santos Boia, Ana Luisa Veloso e Matilde Caldas,

foca-se nos retratos sociológicos de 35 jovens participantes da Orquestra Geração, dos quais 13 apresentados de forma mais extensa, efetuados a partir dos relatos dos próprios entrevistados. Conforme os autores, a metodologia dos retratos sociológicos permitiu dar voz às experiências e aos pontos de vista dos jovens participantes da Orquestra Geração e constituiu um importante contributo original: “Dando espaço às vivências, ideias, opiniões e às trajetórias dos que são eleitos sujeitos-alvo deste projeto de inclusão social através da música, este capítulo pode ser visto, de certo modo como o coração deste livro” (p.173). Evidenciando as singularidades, mas também as regularidades entre os retratos, o esforço de análise dos autores procurou criar um “mosaico de experiências singulares” (p.174) a partir das interpretações e (re)construções biográficas. Apesar de ser apontada a possibilidade de os relatos serem reflexos de um discurso dominante, os autores evidenciam a importância do papel que o discurso dominante pode ter para “antecipar ‘resultados’ esperados” (p.250).

Na quarta parte da obra, constituída pelo nono e último capítulo, os organizadores João Teixeira Lopes e Graça Mota avançam algumas conclusões em relação à compreensão de como a Orquestra Geração pode atuar enquanto agente de socialização, mecanismo de inclusão e mobilidade social e enquanto comunidade de prática territorialmente enraizada. Discutem, assim, os temas mais relevantes e apontam possíveis caminhos no domínio da investigação, assim como sugestões para a construção de projetos que associam as práticas musicais coletivas à inclusão social. Evidenciam a importância de efetuar estudos multidimensionais e sugerem uma maior atenção às parcerias interinstitucionais com grupos presentes no território, proporcionando um maior envolvimento da comunidade e a superação de uma “excessiva centralização de decisões e procedimentos” (p.261).

De forte atualidade, o livro possui um fio condutor coerente que analisa uma temática complexa e torna-se um exemplo de um esforço de compreensão e reflexão interdisciplinar de projetos artísticos em âmbitos educativos e de integração social. A investigação apresentada, em suma, sugere a importância de estudos interpretativos e reflexivos de boas práticas de trabalhos de inclusão social, assim como uma análise das experiências que considere as peculiaridades do contexto onde as mesmas ocorrem.

Irene Serafino. Doutoranda em Sociologia na Universidade do Porto (UP) com bolsa de estudo SFRH/BD/100168/2014, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT); Investigadora integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP); Graduação e Mestrado em Políticas Sociais e Serviço Social pela Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Bolonha (UNIBO). *E-mail:* irene.serafino85@gmail.com

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos

provenientes de outras fontes;

- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd'hui "la" maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Morais de Assunção

N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra
(I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from
higher education to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valori-
zação do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em
matéria de cibersegurança e cibercrime

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos,

João Abreu de Faria Bilhim

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas mu-
sicais urbanas contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO – INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. *A Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.
 - g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.
 - h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Por-*

tuguês de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

- i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
 - j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.
13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.
 14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.
 15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt

